



MANTENDO A PAZ NO HAITI?

Uma avaliação da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti
usando o cumprimento de seu Mandato como Parâmetro de Sucesso

março de 2005

Harvard Law Student Advocates for Human Rights, Cambridge, Massachusetts
&
Centro de Justiça Global, Rio de Janeiro e São Paulo, Brasil

ÍNDICE

RESUMO EXECUTIVO	1
INTRODUÇÃO	2
I. RECOMENDAÇÕES	2
II. UMA BREVE HISTÓRIA DO HAITI	4
III. RESOLUÇÃO 1542: O MANDATO DA MINUSTAH	12
III.A. Desarmamento, Desmobilização e Reintegração	12
III.B. Reforço Institucional: Reforma da Polícia e os Processos Político e Constitucional	13
III.B.1. <i>Reforma da Polícia</i>	13
III.B.2. <i>Os Processos Constitucional e Político</i>	14
III.C. Direitos Humanos e Proteção Civil	15
III.C.1. <i>Direitos Humanos</i>	15
III.C.2. <i>Proteção Civil</i>	20
IV. RESULTADOS DA PESQUISA E ANÁLISE	22
IV.A. Metodologia	22
IV.B. Direitos Humanos e Proteção Civil	22
IV.B.1. <i>Investigação de, e Relatos sobre, a Situação de Direitos Humanos</i>	22
IV.B.2. <i>Proteção da População Civil</i>	28
IV.B.3. <i>Interação com Organizações de Direitos Humanos</i>	36
IV.C. Ambiente Seguro e Estável	38
IV.C.1. <i>Interação com a Polícia Nacional Haitiana</i>	38
IV.C.2. <i>A Penitenciária Nacional e o Sistema Correccional</i>	43
IV.C.3. <i>Desarmamento</i>	44
CONCLUSÃO	51
AGRADECIMENTOS	51
ANEXO I	52
ANEXO II	53

RESUMO EXECUTIVO

Pouco mais de um ano desde que a pressão internacional e uma rebelião armada forçaram a partida do Presidente Jean-Bertrand Aristide e o colapso de seu governo, o Haiti encontra-se em risco de se tornar um Estado fracassado permanentemente. A presença da força de paz das Nações Unidas (ONU), estabelecida três meses após a controversa saída de Aristide, fez pouco para restabelecer a estabilidade, proteger a população ou reduzir violações de direitos humanos. Este relatório critica a performance desta força de paz, a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH)), documentando sua falha em realizar não apenas o espírito principal – mas nem mesmo os claros termos – de seu mandato.

A Resolução 1542 do Conselho de Segurança (CS) da ONU estabeleceu a MINUSTAH no dia 1º de junho de 2004 e deu à missão um mandato forte em três áreas principais: provimento de segurança e de um ambiente estável, particularmente através do desarmamento; apoio ao processo político e boa governança em preparação para futuras eleições; e monitoramento e apresentação de relatórios sobre os direitos humanos. Como este relatório demonstra em detalhes, a MINUSTAH fez pouco, ou praticamente nenhum, progresso nas três áreas mencionadas acima. Apesar de este fato dever-se em parte ao lento deslocamento de forças e pessoal, as falhas da MINUSTAH são em grande parte o resultado de tímida interpretação de seu mandato por parte de seus oficiais. Mesmo nos dias de hoje, com o contingente da missão completo, as forças de paz continuam a interpretar o mandato complacentemente e com um acanhamento que não corresponde aos imperativos no terreno.

Após oito meses sob o olhar da MINUSTAH, o Haiti é tão inseguro quanto sempre foi. A MINUSTAH falhou até mesmo em implementar um compreensivo programa para o desarmamento, deixando vastas áreas do país efetivamente governadas por grupos ilegais que possuem armas e outros tipos de armamentos. Fatalidades entre civis continuam comuns nas favelas de Porto Príncipe, onde gangues levam a cabo combates urbanos de baixa intensidade diariamente. Vastas extensões do interior do país permanecem sob o controle dos ex-militares, historicamente a principal força doméstica por trás de golpes de estado e entre os maiores violadores de direitos humanos.

Na área de direitos humanos, a MINUSTAH tem sido igualmente leniente. Numerosas alegações de sérios abusos de direitos humanos cometidos pela Polícia Nacional Haitiana (PNH) permanecem sem investigação. Estas violações espalham um espectro sangrento que vai de prisões arbitrárias e detenções, a “desaparições” e execuções sumárias, de assassinatos de centenas de pacientes hospitalizados e o subsequente descarte de seus corpos em valas comuns e cemitérios clandestinos. De fato, como detalhado neste relatório, a MINUSTAH efetivamente deu cobertura para que a PNH levasse adiante uma campanha de terror nas favelas de Porto Príncipe. Ainda mais perturbadoras do que a cumplicidade da MINUSTAH em abusos cometidos pela PNH são as alegações críveis de abusos de direitos humanos cometidos diretamente pela MINUSTAH, como documenta este relatório. A MINUSTAH, no entanto, tem virtualmente ignorado estas alegações, assim como as tem relegado à obscuridade, e portanto garantindo que tais abusos sigam sem correção. Em resumo, ao invés de seguir a prescrição específica de seu mandato de colocar um fim à impunidade no Haiti, as falhas da MINUSTAH asseguram sua continuidade.

O mandato da MINUSTAH proporciona amplo espaço para uma linha de ação robusta em termos de segurança, desarmamento e direitos humanos. Com efeito, como demonstramos neste relatório, este mandato *requer* um comprometimento sério e ativo a fim de avançar a paz no Haiti. Apesar de a missão da MINUSTAH ter praticamente desperdiçado oito meses críticos, o tempo ainda não é tão tarde para começar uma aplicação séria e solene de seu mandato. Continuamos acreditando que a MINUSTAH possui tremendo potencial para ajudar o Haiti a alcançar paz, estabilidade e respeito pelos direitos humanos. Com eleições marcadas para o fim de 2005, a hora é agora para que a MINUSTAH se comprometa com uma rigorosa aplicação de seu mandato.

INTRODUÇÃO

O presente relatório examina a atual crise no Haiti através de lentes estritamente definidas: o papel da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) em prover estabilidade, segurança e respeito pelos direitos humanos e ao Estado de Direito no país. Outros assuntos, tais como crises de saúde pública e humanitárias, corrupção no sistema judicial e dinâmicas de poder político – apesar de certamente relevantes para a MINUSTAH e de considerável significado para a compreensão da situação do Haiti em geral – não são o foco primário de nosso estudo. Extensa literatura a respeito encontra-se disponível nestas áreas.¹

A Seção I apresenta várias conclusões e recomendações para a MINUSTAH, baseadas na pesquisa e análise apresentadas na seção IV, para reforçar seus esforços de restauração da paz, estabilidade e justiça para o povo haitiano. A Seção II oferece um breve resumo da história do Haiti. A Seção III apresenta uma análise histórica e legal do mandato da MINUSTAH, delineando o objetivo e significado da linguagem utilizada no contexto de prévias missões de paz da ONU e do respectivo sucesso de tais esforços designados por resoluções também do Conselho de Segurança. Finalmente, a Seção IV apresenta os resultados de vários relatos tanto de instâncias específicas de violência e de violações de direitos humanos, como da situação mais geral no Haiti, obtidos durante o curso de várias missões de investigação *in loco* realizadas durante os últimos meses.

¹ Os leitores interessados devem dirigir-se a literatura com informação mais compreensiva sobre muitos dos assuntos tratados apenas *en passant* neste relatório. Veja, por exemplo, THOMAS M. GRIFFIN, CENTER FOR THE STUDY OF HUMAN RIGHTS AT UNIVERSITY OF MIAMI LAW SCHOOL, HAITI HUMAN RIGHTS INVESTIGATION: NOVEMBER 11-21 2004, (Jan. 14, 2005) [de agora em diante RELATÓRIO GRIFFIN], *disponível em* http://www.law.miami.edu/cshr/CSHR_Report_02082005_v2.pdf; INTERNATIONAL CRISIS GROUP, A NEW CHANCE FOR HAITI? (ICG Latin America/Caribbean Report No. 10, Nov. 18, 2004) [a partir de agora RELATÓRIO ICG HAITI], *disponível em* <http://www.icg.org/home/index.cfm?id=3109&l=1>; ROBERT F. KENNEDY MEMORIAL CENTER FOR HUMAN RIGHTS, A FRAMEWORK FOR REEVALUATING MINUSTAH: ILLEGAL NATURE OF MISSION WILL LEAD TO A FAILED INTERVENTION IN HAITI (Nov. 8, 2004) [a partir deste ponto RELATÓRIO RFK], *disponível em* http://www.rfkmemorial.org/human_rights/2002_Loune/RFK_HAITI_REPORT_11_04.pdf.

I. RECOMENDAÇÕES

Baseados nas descobertas e análises apresentados nas próximas seções, apresentamos as seguintes conclusões e recomendações à MINUSTAH para que reforce seus esforços no sentido de restauração da paz, estabilidade e justiça para o povo haitiano.² Apesar da natureza sóbria e precisa de nossas conclusões, mantemos nosso entendimento de que a missão da MINUSTAH abriga enorme potencial para promover o Estado de Direito, respeito aos direitos humanos fundamentais, e desenvolvimento econômico e social no Haiti. O tempo para realizar este potencial está simplesmente atrasado em demasia.

Cada uma das recomendações específicas listadas abaixo reflete um fato simples e irrefutável: mais de oito meses depois da chegada ao Haiti, a MINUSTAH tem falhado em cumprir tanto com a letra quanto com o espírito de seu mandato, como prescrito na Resolução 1542 do Conselho de Segurança (CS).³ Acreditando que remediar este descumprimento representará uma grande contribuição para a melhoria da situação no Haiti em geral, recomendamos que a MINUSTAH, em particular:

- implemente uma estratégia para desarmar todo e qualquer grupo armado – incluindo gangues de várias afiliações políticas e os ex-militares – tão logo quanto possível e, relativamente a este processo, garanta que o governo não forneça compensação para nenhum dos atores armados ilegalmente a menos que tal pagamento esteja vinculado ao seu desarmamento;⁴
- ativamente e consistentemente supervisione as operações diárias da Polícia Nacional Haitiana (PNH) disponibilizando uma presença permanente em delegacias de polícia, auxiliando em processos de investigação e detenção, e propondo medidas de reforma desta força policial;

² Enfatizamos que nossas críticas, as já feitas e as que seguem, são feitas de maneira inteiramente construtiva.

³ S.C. Res. 1542, U.N. SCOR, 4961st mtg., U.N. Doc. S/RES/1542 (Apr. 30, 2004) [deste ponto em diante Resolução 1542].

⁴ Isto *não* quer dizer que apoiamos a atual política do governo de “retribuição” para acalmar os ex-militares (Forces Armées d’Haiti (FAd’H)). Ao contrário, observamos simplesmente que se tal política existir, compensações devem estar vinculadas diretamente com o desarmamento.

- imediatamente interrompa o fornecimento de apoio logístico à Polícia Nacional Haitiana durante operações que claramente resultarão em violações de direitos humanos, tais como prisões e detenções arbitrárias e assassinatos extrajudiciais;
- leve a cabo investigações de alegadas violações de direitos humanos independentemente da Polícia Nacional Haitiana;
- investigue, em particular, a área ao norte de Porto Príncipe conhecida como Titanyen, um local onde a Polícia Nacional haitiana e outros grupos alegadamente enterram corpos das vítimas de seus abusos;
- publique e dissemine relatórios, em intervalos regulares, detalhando os resultados de investigações a respeito de alegadas violações de direitos humanos, e disponibilize estes relatórios em francês e creole, sobretudo com relação aos casos documentados no presente relatório;
- supra o distanciamento lingüístico entre o pessoal da ONU e o povo haitiano treinando seu staff em creole e/ou francês ou, caso isto não seja possível, contratando mais tradutores profissionais para acompanhar o pessoal da ONU em missões e operações de campo;
- instale pessoal de segurança em todas as prisões e nos principais hospitais dentro e ao redor de Porto Príncipe;
- trabalhe em cooperação com, e seguindo a orientação do, PNUD na reforma do sistema correcional haitiano;
- coopere e compartilhe informações e inteligência com todas as organizações de direitos humanos no Haiti de maneira regular;
- empregue todos os meios necessários para garantir a segurança das organizações de direitos humanos;
- e providencie garantia e segurança, livre de interferências ou supressões por parte do governo e/ou de forças policiais, para todos os haitianos que exercitam seu direitos de liberdade de expressão e de associação pública.

encarregadas de responsabilidades similares, ao continuar o seu trabalho.

Sem a implementação destas e outras medidas relacionadas por parte da MINUSTAH, a instabilidade e a insegurança continuarão a afligir o Haiti por anos. Encorajamos a MINUSTAH a reconhecer suas falhas, assim como os sucessos de missões de paz da ONU anteriores a esta e

II. UMA BREVE HISTÓRIA DO HAITI

Os primeiros habitantes do Haiti chamaram sua terra de Ayiti. Em 1492, Cristóvão Colombo chegou, levantou a bandeira da Espanha, e renomeou-a Hispaniola.⁵ Até 1510, a população indígena foi quase eliminada por doenças, escravidão e matanças. Hispaniola permaneceu uma colônia espanhola por mais de 200 anos, até que os franceses tomaram controle da parte oeste em 1697 e renomearam-na Saint Domingue.⁶ Escravos, importados da África, sustentavam a economia da colônia, produzindo açúcar, algodão, café e outros cultivos. A população da ilha contava com 450.000 escravos negros, 40.000 colonos brancos e 30.000 mulatos, cujo status social situava-se entre os outros dois.⁷

Os franceses controlaram Saint Domingue até agosto de 1791, quando uma rebelião estourou na colônia.⁸ Toussaint Louverture tornou-se líder e a escravidão foi abolida em 1793.⁹

No dia 1 de janeiro de 1804, Jean-Jacques Dessalines proclamou o Haiti uma nação independente, tornando-a a primeira república negra independente, e a segunda república independente do hemisfério ocidental.¹⁰ Contudo, durante décadas, as grandes potências do oeste se negaram a reconhecer o Haiti enquanto república independente, vendo-o como ameaça às suas economias escravagistas e motivados, em parte, por preconceitos raciais.¹¹

Lutas pelo poder predominaram no Haiti durante grande parte da segunda metade do século 19. Durante as décadas de 1870 a 1880, o Partido Liberal, majoritariamente mulato, disputava com o Partido Nacional, negro, o controle do governo e das forças armadas.¹²

No início do século 20, os Estados Unidos começaram a se interessar em assuntos haitianos, esperando reduzir a influência européia nas Américas

e abreviar a dependência do capital europeu.¹³ Em 1915, um batalhão da marinha americana chegou no Haiti, iniciando uma ocupação que durou 19 anos.¹⁴ Os Estados Unidos reconheceram a independência do Haiti, finalmente, em 1934, embora mantivessem um status “especial” para a ilha.¹⁵

Até o início da ditadura Duvalier em 1957, o Haiti permaneceu relativamente independente e calmo, apesar da luta pelo poder entre a elite mulata e os *noiristes*, ou nacionalistas negros.¹⁶ François Duvalier, conhecido como Papa Doc, foi eleito Presidente, por uma margem importante de votos em 1957.¹⁷ Durante a campanha eleitoral, Duvalier promovia igualdade eleitoral e melhorias para o “povo explorado”¹⁸. A retórica de Duvalier era certamente atraente; até 1957, a economia, a infraestrutura, e as instituições políticas estavam em péssimas condições.¹⁹

¹³ *Id.* pp 145 (discutindo a política Americana da “diplomacia do dólar”).

¹⁴ ROBERT DEBS HEINL, JR. & NANCY GORDON HEINL, WRITTEN IN BLOOD: THE STORY OF THE HAITIAN PEOPLE, 1492-1995, 405 (1996). Historiadores divergem amplamente sobre a ocupação. Alguns acham que apesar da falha da ocupação, os EUA tiveram boas intenções e forneceram valiosa infra-estrutura para o país. *Id.* pp 512-513 n.13.

Outros argumentam que os Estados Unidos, motivados por paternalismo e pelo desejo de fazer do Haiti um “vizinho estável e subserviente”, impuseram o que foi efetivamente uma nova forma de escravidão do povo haitiano. NICHOLLS, *supra* nota 5, pp 148.

¹⁵ JAMES FERGUSON, PAPA DOC, BABY DOC: HAITI AND THE DUVALIERS 27 (1987).

¹⁶ Stênio Vincent, um nacionalista mulato, tornou-se o primeiro presidente independente do Haiti depois da ocupação. Ele permaneceu no poder até 1941, quando Elie Lescot, um ex-Ministro do Interior, tomou o poder. *Id.* pp 31. Diferentemente de Vincent, Lescot era em geral mais simpático aos interesses dos EUA. Em sua “campanha anti-superstição” de 1941-1942, por exemplo, seu governo tentou acabar com todos os vestígios de vudu, iritando muitos segmentos da população, incluindo os negros nacionalistas. *Id.* Dois presidentes negros seguiram-se a Lescot: Dumarsais Estimé de 1946 a 1950, e Paul Magloire de 1950 a 1956. Ao promover consistentemente negros para posições de poder e prominência, Estimé criou a fundação para a subida ao poder de Duvalier, um ex-ministro oficial no governo de Estimé. *Id.* pp 26, 31.

¹⁷ NICHOLLS, *supra* nota 5, pp 191. Pelo menos um comentarista sugere que a eleição de Duvalier provavelmente refletiu a opinião pública daquele tempo, apesar de não haver dúvidas de que houve irregularidades no processo. *Id.* pp 209.

¹⁸ *Id.*

¹⁹ HEINL, JR. & HEINL, *supra* nota 14, pp 586.

⁵ DAVID NICHOLLS, FROM DESSALINES TO DUVALIER: RACE, COLOUR AND NATIONAL INDEPENDENCE IN HAITI 19 (3d ed. 1996).

⁶ *Id.*

⁷ *Id.*

⁸ *Id.* pp 28.

⁹ *Id.* pp 29-30. Louverture permaneceu de algum modo favorável aos franceses, que mantiveram o controle da colônia até 1804.

¹⁰ *Id.* pp 33.

¹¹ *Id.*

¹² *Id.* pp 108.

Apesar das promessas de campanha, desde o início da sua presidência, Duvalier reprimia a população e não deixava o dissentimento se manifestar. A repressão predominou nos primeiros sete anos de sua presidência.²⁰ Os alvos iniciais foram as forças armadas e os sindicatos de trabalho²¹; este segundo grupo foi eliminado rapidamente.²² Duvalier substituiu as forças armadas por agentes de segurança particular, os *Tontons Macoutes*, que viraram o símbolo duradouro da ditadura. Às ordens de Duvalier, os *Tontons Macoutes* terrorizavam e intimidavam o povo e reprimiam todos os interesses considerados como adversos a Duvalier. Os *Macoutes*, cujas táticas eram severas e muitas vezes letais, atuavam com impunidade quase completa. Em outubro de 1961, Duvalier promoveu eleições imprevisíveis para prolongar seu mandato e reforçar seu poder.²³ Até 1964, Duvalier conseguiu eliminar qualquer oposição significativa no Haiti.²⁴

No início, a postura dos Estados Unidos era favorável a Duvalier, mas as relações entre as duas nações deterioraram conforme as políticas de Duvalier tornaram-se cada vez mais severas. Duvalier tirou proveito da preocupação americana de que o Haiti virasse comunista, ganhando, dessa forma, recursos substanciais do governo americano.²⁵ Contudo, boa parte dos fundos foi desviada para o uso próprio de Duvalier, que implementou um sistema de extorsão do povo haitiano.²⁶

Até a morte de Duvalier em 1971, entre 30 e 60 mil cidadãos haitianos foram mortos por terrorismo praticado pelo Estado, que também foi responsável pela tortura e o exílio de inúmeros outros.²⁷ Antes da sua morte, Papa Doc nomeou o filho, Jean-Claude Duvalier, como sucessor, após ter emendado a constituição haitiana em 1964, para nomear-se “Presidente para a vida”. Em 1971, com 19 anos, Jean-Claude tomou posse da presidência.

Jean-Claude, que ficou conhecido por jornalistas estrangeiros como “Baby Doc”, mantinha as práticas homicidas do pai. Como o pai, Baby Doc conseguiu agradar ao governo americano, denunciando o

comunismo no início do mandato.²⁸ De fato, seis oficiais de alto nível no governo americano fizeram uma missão para aconselhar Baby Doc e seu governo, em 1972, pondo fim a dez anos de animosidade mútua.²⁹ Os Estados Unidos também aumentaram a assistência, na forma de dinheiro e de alimentos, encaminhada para o Haiti nos anos 1970. Mas como seu pai, Baby Doc desviou boa parte dos recursos para uso próprio, provocando fome e penúria de grande escala entre o campesinato haitiano.³⁰

O papel da política americana permaneceu importante durante o mandato de Baby Doc. Quando Jimmy Carter assumiu a presidência americana em 1976, colocou os direitos humanos e a liberalização em geral no foco da atenção americana e internacional. Nesse sentido, o Presidente Carter exigiu que Baby Doc melhorasse a situação de direitos humanos e que parasse de atacar dissidentes. Em decorrência dessas demandas, Baby Doc modificou sua retórica sobre direitos humanos e liberou alguns presos políticos.³¹ Contudo, Baby Doc não sentia a mesma pressão para melhorar a situação de direitos humanos após a eleição de Ronald Reagan em 1980. De fato, o apoio americano aumentou naquela época.³²

No início dos anos 1980, diversos grupos subversivos tentaram derrubar o governo de Baby Doc. Baby Doc respondeu cada tentativa com medidas violentas, passando a reprimir qualquer forma de oposição.³³ Contudo, no início de 1986, uma manifestação na cidade de Gonaïves provocou uma série de revoltas no interior do Haiti. Em alguns dias, as revoltas cresceram, tornando-se mais intensas até chegar a Porto Príncipe.³⁴ Em fevereiro de 1986, Baby Doc fugiu do Haiti com a família, deixando para trás o país mais pobre do hemisfério ocidental, que, em 1985, tinha trinta e cinco prisões para cada escola secundária.³⁵ Com a fuga de Baby Doc, as ditaduras sangrentas dos Duvalier finalmente se acabaram.

Logo após a fuga de Jean-Claude Duvalier, um Conselho Nacional de Governo (*Conseil National de Gouvernement* (CNG)) foi constituído com o

²⁰ NICHOLLS, *supra* nota 5, pp 215.

²¹ FERGUSON, *supra* nota 15, pp 39.

²² *Id.*

²³ *Id.* pp 43.

²⁴ *Id.* pp 49.

²⁵ *Id.* pp 42.

²⁶ *Id.* pp 46-47. Em 1963, a Comissão Internacional de Juristas calculou que Duvalier havia roubado \$10 milhões anualmente do tesouro nacional. *Id.* pp 58.

²⁷ *Id.* pp 57.

²⁸ *Id.* pp 62.

²⁹ *Id.* pp 63.

³⁰ *Id.* Como resultado, muitos campesinos fugiram do Haiti para nações vizinhas do Caribe e para os Estados Unidos durante este período.

³¹ *Id.* pp 67-68.

³² *Id.* pp 71.

³³ *Id.* pp 78.

³⁴ *Id.* pp 108-118.

³⁵ *Id.* pp 90.

envolvimento ativo do Governo Reagan.³⁶ As forças armadas haitianas, chefiadas pelo Tenente General Henry Namphy, controlavam o CNG.³⁷ O CNG redigiu uma nova constituição para o Haiti em 1987, e o Tenente Namphy assumiu controle total em 1988. Outro oficial militar, o General Prosper Avril, sucedeu Namphy no mesmo ano, e Ertha Pascal Trouillot, um civil, assumiu o poder após a fuga deste último em 1990. Durante o período imediatamente após a caída da ditadura Duvalier, o CNG praticamente nada fez para responsabilizar os oficiais do governo de Baby Doc e os *Tontons Macoutes* por seus atos violentos e táticas repressivas.³⁸

As tentativas do Governo Trouillot de restabelecer o estado de direito no Haiti foram mais tarde debilitadas pela volta de Roger Lafontant em julho de 1990. Lafontant, ex-chefe dos *Tontons Macoutes* e Ministro de Defesa e do Interior do governo Duvalier, promoveu uma série de manifestações direitistas nos seis meses precedendo as eleições presidenciais.³⁹ Em 18 de outubro de 1990, Jean-Bertrand Aristide anunciou sua candidatura sob a bandeira da Frente Nacional para Mudança e Democracia (FNCD) e “Lavalas”, o nome do partido que ele criou inspirado na palavra crioula que significa “águas torrenciais que limpam tudo à sua frente”.⁴⁰ Em 16 de dezembro, numa eleição acompanhada por observadores das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos (OEA), Aristide venceu com 67% dos votos. Um mês antes da tomada de posse de Aristide em 7 de fevereiro de 1991, Lafontant lançou um golpe militar, fazendo o Presidente Trouillot refém, tomando posse do palácio presidencial e apropriando-se de estações de retransmissão da imprensa, aparentemente na expectativa de que as forças armadas o apóiassem. Contudo, após manifestações contra o golpe por dezenas de milhares de haitianos, as forças armadas prenderam Lafontant e abortaram a tentativa de golpe.⁴¹

Aristide tomou posse da presidência e nomeou René Preval ao cargo de Premiê. Quando, em agosto de 1991, o Congresso tentou passar uma moção de não-confiança no primeiro-ministro Preval, dois mil Lavalistas reuniram-se em frente ao prédio da

Assembléia, protestando contra proposta da oposição.⁴² Logo no início da sua presidência, Aristide desmantelou as forças armadas, passando legislação que separava a polícia do exército e afastando seis dos sete oficiais mais poderosos. Além disto, fez esforços simbólicos no sentido de reparar atrocidades e investigar crimes passados por meio, entre outros, da criação de uma comissão para investigar violações aos direitos humanos. Contudo, esta comissão não chegou a funcionar.⁴³

Aristide foi feito refém de um golpe militar em 29 de setembro de 1991, porém, após negociações com a comunidade internacional, o exército deixou-o sair do país. Às 3:00 horas, um avião das Forças Aéreas Venezuelanas chegou a Porto Príncipe para acompanhar Aristide até Caracas e de lá com destino a Washington, D.C., onde permaneceria por três anos enquanto negociava a retomada do poder. O Departamento de Estado dos Estados Unidos avaliou que “milhares de haitianos podem ter sido mortos durante o regime militar *de facto*” que sucedeu o golpe.⁴⁴ O *International Crisis Group* estimou que entre 3.000 e 5.000 pessoas foram mortas em três anos de regime militar.⁴⁵ A organização de direitos humanos *Human Rights Watch* afirmou que “outros milhares foram ‘desaparecidos’, torturados, espancados, estuprados, detidos arbitrariamente, ameaçados e explorados”.⁴⁶ Ademais, aproximadamente 100.000 haitianos fugiram do país, e 300.000 foram exilados dentro do país. Geralmente, de acordo com um convênio celebrado em 1981 entre os governos Duvalier e Reagan, o governo americano repatriava refugiados haitianos que chegavam à terra americana.⁴⁷

Pouco tempo após o golpe, a OEA promoveu um embargo contra o Haiti. O governo americano interditiou o acesso a todos os bens do governo haitiano nos Estados Unidos, com exceção dos de Aristide, para que este tivesse acesso a apoio financeiro enquanto exilado.⁴⁸ Os líderes do golpe — General Cédras, General Biamby e Major Michel François — declararam a presidência aberta e ofereceram-na ao Juiz Joseph Nerette da Corte

³⁶ HUMAN RIGHTS WATCH, THIRST FOR JUSTICE: A DECADE OF IMPUNITY IN HAITI (1996) [deste ponto em diante RELATÓRIO HUMAN RIGHTS WATCH].

³⁷ *Id.*

³⁸ *Id.*

³⁹ *Id.*

⁴⁰ HEINL, JR. & HEINL, *supra* nota 14, pp 732.

⁴¹ RELATÓRIO HUMAN RIGHTS WATCH, *supra* nota 36.

⁴² HEINL, JR. & HEINL, *supra* nota 14, pp 737.

⁴³ RELATÓRIO HUMAN RIGHTS WATCH, *supra* nota 36.

⁴⁴ Nota de fundo, o Departamento de Estado dos EUA, Bureau para Assuntos do Hemisfério Ocidental, Haiti (Fev. 2005), disponível em www.state.gov/r/pa/e/ei/bgn/1982.htm [deste ponto em diante Nota de fundo do Depto. de Estado].

⁴⁵ RELATÓRIO ICG HAITI, *supra* nota 1, pp 4.

⁴⁶ RELATÓRIO HUMAN RIGHTS WATCH, *supra* nota 36.

⁴⁷ *Id.*

⁴⁸ HEINL, JR. & HEINL, *supra* nota 14, pp 739.

Suprema, que, por sua vez, nomeou Jean-Jacques Honorat para o cargo de primeiro-ministro. Em outubro de 1991, a OEA promoveu um embargo petróleo e comércio contra o Haiti, o qual foi cumprido pelo governo americano de Bush. Não obstante, o clima conservador anti-Aristide na República Dominicana, bem como a falta de interesse por parte de muitos dos Estados Membros da ONU, enfraqueceram o embargo, que tecnicamente vigorou ao longo dos três anos do regime militar.

Ao fim de junho de 1993, o diplomata da ONU Dante Caputo chegou em Nova Iorque para negociar um acordo entre o General Cédras e o Presidente Aristide. Após dias de negociações, durante os quais diz-se que os dois Haitianos nunca se falaram diretamente, as partes assinaram o Acordo da Ilha do Governador. Conforme os termos do acordo, Aristide nomearia um novo primeiro-ministro; as sanções seriam revogadas; reformas seriam efetuadas nas forças armadas; anistia seria concedida por “crimes políticos” mas não por crimes ordinários; e Aristide voltaria ao poder em 30 de outubro de 1993. Após assinar o acordo, Aristide nomeou Robert Malval para ser o primeiro-ministro, e no dia 30 de outubro, soldados de paz da ONU chegaram ao Haiti. Contudo, Aristide voltaria ao país apenas em 1994.

A violência predominou ao longo dos anos entre o golpe e a volta ao poder de Aristide. A segunda e terceira geração de *Macoutes* tinham formado a organização paramilitar conhecida como a Frente para o Avanço e o Progresso Haitiano (Front pour l'Avancement et le Progrès Haitien (FRAPH)). Chefiada por Emmanuel “Toto” Constant, a FRAPH praticava violência em todas as regiões do país e apoiava o governo militar.

Em 1992 e 1993, homicídios dolosos e estupros aumentaram dramaticamente no Haiti. Um dos líderes do golpe, Michel François, era o chefe da polícia de Porto Príncipe na época; Emile Jonaissant tinha sido nomeado Presidente *de facto* pelo governo. Em Raboteau, uma comunidade pobre de Gonaïves, um líder carismático chamado Amiot Métayer fundou um grupo comunitário que foi o alvo das forças armadas por diversas vezes entre 1991 e 1994. Em 22 de abril de 1994, num episódio particularmente sangrento, afiliados à FRAPH mataram quinze pessoas do grupo de Métayer. A matança ficou conhecida como a chacina de Raboteau. Os participantes foram processados, finalmente, em

2000, quando um júri condenou 16 ex-soldados e paramilitares, bem como 37 réus *in absentia*.⁴⁹

Em 29 de julho de 1994, os Estados Unidos haviam decidido que uma intervenção militar seria necessária para devolver o poder a Aristide. A Resolução 940 do Conselho de Segurança da ONU concedeu aos Estados Unidos a autoridade para intervir em nome da ONU.⁵⁰ O Governo Clinton preparou-se para uma invasão, mas ao mesmo tempo, enviou uma missão que contava com o ex-Presidente Carter, o Senador Sam Nunn e o ex-Chefe do Gabinete Conjunto das Forças Armadas Colin Powell para negociar com o General Cédras.⁵¹ Em 18 de setembro, Cédras assinou um acordo prevendo que permaneceria no comando até 15 de outubro, quando Aristide voltaria ao poder — quase um ano depois do previsto no Acordo da Ilha do Governador. Em troca, o Governo Clinton concederia uma anistia para os responsáveis de diversos tipos de violações aos direitos humanos. Neste sentido, o acordo era muito mais abrangente do que o da Ilha do Governador, uma vez que Aristide havia descartado a possibilidade de uma anistia geral.⁵²

Em 19 de setembro de 1994, um dia depois do acordo assinado, tropas americanas, “o primeiro contingente do que tornar-se-ia uma força internacional de 21.000 soldados”, chegou a Porto Príncipe.⁵³ As tropas invadiram a sede da FRAPH e apreenderam 160.000 páginas de provas documentais⁵⁴, bem como vários indivíduos, dentre os quais o líder paramilitar Constant.⁵⁵ Os três líderes do golpe e suas famílias

⁴⁹ Briefing, Human Rights Watch, Haiti: Recycled Soldiers and Paramilitaries on the março de (27 de fevereiro de 2004), disponível em

<http://hrw.org/english/docs/2004/02/27/haiti7677.htm> [deste ponto em diante Briefing Human Rights Watch].

⁵⁰ S.C. Res. 940, U.N. SCOR, 3413th mtg., U.N. Doc. S/RES/940 (1994).

⁵¹ HEINL, JR. & HEINL, *supra* nota 14, pp 755.

⁵² RELATÓRIO HUMAN RIGHTS WATCH, *supra* nota 36.

⁵³ Nota de fundo do Depto. de Estado, *supra* nota 44.

⁵⁴ O governo dos Estados Unidos recusou-se a retornar o material para o governo haitiano a menos que este garantisse o exercício em nomes de cidadãos americanos. A retenção americana desse material foi obstruída por processos e promoveu a impunidade no Haiti. Veja RELATÓRIO HUMAN RIGHTS WATCH, *supra* nota 36.

⁵⁵ De acordo com a própria admissão de Constant, ele estivera na lista de pagamento da CIA por vários anos; ele não apareceu para uma audiência perante um juiz dois meses depois e descobriu-se que ele havia viajado para Nova Iorque num visto de turista válido devido a desculpas de “erros de imigração” do governo dos EUA. Ele não

saíram do Haiti e o Presidente Aristide foi restituído. Em 31 de março de 1995, os Estados Unidos entregaram o comando à Missão das Nações Unidas no Haiti (United Nations Mission in Haiti (UNMIH)). Um mês depois, Aristide desmantelou o que restava das Forças Armadas do Haiti (Forces Armées d’Haiti (FAd’H)). A Resolução 940 do Conselho da Segurança ordenou a UNMIH a manter um ambiente estável no país e auxiliar na criação de uma polícia nova.⁵⁶

Apesar da presença da ONU, poucas violações aos direitos humanos foram processadas, a anistia geral permaneceu em vigor, e muitos ex-agentes das FAd’H ficaram com suas armas ilegalmente, juntando-se a organizações criminosas ou formando forças de segurança privadas.⁵⁷ Em dezembro de 1994, o Governo Aristide constituiu a Comissão Nacional para a Verdade e a Justiça, encarregada de documentar as violações praticadas durante os três anos do governo militar, e de recomendar medidas de reparação e reabilitação. Embora a Comissão tenha elaborado o relatório “Si M Pa Rele” (“Se Eu Não Gritar”), de 1.200 páginas, o mesmo não foi publicado em seguida, nem distribuído em creole, portanto, os efeitos junto ao povo haitiano foram irrisórios.⁵⁸

Apesar de Aristide ter cumprido a maioria do mandado *in absentia*, a Constituição Haitiana de 1987 prevê que o mandato do presidente não pode passar de um termo de cinco anos. Portanto, eleições nacionais foram realizadas em dezembro de 1995. Apenas 28% da população foi às urnas, mas 88% dos eleitores votaram em René Preval, o candidato Lavalas que havia sido nomeado primeiro-ministro por Aristide em 1991.⁵⁹

Após eleições locais em junho de 1995, que algumas entidades internacionais de monitoramento caracterizaram de fraudulentas, uma coalizão pró-Aristide chefiada pela Organização de Povos na Luta (OPL) recebeu um número importante de votos em

retornou ao Haiti apesar de protestos por parte de Aristide e do público haitiano. HEINL, JR. & HEINL, *supra* nota 14

⁵⁶ A Resolução 940 encarregou a UNMIH com a manutenção de um ambiente estável e seguro, incluindo a proteção de pessoal e instalações internacionais chave; profissionalizar as forças armadas haitianas e criar uma força policial separada; e prestar assistência no estabelecimento de um ambiente condutivo a eleições livres e justas. Resolução 940, *supra* nota 50.

⁵⁷ RELATÓRIO ICG HAITI, *supra* nota 1, pp 5.

⁵⁸ AMNESTY INTERNATIONAL, HAITI: STILL CRYING OUT FOR JUSTICE (1998).

⁵⁹ HEINL, JR. & HEINL, *supra* nota 14, pp 763.

diversas províncias. Quando a OPL separou-se, no fim de 1996, dos defensores de Aristide, este formou o partido Fanmi Lavalas (FL). Reforçando a divisão, o novo partido apoiou candidatos que se opunham à OPL nas eleições de 1997. Os resultados do primeiro turno foram questionados, parando o governo durante um ano. O Fanmi Lavalas se negou a realizar um segundo turno.⁶⁰ No início de 1999, diante da impossibilidade de organizar eleições locais, o Presidente Preval afastou os membros do congresso cujos mandatos haviam expirado e estabeleceu um novo governo, constituído, segundo o Departamento de Estado americano, quase inteiramente por membros do FL.⁶¹ As eleições atrasadas ocorreram, finalmente, em maio de 2000, nas quais 60% dos eleitores participaram. Os candidatos do FL foram declarados vencedores de aproximadamente metade das vagas disputadas. Embora a OEA tenha certificado o primeiro turno das eleições, irregularidades foram descobertas depois. Quando o Conselho Provisório Eleitoral (PEC) se negou a corrigir o método de cálculo das porcentagens que a OEA caracterizou como problemático, esta desistiu de observar o segundo turno das eleições.⁶² A oposição, que foi renomeada Convergência Democrática e juntava ex-opositores, ex-Lavalistas e ex-soldados, exigiu o cancelamento das eleições, mas o Parlamento se reuniu apesar das manifestações.

Durante este período as tropas americanas gradualmente se retiraram do Haiti, e a missão da ONU se transformou, em março de 2002, numa missão de construção da paz, a Missão Internacional Civil de Apoio ao Haiti (MICAHA). De acordo com o Departamento do Estado americano, “a MICAHA contava com 80 conselheiros técnicos da ONU que assessoravam o governo haitiano, provendo assistência material nas áreas de policiamento, justiça e direitos humanos.”⁶³

No meio de alegações de irregularidades eleitorais, protestos contínuos por parte da Convergência Democrática e baixa votação, Aristide foi eleito Presidente em Novembro 2000, em eleições boicotadas pela oposição, que a OEA tinha se negado a monitorar. Com tudo isso, Aristide tomou posse em 7 de fevereiro de 2001. Meses depois, a violência entre Lavalas e a oposição estourou em Porto Príncipe e pelo país inteiro. A Human Rights Watch afirmou que a oposição “foi alvo de ataques violentos, principalmente em 2001, quando prédios

⁶⁰ RELATÓRIO ICG HAITI, *supra* nota 1, pp 6.

⁶¹ Nota de fundo do Depto. de Estado, *supra* nota 44.

⁶² RELATÓRIO ICG HAITI, *supra* nota 1, pp 7.

⁶³ Nota de fundo do Depto. de Estado, *supra* nota 44.

associados à oposição foram incendiados por gangues do governo”.⁶⁴

A violência levou o Conselho Permanente da OEA a emitir a Resolução 806, “solicitando ao Governo do Haiti, todos os partidos políticos, a sociedade civil e outras instituições da sociedade haitiana a condenarem a violência política e trabalharem para pôr fim a todas as formas da mesma”⁶⁵. A violência persistente entre o governo e a oposição levou esta a reivindicar publicamente, no fim de 2002, o afastamento de Aristide. Em janeiro de 2004, na Cúpula das Américas, uma delegação conjunta da OEA e da Comunidade dos Países do Caribe (CARICOM) apresentou uma lista de demandas para Aristide, a qual incluía a restauração da ordem pública, nova liderança para a polícia e o desarmamento das forças de segurança do governo.⁶⁶

Insatisfeitos com a dissolução do exército e com as políticas de Aristide, ex-militares e grupos de oposição, inclusive muitos da República Dominicana, começaram a invadir cidades e recrutarem partidários por todo o país. Em Artibonite, no centro norte do país, os partidários de Amiot Metayer criaram a Frente de Resistência do Artibonite pela Derrota de Jean-Bertrand Aristide. Metayer havia sido preso em 2002 e solto por seus defensores um mês depois. Em setembro de 2003, Metayer foi descoberto morto, e seus partidários culpavam Aristide. O grupo de Artibonite, chefiado pelo irmão de Metayer, invadiu Gonaïves em 5 de fevereiro de 2004, seguindo para Porto Príncipe.⁶⁷ Ainda de acordo com a Human Rights Watch, “com uma força policial pequena e desmoralizada, o governo deixou sua defesa principalmente nas mãos de civis armados, muitos dos quais eram criminosos conhecidos pela violência e os abusos”⁶⁸. Ex-líderes da FRAPH tomaram o controle dos protestos armados: Guy Philippe, cujo mandato enquanto delegado da polícia de Delmas, em Porto Príncipe, foi marcado pela execução sumária de dúzias de pessoas suspeitas de participação em facções criminosas⁶⁹; e Louis Jodel Chamblain, implicado na assassinato do Ministro da Justiça Guy Malary em 1993 e também no homicídio

do empresário Antoine Izmerly, do qual foi absolvido recentemente após um processo extremamente duvidoso. Em 22 de fevereiro, Cap Haitien, a segunda cidade do Haiti, foi tomada pelos rebeldes.⁷⁰

Quatro dias depois, o Conselho Permanente da OEA pediu ao Conselho da Segurança da ONU “tomar com urgência todas as medidas necessárias e apropriadas diante da situação deteriorando no Haiti”⁷¹. Em 29 de fevereiro de 2004, Aristide saiu do país a bordo de um avião dos Estados Unidos, com destino à República Centro-Africana. Tem havido muito debate em torno da sua saída, ou seja, se a mesma foi voluntária, ou se Aristide foi afastado da presidência sob pressão das forças armadas americanas. O Secretário Geral da ONU, por exemplo, afirmou que acredita que a constituição tenha sido respeitada⁷², enquanto o CARICOM acusou os Estados Unidos de ter descumprido suas obrigações estabelecidas na Carta Democrática Interamericana por ter deixado um líder democraticamente eleito ser expulso do cargo.⁷³ Membros do congresso americano pediram uma investigação quanto às circunstâncias da partida de Aristide, e, particularmente, do envolvimento dos Estados Unidos na mesma.⁷⁴

Após a partida de Aristide, Boniface Alexandre, Presidente da Corte Suprema Haitiana, assumiu a presidência interina, de acordo com a Constituição haitiana. Em consulta com o Conselho de Seniores, o Presidente Alexandre nomeou Gerard Latortue ao cargo de Premiê interino em 9 de março de 2004. Alexandre pediu assistência internacional em seguida, e o Conselho de Segurança da ONU autorizou a efetivação de uma Força Interina Multinacional (MIF) por três meses, cujo mandato, conforme o Capítulo VII da Carta da Nações Unidas era, especificamente, o de:

- (a) Contribuir a um ambiente seguro e estável na capital haitiana e por todas as partes do país, conforme apropriado e permitido pelas circunstâncias, para apoiar o pedido de assistência internacional do Presidente haitiano, no sentido de apoiar o

⁶⁴ Briefing Human Rights Watch, *supra* nota 49.

⁶⁵ A Situação no Haiti, OEA/Ser.G CP/RES. 806 (1303/02) (janeiro de 16, 2001), disponível em http://www.oas.org/xxxvga/english/doc_referencia/cpres806_02.pdf.

⁶⁶ Nota de fundo do Depto. de Estado, *supra* nota 44. Aristide concordou com as demandas, mas elas foram rejeitadas logo depois pela oposição.

⁶⁷ RELATÓRIO ICG HAITI, *supra* nota 1, pp 10.

⁶⁸ Briefing Human Rights Watch, *supra* nota 49.

⁶⁹ Id.

⁷⁰ RELATÓRIO ICG HAITI, *supra* nota 1, pp 10

⁷¹ A Situação no Haiti, OEA/Ser.G CP/RES. 862 (1401/04) (fevereiro de 26, 2004), disponível em <http://www.oas.org/consejo/Resoluções/res862.asp>.

⁷² RELATÓRIO ICG HAITI, *supra* nota 1, pp 11.

⁷³ Id. pp 12

⁷⁴ Comunicado de Imprensa, Congresswoman Waters Demands an Investigation into the U.S. Government's Role in the Coup d'Etat in Haiti (10 de março de 2004), disponível em <http://www.house.gov/waters/pr040310.htm>.

processo político constitucional que está sendo realizado no Haiti;

(b) Facilitar a provisão de assistência humanitária bem como o acesso de trabalhadores humanitários internacionais ao povo haitiano em condições de necessidade;

(c) Facilitar a provisão de assistência internacional à polícia haitiana e à guarda costeira haitiana para estabelecer e manter a segurança pública e o estado de direito, e para promover e proteger os direitos humanos.⁷⁵

Contudo, apesar da presença imediata da ONU, a violência aumentou no Haiti inteiro, e a MIF “parecia incapaz, ou indisposta a intervir de forma decisiva”⁷⁶.

A efetivação da MIF foi seguida pela autorização do Conselho de Segurança, também sob o Capítulo VII da Carta da ONU, da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), cujo mandato previa 6.700 tropas e 1.622 policiais civis e funcionários.⁷⁷ Não obstante o atraso na efetivação das forças, a MINUSTAH atingiu 90% do efetivo originalmente previsto em dezembro de 2004.⁷⁸ Previsto na Resolução 1542 do Conselho de Segurança, o mandato da força, liderada pelo Brasil, determinou três áreas principais de atuação: manter a segurança e a estabilidade no Haiti; promover boa governança e o processo político e democrático; e monitorar, proteger e informar sobre a situação dos direitos humanos. Apesar de estabelecida por um período de apenas seis meses, o mandato da MINUSTAH recebeu uma extensão até 1º de junho de 2005, com a aprovação da Resolução 1576 do Conselho de Segurança em 29 de novembro de 2004.⁷⁹

Apesar da presença das tropas da ONU, a situação de segurança no Haiti permanece muito preocupante, uma vez que a situação política não se estabilizou no período de mais de um ano desde a partida de Aristide. Ataques armados aumentaram, e ex-

membros da FAd'H tornaram-se mais visíveis, ocupando várias delegacias e atuando como forças de segurança em diversas províncias do país. Uma comissão *ad hoc*, estabelecida pelo Ministro do Interior, avaliou que aproximadamente 5.700 ex-membros da FAd'H ocupavam cargos vazios de segurança.⁸⁰ Em meados de dezembro de 2004, membros dos ex-militares invadiram a antiga residência de Aristide em Tabarre, saindo apenas depois de um confronto com tropas da ONU.

Em 30 de setembro de 2004, o aniversário do golpe de 1991, pelo menos 80 pessoas foram mortas, dentre as quais onze policiais.⁸¹ A maior parte das mortes ocorreu nos bairros mais pobres de Porto Príncipe, onde batalhas estouraram entre grupos pró-Aristide e a Polícia Nacional Haitiana (PNH).⁸² As mortes em 30 de setembro eram apenas o começo de um período de violência contínua nas favelas do Haiti. Desde então, entre 250 e 400 pessoas foram mortas, de acordo com os jornais, a maioria delas nas favelas.⁸³ Ainda, há provas substanciais de execuções sumárias praticadas pela PNH bem como violência contra as mulheres que continua a ser um problema sério.⁸⁴ Em fevereiro de 2005, um confronto entre ex-membros FAd'H e a PNH provocou a morte de uma criança.

Em 28 de outubro de 2004, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos manifestou sua preocupação diante da violência descontrolada no Haiti, particularmente entre as facções ilegais armadas e a polícia. A Comissão Interamericana solicitou a investigação de denúncias de detenções e prisões arbitrárias acontecidas nos últimos meses, bem como de ataques contra jornalistas e defensores de direitos humanos. Especificamente, a Comissão afirmou:

Em particular, a Comissão foi informada a respeito de várias ocorrências graves de violência acontecidas desde a visita da Comissão ao Haiti no início de setembro, muitas das quais foram praticadas no contexto de confrontos entre facções ilegais armadas e a polícia. Essas atrocidades incluem uma ocorrência bárbara acontecida em 30 de setembro, durante a qual dois

⁷⁵ S.C. Res. 1529, ¶ 2, U.N. SCOR, 4919th mtg., U.N. Doc. S/RES/1529 (fevereiro de 29, 2004).

⁷⁶ RELATÓRIO ICG HAITI, *supra* nota 1, pp 11.

⁷⁷ Resolução 1542, *supra* nota 3.

⁷⁸ Desde 31 de janeiro 2005, a missão alcançou sua capacidade praticamente completa. Ver MINUSTAH: Facts and Figures, disponível em <http://www.un.org/Depts/dpko/missions/minustah/facts.htm> l.

⁷⁹ S.C. Res. 1576, U.N. SCOR, 5090th mtg., U.N. Doc. S/RES/1576 (Nov. 29, 2004); sobre as responsabilidades definidas no mandato original da MINUSTAH, veja Resolução 1542, *supra* nota 77.

⁸⁰ RELATÓRIO ICG HAITI, *supra* nota 1, pp 16.

⁸¹ Id. pp 14.

⁸² Id. pp 14.

⁸³ Ver, por exemplo, Jane Regan, Peace Eludes U.N. “Blue Helmets,” INTER PRESS SERVICE, 15 de fevereiro de 2005 (citando estimativas entre 250 e 406 mortes por tiros ocorrerem em Porto Príncipe desde outubro “dependendo de quem está contando”).

⁸⁴ RELATÓRIO ICG HAITI, *supra* nota 1, pp 15.

policiais teriam sido baleados e decapitados. A Comissão condena tais atos de violência e solicita ao governo, em colaboração com a comunidade internacional, que tome medidas urgentes e necessárias para garantir a segurança da população através do desarmamento das facções ilegais, e processe e puna os responsáveis pelas mortes e outras atrocidades, independentemente de quem sejam os responsáveis.⁸⁵

Além da violência crescente, os processos judiciais têm sido desiguais e a impunidade predomina. Enquanto membros do FL foram presos, dentre dos quais o ex-Premiê Yvon Neptune, o governo tem deixado de processar seriamente aqueles que praticavam a violência contra o FL. Um exemplo chocante disto foi o processo de Louis Jodel Chamblain, ex-lider da FRAPH, que durou um dia e culminou na sua absolvição, e o de Jackson Joanis ex-capitão do exército, que foi condenado *in absentia* em julho de 1994 pela assassinato de Antoine Izmary, um militante pró-Aristide, acontecido em 1993.⁸⁶

A Penitenciária Nacional em Porto Príncipe é um símbolo agudo da ausência do estado do direito no Haiti. Apenas aproximadamente 2% dos mais de mil presos foram condenados de algum crime. No dia 1 de dezembro de 2004, dez presos foram mortos numa chacina,⁸⁷ menos de três meses depois, em 19 de fevereiro de 2005, aproximadamente 480 presos

fugiram após assaltantes armados invadirem o presidio.⁸⁸

As primeiras eleições depois da partida de Aristide deverão acontecer em menos de sete meses, com eleições municipais marcadas para 9 de outubro e as presidenciais para 13 de novembro de 2005.⁸⁹ Até hoje, o Lavalas se negou a participar.⁹⁰ Encarregada de garantir condições adequadas a eleições livres e justas⁹¹, a MINUSTAH enfrenta uma tarefa difícil, diante do boicote do Lavalas e do clima de insegurança e impunidade no Haiti. Contudo, os obstáculos não são insuperáveis. As forças da ONU têm condições de assegurarem a segurança do Haiti, estabelecerem a democracia e promoverem os direitos humanos. A MINUSTAH deve realizar seu potencial agora, e reverter a situação atual, documentada no presente relatório, caracterizada pela omissão da ONU de cumprir com a letra e o espírito do mandato no Haiti.

⁸⁵ Comunicado de Imprensa, Comissão Inter-americana de Direitos Humanos, CIDH Expressa Preocupação sobre a situação no Haiti durante seu 121o Período Ordinário de Sessões (28 de outubro de 2004), disponível em http://www.oas.org/OASpage/press_releases/press_release.asp?sCodigo=IACHR-22E.

⁸⁶ RELATÓRIO ICG HAITI, *supra* nota 1, pp 22. O julgamento teve lugar em 16 de agosto de 2004, e foi condenado por organizações de direitos humanos e organizações internacionais. *Ver*, por exemplo, Comunicado de Imprensa, Anistia Internacional, Chamblain and Joanis Overnight Trials Are an Insult to Justice (16 de agosto de 2004), disponível em <http://web.amnesty.org/library/Index/ENGAMR360532004>; Comunicado de Imprensa, Declaração da Missão Especial da OEA para o Fortalecimento da Democracia no Haiti: o Julgamento por Assassinato de Antoine Izmary (19 de agosto de 2004) (observando que “o julgamento colocou em risco a credibilidade dos processos judiciais e levantou preocupações sobre a integridade da vida política haitiana”).

⁸⁷ INSTITUTE FOR JUSTICE AND DEMOCRACY IN HAITI, RELATÓRIO SOBRE O MASSACRE DE 1 DE DEZEMBRO NA PENITENCIÁRIA NACIONAL (20 de dezembro de 2004) [deste ponto em diante RELATÓRIO PRISÃO IJDH].

⁸⁸ Comunicado de Imprensa, National Coalition for Haitian Rights, Twenty Percent of Haiti's Incarcerated Population Goes Free: NCHR condemns the armed attack against the National Penitentiary (fevereiro de 21, 2005) [deste ponto em diante Comunicado de Imprensa NCHR Prisão], disponível em

http://www.ncrhaiti.org/article.php?id_article=219.

⁸⁹ Philippe Rater, *Haitian elections set for late 2005*, CARIBBEAN NET NEWS, janeiro de 31, 2005, pp <http://www.caribbeanetnews.com/2005/01/31/set.shtml>.

⁹⁰ *Ver* Matthew Hay Brown, *Life in Haiti Remains Bleak After Ouster*, ORLANDO SENTINEL, Mar. 1, 2005.

⁹¹ Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶ 7(II).

III. RESOLUÇÃO 1542: O MANDATO DA MINUSTAH⁹²

III.A. Desarmamento, Desmobilização e Reintegração

Entre os imperativos mais críticos da MINUSTAH está o de “prestar assistência ao Governo de Transição, particularmente à Polícia Nacional Haitiana, mediante programas amplos e sustentáveis de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) para todos os grupos armados, incluindo mulheres e crianças associados a tais grupos, assim como medidas de segurança pública e controle de armamentos.”⁹³ Programas de DDR são a coluna vertebral de operações de paz em situações de pós-conflito. Em missões da ONU subsequentes a guerras civis, os soldados de paz cumprem um papel vital: eles coletam as armas de combatentes e então as estocam ou as destroem. Em muitos casos, soldados de paz abrigam combatentes em campos de acantonamento e facilitam seu reajuste à vida civil.⁹⁴

A falha da MINUSTAH em implementar um amplo programa de DDR objetivando a segurança do país, ou em pressionar efetivamente o governo provisório a começar tal programa, é relatada na seção IV. Esta seção também detalha como armas ilegais por todas as partes têm ameaçado o povo haitiano e contribuído para desestabilizar o país. Como esta seção demonstra, a falha da MINUSTAH em desarmar é decididamente o produto de falta de vontade política, e não de um mandato fraco. Num contexto histórico, o mandato de DDR da MINUSTAH é robusto. Operações de manutenção da paz em Serra Leoa e Libéria aplicaram imperativos albergados em linguagem extraordinariamente similar com muito mais vigor e efeito do que a MINUSTAH tem feito no Haiti. Nestes países africanos – ambos revirados por anos de guerra civil – frases do mandato similares àquelas na Resolução 1542, tais como “auxiliar”, “apoiar”, “monitorar” e “observar”, deram origem a prodigiosas campanhas de DDR, que fazem da linha de atuação da MINUSTAH com relação ao desarmamento no Haiti muito tímida quando comparadas àquelas missões.

⁹² Para o texto integral do mandato, como previsto na Resolução 1542, veja o Anexo I.

⁹³ *Id.* ¶ 7(I)(c).

⁹⁴ *Ver*, por exemplo, Jamie O’Connell, *Here Interest Meets Humanity: How to End the War and Support Reconstruction in Liberia, and the Case for Modest American Leadership*, 17 HARV. HUM. RTS. J. 207, 223 (2004).

Em Serra Leoa, por exemplo, a Resolução 1270 do Conselho de Segurança encarregou a UNAMSIL, a força de manutenção de paz, de “auxiliar o Governo de Serra Leoa na implementação do plano de desarmamento, desmobilização e reintegração.”⁹⁵ Na prática, a “assistência” da UNAMSIL foi muscular: tropas de soldados de paz “dissuadiram ex-combatentes de se rearmar, preveniram que combates na Libéria se espalhassem para Serra Leoa, e suprimiram uma tentativa de golpe em Janeiro de 2003.”⁹⁶ Cerca de 47.000 combatentes foram desarmados e desmobilizados.⁹⁷ Até mesmo críticos do processo de paz em Serra Leoa aceiram que o programa de DDR da UNAMSIL foi exitoso,⁹⁸ principalmente porque não houve incidentes armados planejados em Serra Leoa desde 2001.⁹⁹

Na Libéria, forças de paz tomaram semelhante posição de firmeza no tocante ao desarmamento, e seus esforços produziram resultados positivos. O mandato da força de paz, UNMIL, encarregada de apoiar o acordo de cessar-fogo desenvolvendo e levando a cabo um processo de DDR para os grupos armados, assim como “presta[ndo] assistência no desenvolvimento de áreas de quartelamento” e “observa[ndo] e monitorea[ndo] a separação e quartelamento” das forças militares.¹⁰⁰ O mandato da UNMIL era relativamente mais abrangente que o da MINUSTAH: apesar de ambos os mandatos compartilharem termos como “prestar assistência” e “observar”, a UNMIL recebeu responsabilidades de desarmamento independentemente de qualquer autoridade estatal. Entretanto, a situação no Haiti à época em que a MINUSTAH foi criada era menos turbulenta do que a da Libéria no mesmo momento. A violência no Haiti, apesar de ocorrer regularmente, era semelhante a um combate de guerrilha de baixa

⁹⁵ S.C. Res. 1270, ¶ 8(b), U.N. SCOR, 4054th mtg., U.N. Doc. S/RES/1270 (outubro de 22, 1999). A Resolução também chama a UNAMSIL a estar presente e fornecer segurança durante a recepção de armas e em centros de desmobilização. *Id.* ¶ 8(c).

⁹⁶ O’Connell, *supra* nota 94, pp 222.

⁹⁷ “The Jury is Still Out,” Um paper da Human Right Watch sobre Serra Leoa (11 de julho de 2002) pp 1.

⁹⁸ *Ver*, por exemplo, INTERNATIONAL CRISIS GROUP, LIBERIA AND SIERRA LEONE: REBUILDING FAILED STATES 11 (Relatório ICG Africa No. 87, 8 de dezembro de 2004) [deste ponto em diante RELATÓRIO ICG AFRICA], *disponível em*

http://www.icg.org/library/documents/africa/west_africa/087_liberia_and_sierra_leone_rebuilding_failed_states.pdf.

⁹⁹ *Id.* pp 11 n.61.

¹⁰⁰ S.C. Res. 1509, U.N. SCOR, 4830th mtg., U.N. Doc. S/RES/1509 (setembro de 19, 2003).

intensidade que afetava particularmente alguns bolsões do país, com crises mais sérias ocorrendo em algumas ocasiões. A Libéria, ao contrário, possuía combatentes experientes e treinados, e uma continuada guerra civil.

Em termos de números absolutos de armas coletadas, a campanha de desarmamento da UNMIL, operando de acordo com a Resolução 1509 do Conselho de Segurança, foi ainda mais exitosa do que aquela em Serra Leoa. Estima-se que entre 21 e 24 por cento das armas – em sua maioria AK-47 e lançadores de granadas e de foguetes – foram recolhidas pelas tropas de paz um ano após o início de seu deslocamento ao país.¹⁰¹ Expressa em termos incrivelmente similares àqueles usados no mandato da UNAMSIL, e análogos ao mandato da UNMIL, a porção referente a desarmamento do mandato da MINUSTAH requer que ela implemente um amplo programa de DDR imediatamente, ou que pressione o governo provisório haitiano a fazê-lo imediatamente.

III.B. Reforço Institucional: Reforma da Polícia e os Processos Político e Constitucional

III.B.1. Reforma da Polícia

O mandato da MINUSTAH imbuí a missão com responsabilidades de monitoramento e reforço institucional em relação às agências do governo local, sobretudo a Polícia Nacional Haitiana. Novamente, a experiência de missões anteriores sugere que o mandato da MINUSTAH contempla um grau de proatividade não aparente nem mesmo com uma leitura restrita de seu texto.

Especificamente, o mandato resultante da Resolução 1542 do Conselho de Segurança requer que a MINUSTAH “ajude o Governo de transição na supervisão, reestruturação e reforma da Polícia Nacional Haitiana, em conformidade com as normas de policiamento democrático, incluindo através de exame de antecedentes e certificação de seu pessoal, assessoramento sobre sua reorganização e formação, incluindo formação em questões de gênero, e a supervisão e treinamento dos membros da Polícia Nacional Haitiana.”¹⁰² Apesar do recital de tarefas atribuídas à MINUSTAH, ela fez muito pouco em

termos de reforma da polícia. Muito pelo contrário, os esforços mais visíveis da MINUSTAH envolveram o fornecimento de apoio logístico para operações da polícia que, conforme documentamos na Seção IV, estão implicadas em abusos de direitos humanos tais como prisões e detenções arbitrárias e assassinatos extrajudiciais. Faz-se mister notar neste contexto que o papel da MINUSTAH com relação à PNH não é meramente o de fornecer apoio, como oficiais da MINUSTAH proclamam na imprensa.¹⁰³ Apesar de o mandato determinar que a força “preste assistência no restabelecimento e manutenção do Estado de Direito, segurança pública e ordem pública no Haiti através da provisão de, *entre outras coisas*, apoio operacional à Polícia Nacional Haitiana”¹⁰⁴, uma grande porção do texto da Resolução 1542 é devotada ao treinamento, reforma e supervisão da polícia.

Mandatos de reforma da polícia albergados em linguagem muito mais fraca do que o mandato da MINUSTAH alcançaram resultados muito maiores. Em Serra Leoa, por exemplo, forças de paz da ONU foram delegadas a “coordenar atividades e prestar assistência à[s]...autoridades responsáveis pela aplicação da lei de Serra Leoa no desempenho de suas funções”.¹⁰⁵ Apesar de vago na letra, os termos do mandato da UNAMSIL geraram uma campanha massiva de re-treinamento da força policial de Serra Leoa.¹⁰⁶ Antes do estabelecimento da missão de paz da ONU, a reputação da polícia serra-leonesa em termos de corrupção, perpetração de abusos de direitos humanos e contribuição para com a instabilidade rivalizava com aquela da Polícia Nacional do Haiti.¹⁰⁷ Apesar disso, a força de paz da UNAMSIL implementou reformas de sucesso. Em

¹⁰³ Ver, por exemplo, Joe Mozingo, *Two Killed in Porto Principe Protest*, MIAMI HERALD, 1 de março de 2005 (reportagem que as tropas da MINUSTAH, que disseram ao repórter que seu papel era de apoio à polícia, “permaneceram por perto” enquanto a polícia atirava em manifestantes desarmados).

¹⁰⁴ Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶ 7(I)(d).

¹⁰⁵ S.C. Res. 1289, ¶ 10(d), U.N. SCOR, 4099nd mtg., U.N. Doc. S/Res/1289 (7 de fevereiro de 2000).

¹⁰⁶ O’Connell, *supra* nota 98, pp 226; ver também HUMAN RIGHTS WATCH, THE JURY IS STILL OUT: A HUMAN RIGHTS WATCH BRIEFING PAPER ON SIERRA LEONE 1 (11 de julho de 2002) (reportando que forças lideradas pelos britânicos reabilitaram a polícia de Serra Leoa e levou o exército a vastas melhorias), *disponível em* <http://hrw.org/backgrounders/africa/sl-bck0711.pdf>.

¹⁰⁷ Ver, por exemplo, HUMAN RIGHTS WATCH, THE JURY IS STILL OUT, *supra* nota 14, pp 7 (observando que antes da missão da UNAMSIL a força policial em Serra Leoa era conhecida por abusos incluindo extorsão em postos de controle e estupros de mulheres sob custódia da polícia).

¹⁰¹ RELATÓRIO ICG AFRICA, *supra* nota 98, pp 11. Compare ao caso de Serra Leoa, onde estimativas dos percentuais de armas coletadas varia entre dois e dez por cento. *Id.* O Relatório do ICG observa que “especialistas em desarmamento concordam que nenhum programa de DDR jamais coleta todas as armas”. *Id.*

¹⁰² Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶ 7(I)(b).

conjunto com oficiais britânicos financiados pelo Departamento para Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (U.K. Department for International Development), o componente de policiais civis da UNAMSIL criou uma unidade interna de investigações para investigar denúncias de corrupção, malversação e conduta não profissional. Esta unidade demitiu vários oficiais de polícia corruptos, e adotou uma posição ainda mais confrontacional ao processar alguns oficiais por participarem de práticas corruptas.¹⁰⁸

O trabalho dos soldados de paz em Serra Leoa demonstra que, historicamente, operações de manutenção de paz da ONU podem e de fato implementam reformas significativas mesmo quando seu mandato é, em termos textuais, relativamente fraco. Em contraste, o mandato da MINUSTAH é relativamente mais robusto e deveria portanto compelir ações tão, senão mais, robustas em áreas de treinamento e reforma. Com efeito, tropas de paz iniciaram reformas policiais relativamente eficientes mesmo quando seus mandatos não incluíam linguagem relativa a reforma da polícia, como nos casos do Camboja e da Guatemala.¹⁰⁹

III.B.2. Os Processos Constitucional e Político

O Primeiro-Ministro interino Gerard Latortue tem insistido que eleições no Haiti serão realizadas em meados de 2005, e o mandato da MINUSTAH determina que ela proveja assistência neste processo.¹¹⁰ Em si mesmas, entretanto, eleições nunca foram a panacéia para todos os males de “Estados fracassados” ou em situação de pós-conflito, como um painel independente que avaliou as missões de paz confirmou para a ONU em 2000.¹¹¹

¹⁰⁸ *Id.*

¹⁰⁹ Ver Charles T. Call & William D. Stanley, *Protecting the People: Public Security Choices after Civil War*, GLOBAL GOVERNANCE, abril-junho de 2001, disponível em <http://www.watsoninstitute.org/pub/CallGlobalGovArticle.pdf>.

¹¹⁰ Especificamente, a Resolução 1542 chama a MINUSTAH a “prestar assistência ao Governo de transição em seus esforços para organizar, supervisionar e realizar eleições municipais, parlamentares e presidenciais livres e justas, na maior brevidade possível, em particular prestando assistência técnica, logística e administrativa e mantendo a segurança, com o apoio apropriado a um processo eleitoral em que a participação dos votantes seja representativa das características demográficas do país, com inclusão das mulheres.” Resolução 1542, *supra* nota 3 ¶ 7(II)(c).

¹¹¹ Ver *Report of the Panel on United Nations Peacekeeping Operations*, ¶ 38, U.N. Doc. A/55/305-S/2000/809 (21 de agosto de 2000) (*preparado por*

Este fato é especialmente relevante e verdadeiro no caso do Haiti.

Missões de paz da ONU aprenderam esta lição de maneira dolorosa no Camboja no começo dos anos 1990. A autoridade transitória, UNTAC, tratou as eleições como o ponto final do envolvimento da ONU, sem desmobilizar adequadamente facções armadas ou criar um “ambiente politicamente neutro”¹¹² genuíno. Sua negligência levou a uma ruptura do estado de direito logo após as eleições.¹¹³ Como se tivesse estas lições em mente, a Resolução 1542 do Conselho de Segurança especificamente exige que a MINUSTAH “apóie o processo constitucional e político em curso no Haiti, inclusive oferecendo seus bons ofícios, e promova princípios de governança democrática e desenvolvimento institucional” e “ajude o Governo de transição a estender a autoridade do Estado por todo o Haiti e apóie a boa governança em âmbito local.”¹¹⁴

O mandato da Autoridade de transição de Timor Leste (UNTAET) não a encarregou especificamente de realizar eleições, mas de construir instituições administrativas e civis que eram pré-requisitos para as eleições. O mandato da UNTAET, que lhe concedeu extensiva autoridade administrativa, legislativa, executiva e judicial, era admitidamente mais amplo que o da MINUSTAH. Significativamente, no entanto, apesar de a UNTAET ser encarregada de obrigações tão extensas, o texto de seu mandato aparentemente deferia tal função a processos locais. O mandato da UNTAET lhe concedeu a responsabilidade de “contribuir com o desenvolvimento de serviços sociais e civis” e “de apoiar o fomento da capacidade para o auto-governo.”¹¹⁵

Lakhdar Brahimi) (chamando futuras operações de paz a ver eleições “livres e justas como parte de esforços maiores para reforçar instituições de governança” que precisam “do apoio de um processo mais amplo de democratização e de construção da sociedade civil que inclua efetivamente governo civil e uma cultura de respeito aos direitos humanos fundamentais”), disponível em http://www.un.org/peace/reports/peace_operations.

¹¹² Ver, por exemplo, Mats Berdal & Michael Leifer, *Cambodia, em THE NEW INTERVENTIONISM 1991-1994: THE UNITED NATIONS EXPERIENCE IN CAMBODIA, FORMER YUGOSLAVIA AND SOMALIA 36* (James Mayall ed., 1996); Ramesh Thakur, *Cambodia, East Timor and the Brahimi Report*, INTERNATIONAL PEACEKEEPING, outono de 2001, pp 121-22.

¹¹³ *Id.*

¹¹⁴ Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶¶ 7(II)(a), (d).

¹¹⁵ S.C. Res. 1272, ¶¶ 2(c), (e), U.N. SCOR, 4057th mtg., U.N. Doc. S/RES/1272 (25 de outubro de 1999) (adicionamos ênfase).

Criar o maquinário do Estado virtualmente do chão era chave para a UNTAET,¹¹⁶ mas a missão compreendeu apoio a capacitação para o auto-governo muito além de simples infra-estrutura institucional para incluir, também, um extenso programa de educação cívica e eleitoral. Através de formação dos cidadãos, informação em massa e outras iniciativas da sociedade civil, a UNTAET reconstruiu redes de comunicação e de informação pública e encorajou a participação pública na elaboração da Constituição.¹¹⁷ Menos de dois anos depois do estabelecimento da UNTAET, a população participou em massa para eleger uma Assembléia Constituinte – mais de 91% dos eleitores registrados votaram.¹¹⁸

Como a experiência da UNTAET demonstra, o papel relativo ao estabelecimento da democracia, e descrito em termos tão acessórios como “apoiar”, requer trabalho muito além de mera supervisão no dia da eleição. Para apoiar os processos constitucional e político no Haiti, as tarefas da MINUSTAH devem incluir, afora o desarmamento, ajuda no processo de engajamento de apoiadores do Lavalas (ou Lavalistas) que se sentem destituídos pela saída de Aristide do poder e estão ameaçando não participar das eleições; apoio a assembléias públicas e liberdade de expressão, ao invés de suprimi-las, como descrevemos na Seção IV; e um fim às práticas de impunidade que contribuem para a percepção popular de parcialidade anti-Lavalas por parte da MINUSTAH e do governo interino.

De modo algum foi a UNTAET a primeira missão de paz a interpretar um mandato eleitoral de maneira ampla. A missão de paz na Namíbia em 1989, UNTAG, interpretou um mandato relativamente simples, centrado na realização de eleições, de maneira extensa o suficiente para gerar reformas de capacitação democrática. A UNTAG criou ou supervisionou a reforma de instituições como a

polícia; confinou e descomissionou tropas; e trabalhou para a criação de um aparato legal justo.¹¹⁹ Tais reformas requeriam uma interpretação ampla do mandato básico da UNTAG, que encarregava-a de “garantir a existência de condições na Namíbia que permitam que o povo namibiano participe livremente e sem intimidações no processo eleitoral sob a supervisão e controle das Nações Unidas, e que levem à pronta independência do Território.”¹²⁰

Assim como a MINUSTAH, o mandato da UNTAG também requeria que a força de paz trabalhasse em conjunto com o governo existente.¹²¹ Todavia, na prática isto não levou a UNTAG a assumir um papel secundário, auxiliar. De modo semelhante, o mandato da MINUSTAH, interpretado no contexto de outras missões de paz garantidas por linguagem similar, requer uma postura mais pró-ativa do que ela tem assumido até o presente momento.

III.C. Direitos Humanos e Proteção Civil

III.C.1. Direitos Humanos

À luz de missões precedentes, o mandato da MINUSTAH representa não apenas a continuação, mas a elevação do comprometimento da ONU para com os direitos humanos como um componente vital do processo de manutenção da paz.¹²² De fato, as falhas e sucessos de missões anteriores ensinaram que “os esforços conceptuais e operacionais das Nações Unidas precisam emanar de um núcleo de direitos humanos.”¹²³ A seção III do mandato da MINUSTAH prescreve responsabilidades substanciais especificamente endereçadas à manutenção dos, e respeito pelos, direitos humanos no Haiti. A primeira categoria básica de responsabilidade da MINUSTAH em direitos humanos é “apoiar o Governo de transição, assim como as instituições e grupos de direitos humanos

¹¹⁶ A UNTAET incluía em suas prioridades “a restauração dos serviços públicos através da reconstrução de infra-estrutura essencial e do recrutamento e treinamento de funcionários públicos e da reconstrução do judiciário e do sistema de aplicação da lei.” Michael J. Matheson, *United Nations Governance of Post-Conflict Societies*, 95 AM. J. INT’L L. 76, 82 (2001).

¹¹⁷ Dianne M. Criswell, Comentário, *Durable Consent and a Strong Transitional Peacekeeping Plan: The Success of UNTAET in Light of the Lessons Learned in Cambodia*, 11 PAC. RIM L. & POL’Y J. 577, 601 (2002).

¹¹⁸ Sítio web do Departamento de Operações de Paz da ONU, UNTAET: Background, pp <http://www.un.org/peace/etimor/UntaetB.htm> (last visited Mar. 6, 2005).

¹¹⁹ Gwinyayi Albert Dzinesa, *A Comparative Perspective of U.N. Peacekeeping in Angola and Namibia*, INTERNATIONAL PEACEKEEPING, inverno de 2004, pp 648.

¹²⁰ S.C. Res. 632, ¶ 2, U.N. SCOR, 2848th mtg., U.N. Doc. S/RES/632 (16 de fevereiro de 1989).

¹²¹ Dzinesa, *supra* nota 119, pp 651.

¹²² Apesar de sua existência por mais de meio século, a ONU apenas tem contemplado e seriamente utilizado missões de campo de direitos humanos nos últimos dez anos. Ver Todd Howland, *U.N. Human Rights Field Presence as Proactive Instrument of Peace and Social Change: Lessons from Angola*, HUM. RTS. Q., 2004, pp 8-9 (observando que “trabalho de campo de direitos humanos é novo dentro da ‘caixa de ferramentas’ da ONU”) [deste ponto em diante *Relatório Angola*].

¹²³ *Id.* pp 28.

haitianos, em seus esforços para promover e proteger os direitos humanos, particularmente de mulheres e crianças, de modo a garantir a responsabilização individual por abusos de direitos humanos e a compensação das vítimas.”¹²⁴ A segunda categoria de responsabilidade é de “monitorar e apresentar relatórios sobre a situação de direitos humanos, em cooperação com o Escritório do Alto Comissário para os Direitos Humanos das Nações Unidas, incluindo sobre a situação de refugiados e de pessoas deslocadas que retorna[ra]m.”¹²⁵

Com a possível exceção de várias missões em Angola, onde a ONU criou uma Divisão de Direitos Humanos (Human Rights Division (HRD)) separada que finalmente se transformou no componente central da presença da ONU,¹²⁶ nenhuma linguagem direta tocando em direitos humanos existe em mandatos de outras operações de paz da ONU. Missões anteriores encarregadas com responsabilidades de direitos humanos são portanto relevantes para a MINUSTAH na medida em que elas representam a linha mínima abaixo da qual a MINUSTAH não pode descer ao levar a cabo suas responsabilidades. Isto é, a MINUSTAH não pode fazer menos; eles não podem, entretanto, ser considerados determinantes com relação à compreensão e avaliação do grau de cumprimento com a amplitude total de seu mandato – isto é, a MINUSTAH também precisa fazer mais.

Como no caso da MINUSTAH, o mandato guiando a Missão de Observação das Nações Unidas em El Salvador (ONUSAL) encarregou a missão com responsabilidades de supervisionar e informar em relação à situação de direitos humanos em naquele país.¹²⁷ Em marcado contraste com o caso da MINUSTAH no Haiti, entretanto, o cumprimento desta responsabilidade no caso da ONUSAL assumiu a impressionante forma de um processo multi-fásico criado para verificar denúncias de violações de direitos humanos: investigação e missões de colheita

de dados pavimentaram o caminho para subsequente trabalho policial e procedimentos judiciais e, por sua vez, para a determinação final se de fato tais violações haviam ocorrido.¹²⁸ Em termos de resultados finais, o elaborado processo de verificação gerou, entre outras conseqüências, uma “redução dramática” no número de detenções arbitrárias.¹²⁹ Como detalhamos em nossas descobertas abaixo,¹³⁰ detenções ou prisões arbitrárias realizadas sem um mandato judicialmente autorizado de acordo com as regras do Estado de Direito, estão entre as violações de direitos humanos mais comuns sofridas pelo povo haitiano.

Interessante e perturbadora também, em virtude da completa¹³¹ falta de produção de informes da

¹²⁸ Allison L. Jernow, *Ad Hoc and Extra-Conventional Means for Human Rights Monitoring*, 28 N.Y.U. J. INT'L L. & POL. 785, 827 (1996) (citando Diego García-Sayán, *The Experience of ONUSAL in El Salvador*, in HONORING HUMAN RIGHTS AND KEEPING THE PEACE: LESSONS FROM EL SALVADOR, CAMBODIA, AND HAITI 31, 38 (Alice H. Henkin ed., 1995)).

¹²⁹ Jernow, *supra* nota 128, pp 828 (citando Diego García-Sayán, *The Experience of ONUSAL in El Salvador*, in HONORING HUMAN RIGHTS AND KEEPING THE PEACE: LESSONS FROM EL SALVADOR, CAMBODIA, AND HAITI 31, 38 (Alice H. Henkin ed., 1995)). No caso das detenções arbitrárias, o procedimento multi-fásico encampou a seguinte forma. Primeiro, a ONUSAL conduziu missões de coleta de dados e investigação fazendo “visitas surpresa” a locais de detenção. Jernow, *supra*, pp 827. Em segundo lugar, ONUSAL informava suas descobertas para a Polícia Nacional e então realizava um acorrido sobre instruções para as operações no terreno. *Id.* pp 828. Em terceiro lugar, ONUSAL enviava pessoal para trabalhar juntamente com o Conselho Nacional para a Defesa dos Direitos Humanos no desenvolvimento de mecanismos de verificação conjuntos. *Id.* Finalmente, através de canais estabelecidos pela presença de pessoal da ONUSAL, reclamações eram enviadas diretamente ao Conselho Nacional, que emitia resoluções sobre casos e desafiava o abuso oficial. *Id.*

(citando o *Relatório do Secretário-Geral da ONU sobre a Missão de Observação em El Salvador*, U.N. SCOR, 49th Sess., ¶ 33, U.N. Doc. S/1995/220 (24 de março de 1995)).

¹³⁰ *Ver infra* Seção IV.

¹³¹ Em 24 de janeiro de 2005, exatamente uma semana após nosso retorno aos Estados Unidos provenientes do Haiti, o Expert Independente do Secretário-Geral para o Haiti publicou um relatório, publicado no sítio web do Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (OHCHR) sobre a situação de direitos humanos no Haiti. Este relatório está disponível online, e até a confecção deste relatório apenas em francês. *Ver Rapport de l'Expert indépendant, M. Louis Joinet, sur la situation des droits de l'homme en Haïti*, U.N. ESCOR, 61st Sess., U.N. Doc. E/CN.4/2005/123 (2005) (submetido para a Comissão de Direitos Humanos) [deste ponto em diante *Relatório Joinet*], disponível em

¹²⁴ Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶ 7(III)(a).

¹²⁵ *Id.* ¶ 7(III)(b).

¹²⁶ Para um relatório extensivo detalhando os esforços da ONU para a promoção de direitos humanos em Angola, veja Todd Howland, *Relatório Angola*, *supra* nota 122. Como a Resolução autorizando o trabalho de direitos humanos em Angola fez menção implícita, e não explícita, de tal trabalho, *id.* pp 7, poderíamos argüir que o HRD, pelo menos no papel, não representava uma exceção à história geral das missões de paz da ONU nem ao argumento de que o mandato da MINUSTAH fornece um grau imprecendente de autorização para atividades de direitos humanos.

¹²⁷ S.C. Res. 693, U.N. SCOR, 2988th mtg., U.N. Doc. S/RES/693 (20 de maio 1991).

MINUSTAH no Haiti, é a constatação de que a seção do mandato da MINUSTAH prescrevendo responsabilidades de direitos humanos é muito mais direta e mais explícita do que aquela no caso da ONUSAL. Sem dúvida, as realizações da ONUSAL relacionadas à melhoria dos abusivos padrões abusivos de direitos humanos ocorreram em grande parte ad hoc, sem autorização específica. A Resolução 693 autorizou a ONUSAL meramente a “verificar o cumprimento, pelas partes [em conflito], do Acordo em Direitos Humanos assinado em San José em 26 de julho de 1990.”¹³² A Resolução 1542, pelo contrário, não condiciona a responsabilidade da MINUSTAH a um acordo em separado, mas autoriza a MINUSTAH direta e especificamente a “monitorar e apresentar relatórios sobre a situação de direitos humanos” no Haiti.¹³³ Em breve, o vigor do componente de direitos humanos de seu mandato, requer que a MINUSTAH não apenas tente igualar, mas sim ultrapassar os feitos da ONUSAL e de

missões semelhantes¹³⁴ ao desempenhar suas responsabilidades em relação à situação de direitos humanos no Haiti.

Como no caso do desarmamento detalhado acima, uma breve pesquisa a respeito de missões de paz da ONU prévias à MINUSTAH deixa claro que a capacidade de apoio prescrita na Seção III(a) do mandato na MINUSTAH não é nem secundária nem fraca como seu texto poderia sugerir. A Autoridade de transição das Nações Unidas no Camboja (UNTAC), por exemplo, instruída de modo muito similar,¹³⁵ produziu significativas reformas de primeira ordem com respeito aos direitos humanos. As realizações da UNTAC incluem: o fim, através de visitas regulares às prisões, da prática cruel e desumana de restringir os internos com pernas de ferro; a promoção de educação em direitos humanos através da organização de freqüentes sessões de treinamento para juizes e policiais; e por extensão, institucionalizar uma ética de direitos humanos de tal magnitude a convencer o governo interino a aceder aos principais instrumentos internacional de direitos humanos dos quais o Camboja ainda não era parte.¹³⁶ O fato de a UNTAC ainda ter se mostrado influencial na criação de varias organizações de direitos humanos no Camboja, assim como em organizar vários simpósios sobre promoção de direitos

http://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?c=78&su=86. O Relatório Joinet, entretanto, não é um relatório da MINUSTAH *per se*. Com efeito, as responsabilidades do senhor Joinet como Expert Independente do Secretário-Geral pra o Haiti dericam de um mandato em separado da ONU que pré-data o estabelecimento da MINUSTAH em quase dez anos. *Ver* C.H.R. Res. 1995/70, ESCOR Supp. (No. 4) pp 202, U.N. Doc. E/CN.4/1995/70 (1995). Enquanto a Resolução 1542 urge cooperação com o OHCHR, ela não desculpa a inação da MINUSTAH em termos de seu requerimento específico de apresentar informes. De maneira similar, o Secretário-Geral autorizou vários relatórios interinos sobre o progresso da MINUSTAH no Haiti, cada qual contendo não mais de alguns parágrafos sobre direitos humanos. Mas como no caso do relatório do Sr. Joinet, estes relatórios são produto do Secretário-Geral, e não da MINUSTAH, e publicados de acordo com suas responsabilidades independentes. Para acesso eletrônico dos relatórios do Secretário-Geral, quatro até o presente momento, e o mais recente datado de 25 de fevereiro de 2005, veja MINUSTAH: U.N. DOCUMENTS, disponível em

<http://www.un.org/Depts/dpko/missions/minustah/reports.html> (visitado pela última vez em 19 de março de 2005).

¹³² Resolução 693, *supra* nota 127. Outro exemplo de uma missão da ONU que engajou com sucesso na supervisão e verificação de procedimentos de direitos humanos foi a Missão da ONU na Guatemala em 1994 (MINUGUA). Como no caso da ONUSAL, um acordo de direitos humanos prévio determinou o âmbito das reponsabilidades da MINUGUA, como evidenciadas por seu próprio nome. *Ver* Mission for the Verification of Human Rights and of Compliance with the Commitments of the Comprehensive Agreement on Human Rights in Guatemala, G.A. Res. 48/267, U.N. GAOR, 48th Sess., U.N. Doc. A/RES/48/267 (setembro de 19, 1994).

¹³³ Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶ 7(III)(b).

¹³⁴ *Ver*, por exemplo, *supra* nota 132 (discutindo a missão da MINUGUA na Guatemala).

¹³⁵ Para se ter certeza, como notamos acima a missão da UNTAC era de uma ordem e magnitude diferente da MINUSTAH; diferentemente do Haiti atualmente, nenhum governo de transição ou semelhante estrutura existia no Camboja no começo dos anos 1990. Em relação a responsabilidades de direitos humanos, no entanto, as provisões semelhantes do mandato da UNTAC, definidas na Seção E do Anexo 1 dos Acordos de Paris, eram razoavelmente comparáveis àquelas detalhadas na Seção III do mandato da MINUSTAH. A Seção E do instrua a UNTAC, de acordo com uma responsabilidade mais ampla de “promover um ambiente no qual o respeito pelos direitos humanos seja garantido” definido no Artigo 16 dos Acordos de Paris, para fazer provisões específicas para : “(a) O desenvolvimento e implementação de um programa de educação em direitos humanos para promover o respeito e entendimento dos direitos humanos; (b) Supervisão geral dos direitos humanos durante o período de transição; (c) Investigação de denúncias de direitos humanos, e onde apropriado, ações corretivas.” Paris Conference on Cambodia: Agreements Elaborating the Framework for a Comprehensive Political Settlement of the Cambodia Conflict, Annex 1(E), outubro de 23, 1991, 31 I.L.M. 174, 192 (1992), U.N. Doc. A/46/608-S/23177 (30 de outubro de 1991).

¹³⁶ *Ver* Jernow, *supra* nota 128, pp 824.

humanos no Camboja,¹³⁷ confirma que a obrigação da MINUSTAH de “apoiar...instituições e grupos de direitos humanos haitianos em seus esforços em promover e proteger direitos humanos”¹³⁸ contempla proatividade, não apenas “apoio” no mais limitado senso do termo.

A recente experiência da ONU em Angola, assinalada acima, oferece um contexto especialmente válido para compreendermos não apenas o objetivo previsto, mas o significado mais amplo das responsabilidades de direitos humanos da MINUSTAH dentro de suas funções de missão de paz da ONU nos dias de hoje. A Divisão de Direitos Humanos (HRD) em Angola instituiu uma série de programas relacionados aos direitos humanos em cooperação com o governo, incluindo sistemas de rastreamento de casos, extensivo treinamento em direitos humanos para funcionários do governo, educação do exército em responsabilidades de direitos humanos, expansão do alcance e da integridade do sistema de justiça, e várias outras atividades de publicidade e conscientização.¹³⁹ A implementação dos programas alcançou todos os níveis do governo, incluindo promotores, a polícia, prisões e o judiciário.¹⁴⁰ A HRD ainda usou sua expertise e capacidade de treinamento junto à sociedade civil em geral, focando na prática jurídica especificamente como um meio para alcançar mudanças necessárias e fundamentais em termos de políticas públicas.¹⁴¹ Para este fim, o HRD trabalhou no sentido de apoiar esforços de organizações não-governamentais (ONGs) e organizações não-governamentais internacionais (IONGs), organizações locais e de bairro, conselhos de direitos humanos e até mesmo companhias petrolíferas na promoção dos direitos humanos.

Como Todd Howland observa, entretanto, que estes e outros avanços das últimas missões da ONU em Angola ocorreram em grande monta *apesar* de seus mandatos. A HRD derivou sua autoridade inicialmente da Missão de Observação das Nações Unidas para Angola (MONUA), criada em 1997 de acordo com a Resolução 1118 do Conselho de Segurança, e subseqüentemente do Escritório das

Nações Unidas em Angola (United Nations Office in Angola (UNOA)), criado em 1999 para uma missão de estabelecimento da paz mais compreensiva, de acordo com a Resolução 1268 do Conselho de Segurança.¹⁴² Sob a MONUA, entretanto, a inclusão de direitos humanos como uma responsabilidade especificamente atribuída foi “implícita ao invés de explícita.”¹⁴³ De modo parecido, o mandato da UNOA falava apenas genericamente de uma responsabilidade em trabalhar “a fim de buscar meios eficazes [para a]...promoção de direitos humanos”,¹⁴⁴ e, de fato, “alguns observadores criticaram o mandato por falhar em expressamente apoiar atividades de monitoramento de direitos humanos”.¹⁴⁵

Por outro lado, não pode haver dúvida, pois a Resolução 1542 do Conselho de Segurança não deixa nenhuma, de que as obrigações da MINUSTAH em relação aos direitos humanos são explícitas, obrigações claramente definidas. A experiência das missões da ONU em Angola, e especificamente da HRD, nos proporciona valioso guia a respeito da linha mínima apropriada para a implementação do mandato de direitos humanos da MINUSTAH.

Apesar de suas diferenças de logística, a MINUSTAH e a MONUA/ONUA compartilham muito com respeito às suas respectivas obrigações em termos de promoção e proteção dos direitos humanos. Em especial, é preciso reiterar que muitos dos sucessos da HRD em Angola, como enumeramos acima, ocorreram não independentemente, mas na verdade em cooperação com instituições e organizações pré-existentes – do governo e do exército a organizações da sociedade civil e parceiros privados, incluindo ativistas e advogados de direitos humanos angolanos. Em tais termos, a provisão da Resolução 1542 que determina que a MINUSTAH “apóie o Governo de transição assim como grupos e instituições de direitos humanos haitianos em seus esforços para a promoção e proteção dos direitos humanos”¹⁴⁶, assim como em outros momentos, contempla um grau de proatividade que não é imediatamente aparente de sua linguagem. Apoio ou assistência, em outras palavras, não precisam ser necessariamente iguais a suplementariedade e inabilidade ou falta de vontade em assumir iniciativa.

¹³⁷ Ver Jernow, *supra* nota 128, pp 824; veja também Fact and Data Sheet, United Nations Transitional Authority in Cambodia, pp <http://www.gmu.edu/departments/t-po/resource-bk/mission/untac.html> (visitado pela última vez em 5 de março de 2005).

¹³⁸ Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶ 7(III)(a).

¹³⁹ Todd Howland, *Relatório Angola*, *supra* nota 122, pp 16-17.

¹⁴⁰ *Id.* pp 16.

¹⁴¹ *Id.* pp 17-18.

¹⁴² S.C. Res. 1268, U.N. SCOR, 4052nd mtg., U.N. Doc. S/Res/1268 (15 de outubro de 1999) [deste ponto em diante Resolução 1268].

¹⁴³ Todd Howland, *Relatório Angola*, *supra* nota 122, pp 7.

¹⁴⁴ Resolução 1268, *supra* nota 142, ¶ 1.

¹⁴⁵ Todd Howland, *Relatório Angola*, *supra* nota 122, pp 8 n.37.

¹⁴⁶ Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶ 7(III)(a).

De fato, à luz de experiências passadas, apoio e assistência deveriam ser iguais com um poder muito real de estímulo e realização de mudanças significativas.

A missão da ONU cujo mandato apresenta maior semelhança com o da MINUSTAH na área de responsabilidades de direitos humanos foi o da missão em Serra Leoa de 1998 (UNOMSIL), suplementado e incorporado à missão mais ampla de 1999 (UNAMSIL).¹⁴⁷ A Resolução 1181 do Conselho de Segurança encarregou a UNOMSIL, e especificamente seu staff civil, com a responsabilidade de “informar sobre violações de direito internacional humanitário e direitos humanos em Serra Leoa” assim como “ajudar o Governo de Serra Leoa em seus esforços para satisfazer as necessidades de direitos humanos do país.”¹⁴⁸ À primeira vista, tal linguagem parece virtualmente indistinguível da linguagem do componente de direitos humanos do mandato da MINUSTAH, que fala de modo semelhante de um dever de “monitorar e apresentar relatórios sobre a situação de direitos humanos” assim como “apoiar o Governo de transição... em [seus] esforços para promover e proteger os direitos humanos...”¹⁴⁹ Contudo, a comparação das duas resoluções governando as respectivas missões deixa claro que a obrigação da MINUSTAH de proteger os direitos humanos no Haiti é, no papel pelo menos, *mais forte* do que fora semelhante obrigação da UNOMSIL, e do que é para a UNAMSIL, em Serra Leoa. As responsabilidades de direitos humanos da missão original, UNOMSIL, ao passo que parte da resolução mais ampla que continha o mandato, não estavam, como no caso da MINUSTAH, tecnicamente dentro do mandato em

si.¹⁵⁰ O mandato da MINUSTAH, além disso, enumera especificamente responsabilidades de supervisão e apresentação de informes para a missão ao invés de uma declaração de propósitos mais ampla e ambígua como no caso dos mandatos da UNOMSIL e UNAMSIL. Para alcançar o cumprimento deste mandato apropriadamente, a MINUSTAH deve ir além dos resultados atingidos pela UNOMSIL, e subseqüentemente pela UNAMSIL. Estes resultados, novamente enfatizamos, foram baseados num mandato limitado, incluíram, *inter alia*: supervisão e informação sobre violações de direitos humanos e direito internacional humanitário; realização de treinamento em direitos humanos para a polícia, o exército e organizações da sociedade civil serra-leoneses, assim como para o pessoal da ONU; e fornecimento de assistência técnica para instituições nacionais, como a Comissão de Verdade e Reconciliação, em sua promoção e respeito pelo estado de direito.¹⁵¹

Em breve, a linguagem do mandato da MINUSTAH é mais, e não menos, reforçada com relação à proteção dos direitos humanos do que semelhantes provisões em prévios mandatos de missões da ONU – missões que com freqüência alcançaram consideráveis êxitos em garantir tal proteção. Com efeito, o simples fato de que direitos humanos ocupem uma seção separada do mandato da MINUSTAH em si mesma é uma comparação notável. Alcançar sucesso à mesma altura daquelas missões seria portanto um ponto de partida, mas de nenhuma maneira o objetivo último para a MINUSTAH.

Como proposição geral, ademais, os atuais mandatos do Conselho de Segurança autorizam muito mais poder e responsabilidade para suas respectivas missões da ONU do que mandatos no passado. A experiência da ONU no Haiti oferece um caso a ser estudado. Quando visto em comparação com prévios mandatos de missões da ONU no Haiti, autorizados de acordo com as Resoluções 975 e 1995 do Conselho de Segurança, e as resoluções a elas incorporadas, o mandato da MINUSTAH “é um mandato do Capítulo VII e as preocupações fundacionais são muito mais extensivas tal qual é a

¹⁴⁷ A Resolução 1270 do Conselho de Segurança criou a UNAMSIL principalmente para ajudar as partes a aplicar o Acordo de Paz de Lomé de 18 de maio de 1999 e a prestar assistência na implementação do programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR). O mandato inicial da UNAMSIL prescrito na Resolução 1270 era curto, referindo a direitos humanos apenas indiretamente ao obrigar a missão a “apoiar as operações dos oficiais civis das Nações Unidas, inclusive to Representante Especial do Secretário-Geral e de seu staff, oficiais de direitos humanos e oficiais de assuntos civis.” Resolução 1270, *supra* nota 95, ¶ 8(h). Resoluções subseqüentes revisaram e expandiram o mandato da UNAMSIL apesar de nunca mencionar a palavra direitos humanos especificamente. *Ver* Resolução 1289, *supra* nota 105; S.C. Res. 1346, U.N. SCOR, 4306th mtg., U.N. Doc. S/RES/1346 (30 de março de 2001).

¹⁴⁸ S.C. Res. 1181, ¶ 8(b), U.N. SCOR, 3902nd mtg., U.N. Doc. S/RES/1181 (13 de julho de 1998).

¹⁴⁹ Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶¶ 7(III)(a)-(b).

¹⁵⁰ Parágrafos 6(a)-(d) da Resolução 1181 sublinhados no mandato da UNOMSIL; as referências a direitos humanos aparecem apenas no parágrafo 8. Resolução 1181, *supra* nota 148.

¹⁵¹ MARK MALAN ET AL., *The ‘New’ UNAMSIL: Strength and Composition*, em PEACEKEEPING IN SIERRA LEONE: UNAMSIL HITS THE HOME STRAIGHT (Institute for Strategic Studies ed., 2002), disponível em <http://www.iss.co.za/Pubs/Monographs/No68/Chap4.html>.

orientação proporcionada à missão.”¹⁵² Tal fato é especialmente verdadeiro na área de direitos humanos, onde, relativamente a missões anteriores no Haiti tais mandatos nem mesmo mencionavam a expressão direitos humanos, a inclusão da Seção III no mandato da MINUSTAH reflete “o crescente entendimento de que respeito pelos direitos humanos pode ajudar a criar as condições necessárias para a paz sustentável.”¹⁵³ Para que ambos, o sucesso da missão e em última análise do povo haitiano, alcancem paz e estabilidade, oficiais e tropas da MINUSTAH no terreno precisam entender a centralidade de suas responsabilidades no tocante aos direitos humanos, pois “ignorar questões pendentes de direitos humanos apenas resultará em continuada convulsão social.”¹⁵⁴ Como David Beer, Comissário do componente de polícia civil da MINUSTAH (CIVPOL), recentemente admitiu, “se a situação de direitos humanos não está mudando... nós não podemos ter um ambiente seguro e estável.”¹⁵⁵ Sem uma ação correspondente, obviamente, o mero reconhecimento do valor dos direitos humanos não é suficiente. O Comissário Beer, em outras palavras, faria bem em reconhecer que a situação de direitos humanos no Haiti não mudará – e a instabilidade e insegurança não acabarão – a menos que a MINUSTAH ativamente se aventure a efetivar as mudanças.

III.C.2. *Proteção Civil*

Finalmente, a Seção I(f) do mandato da MINUSTAH obriga a missão a “proteger civis sob ameaça iminente de ataque físico, na medida de suas possibilidades e dentro de sua área de destacamento,

sem prejuízo das obrigações do Governo de transição e das autoridades policiais.”¹⁵⁶ Uma leitura simples deste provimento, e de suas duas cláusulas qualificadoras, determinadas pelos termos “dentro de” (within, no original em inglês) e “sem” (without, no original em inglês), parece impor distintas limitações à habilidade da MINUSTAH em levar a cabo sua responsabilidade de proteção em relação à população civil do Haiti. No entanto, como os resultados da pesquisa e a análise feita na seção IV deste relatório deixam claro, aplicando a Seção I(f) do mandato da MINUSTAH a qualquer número de cenários reais de fato revela que nem a limitação é tão significativa ou restritiva na prática como ela pode parecer no papel.¹⁵⁷ Isto é, a obrigação da MINUSTAH de proteger haitianos civis inocentes é melhor entendida como uma obrigação incondicional. Certas interpretações limitantes, na realidade, são explicitamente desautorizadas, pois “operadores militares e da polícia...devem estar continuamente conscientes de que nenhuma linguagem contida no mandato pode contradizer ou superar...o imperativo de seguir normas legais internacionalmente reconhecidas e princípios de direitos humanos em todos os relacionamentos e operações.”¹⁵⁸ As tropas da MINUSTAH estão em todos os momentos sujeitas aos limites legais relacionados à legitimidade dos métodos de guerra – sobretudo o artigo 48 do Primeiro Protocolo Adicional de 1977 das Convenções de Genebra¹⁵⁹ – e não podem ler as ostensivas limitações à proteção de civis contidas em seu mandato como afastando tais responsabilidades.

David Beer, Comissário da CIVPOL, da ampliada missão da MINUSTAH, essencialmente confirmou a

¹⁵² Instituto de Defesa de Estudos Legais Internacionais (Defense Institute of International Legal Studies), *United Nations Mandates and United Nations Peace Support Operations*, agosto de 2004, pp 6, disponível em [http://www.dsca.mil/diils/Mandates_Module\(Aug_04\).pdf](http://www.dsca.mil/diils/Mandates_Module(Aug_04).pdf) [deste ponto em diante *Mandatos das Nações Unidas*].

¹⁵³ Todd Howland, *Relatório Angola*, supra nota 122, pp 14.

¹⁵⁴ *Id.*; veja também Declaração do Secretário-Geral da ONU Boutros Boutros-Ghali, 45º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 13 de dezembro de 1993 (“A ligação entre direitos humanos e paz e segurança internacional é fundamental. Os redatores da Carta [da ONU] entenderam que violações de direitos humanos massivas e sistemáticas levam quase que inevitavelmente a lutas, conflitos e confrontação militar... Nós não apenas reconhecemos a democracia, desenvolvimento e respeito pelos direitos humanos são interconectados e se reforçam mutuamente: nós temos de trabalhar com base nessa crença”) (tradução livre)

¹⁵⁵ Reed Lindsay, *Police blamed in Haiti killings*, TORONTO STAR, 15 de fevereiro de 2005.

¹⁵⁶ Resolução 1542, supra nota 3, ¶ 7(I)(f).

¹⁵⁷ Ver infra Seção IV.

¹⁵⁸ *Mandatos das Nações Unidas*, supra nota 152, pp 3.

¹⁵⁹ O artigo 48 prevê, na parte pertinente, que “as Partes do conflito devem em todos os momentos distinguir entre a população civil e combatentes e entre objetos civis e objetivos militares e de acordo devem dirigir suas operações apenas contra objetivos militares.” PROTOCOLO ADICIONAL I ÀS CONVENÇÕES DE GENEBRA DE 12 DE AGOSTO DE 1949, E RELACIONAS À PROTEÇÃO DE VÍTIMAS DE CONFLITOS INTERNACIONAIS ARMADOS, 18 de junho de 1977, art. 48, 1125 U.N.T.S. 3 [deste ponto em diante PROTOCOLO ADICIONAL I]. Como nem o Haiti nem o Brasil, o país com a maior representação na missão da MINUSTAH, reconheceram o I Protocolo Adicional, o princípio ali codificado —o chamado “princípio da distinção”— é amplamente considerado com o status de costume de direito internacional. Ver, por exemplo, HUMAN RIGHTS WATCH, OFF TARGET: THE CONDUCT OF THE WAR AND CIVILIAN CASUALTIES IN IRAQ 8 (2003), disponível em <http://www.hrw.org/reports/2003/usa1203/usa1203.pdf>.

falácia da interpretação do mandato em termos tão restritivos e literais. Quando perguntado se a autoridade para um programa de proteção a testemunhas, o qual segundo ele nos contou, a CIVPOL utilizava na condução de investigações sobre abusos de direitos humanos, derivava diretamente do texto do mandato da MINUSTAH, o Comissário Beer nos respondeu: “não, não está especificamente dentro do mandato. Mas incumbe a mim agora fazer alguma coisa, então eu vou fazê[-lo].”¹⁶⁰ Dito de um modo geral, “o[s] mandatos...tomam uma vida própria e suas interpretações no terreno freqüentemente refletem a desconexão que pode ocorrer entre a realidade no terreno e considerações de nível estratégico em Nova Iorque.”¹⁶¹ Ir além da letra do mandato, e por sua vez, cumprir com seu espírito básico, é assim não apenas uma mera possibilidade para a MINUSTAH; senão que a situação no terreno no Haiti a *requer*, como reconheceu o Comissário Beer e outros dentro de sua organização deveriam reconhecer.

¹⁶⁰ Entrevista telefônica com David Beer, Comissário da CIVPOL (3 de fevereiro de 2005) [deste ponto em diante Entrevista Beer].

¹⁶¹ *Mandatos das Nações Unidas*, *supra* nota 152, pp 7.

IV. RESULTADOS DA PESQUISA E ANÁLISE

IV.A. Metodologia

As sessões seguintes incluem numerosas razões para a situação atual no Haiti e especificamente, do trabalho da MINUSTAH, coletadas através de entrevistas com pessoas de diferentes leques da sociedade haitiana. Nós entrevistamos vítimas, ou seus familiares, sobre violência e violações de direitos humanos. Entrevistamos oficiais no governo interino haitiano, incluindo o primeiro-ministro Gerard Latortue, o ex-diretor do Gabinete Raymond Lafontant Jr, o Representante do Alto Comissariado para os Direitos Humanos no Haiti Mahamane Cisse-Gouro; oficiais da MINUSTAH como o Representante Especial do Secretário-Geral (SRSG) Juan Gabriel Valdés, o Comandante da Força Augusto Heleno Ribeiro Pereira, o Tenente Carlos Chagas, o Comissário da CIVPOL David Beer e o diretor da PNH Leon Charles. Nossa equipe entrevistou também líderes da antiga força militar (FAd'H), como seu porta-voz Felix Wilso. Nós falamos ainda com dezenas de outros membros do staff da ONU, soldados, com a missão da OEA no Haiti, empregados, e a polícia haitiana. Outras fontes foram representantes de organizações de direitos humanos no Haiti, tais como CARLI, NCHR e IJDH, advogados privados haitianos, jornalistas e acadêmicos.

Duas delegações separadamente coletaram as informações listadas a seguir. A delegação inicial, no Haiti de 23 a 30 de outubro de 2004, consistia de três pessoas: James L. Cavallaro, Diretor Clínico do Programa de Direitos Humanos e Professor de Direito em Harvard; Carlos Eduardo Gaio, advogado e Coordenador de Relações Internacionais do Centro de Justiça Global, uma organização de direitos humanos brasileira; e Sergio Kalili, um jornalista brasileiro e *Nieman Fellow* na Universidade de Harvard. A segunda delegação no Haiti, entre 11 e 17 de janeiro de 2005, incluía três pessoas: James Cavallaro; Pooja Anita Bhatia, uma ex-repórter do *Wall Street Journal*, e Benjamin Stephan Litman, um historiador da Universidade de Yale, os dois últimos também alunos no Programa de Direitos Humanos na faculdade de Direito de Harvard.

As delegações visitaram locais de interesse como Bel-Air, Cité Soleil e Martissant, distritos de Porto Príncipe, bem como a cidade de Petit Goave, localizada aproximadamente a 70 quilômetros (44 milhas) a oeste da capital. As delegações também visitaram estações de polícia, prédios públicos, barricadas, e áreas sob o controle dos ex-militares.

Num esforço para propiciar uma atmosfera segura e confiável, bem como para garantir confiabilidade e imparcialidade, os pesquisadores conduziram entrevistas individuais, uma por vez, longe da presença de outras pessoas. Áreas privadas selecionadas para entrevistas incluíram locais mais tranquilos de algumas residências, escritórios privados e salas de aula em escolas locais

Quando os entrevistados apenas falavam creole, como na maioria dos casos de abusos aqui documentados, os pesquisadores conduziram as entrevistas com a ajuda de um tradutor profissional haitiano. Em vários casos, quando os entrevistados mostraram suficiente fluência em inglês, ou preferiam falar em inglês, português, espanhol ou francês, os pesquisadores se utilizaram de suas habilidades linguísticas para conduzir tais entrevistas sem a ajuda de um tradutor. Apesar de os representantes terem conduzido a maioria das entrevistas, quando em solo haitiano, imprevistos e inevitáveis acontecimentos fizeram com que algumas entrevistas fossem feitas via conferência telefônica.

IV.B. Direitos Humanos e Proteção Civil

IV.B.1. *Investigação de, e Relatos sobre, a Situação de Direitos Humanos*

“Em cooperação do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, monitorar a situação de direitos humanos, incluindo a situação de refugiados ou pessoas deslocadas que retornaram, e apresentar relatórios a respeito”¹⁶²

Em duas ocasiões, 27 de outubro de 2004 e 16 de janeiro de 2005, nossa equipe falou com o Comandante da Força da MINUSTAH Augusto Heleno Ribeiro Pereira, bem como seu primeiro assistente e também brasileiro, Tenente Coronel Carlos Chagas. Na entrevista de janeiro, quando questionado a comentar especificamente sobre o envolvimento e responsabilidade da MINUSTAH em comprovados abusos de direitos humanos no Haiti, Chagas lamentou sobre a relativa indiferença do mandato da MINUSTAH para os direitos humanos. “O setor mais fraco de nossa missão é direitos humanos”, insistiu ele. “Nós só temos autoridade para supervisionar e orientar.”¹⁶³ Apesar de o desejo

¹⁶² Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶ 7(III)(b).

¹⁶³ Entrevista com Tenente Comandante Carlos Chagas, assistente do Comandante da Força da MINUSTAH, Quartel-general da MINUSTAH, Avenida John Brown, Porto Príncipe (17 de janeiro de 2005) [deste ponto em diante Entrevista Chagas].

de maior responsabilidade em direitos humanos implícito nas palavras de Carlos Chagas ser louvável e encorajador, ele se assenta numa idéia errada. O mandato da MINUSTAH autoriza a missão *não a* “supervisionar e orientar”, como acredita o senhor Chagas, mas a “monitorar e apresentar relatórios sobre a situação de direitos humanos”¹⁶⁴ no Haiti. Apresentar relatórios implica um degrau de proatividade que mera orientação não possui, como fica evidente na linguagem do parágrafo 8 da Resolução 1542, que segue imediatamente a seguir da porção de direitos humanos do mandato. O parágrafo 8(a) obriga a MINUSTAH a participar especificamente “nas investigações de violações de direitos humanos e violações do direito internacional humanitário, em colaboração com o Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos [OHCHR], para por um fim à impunidade.”¹⁶⁵ Como explicamos longamente acima,¹⁶⁶ ademais, o comprometimento da MINUSTAH para com os direitos humanos, como expressa a linguagem do mandato, é na verdade robusto – e não “fraco” – quando comparado com mandatos de prévias missões de paz da ONU. À luz dos comentários do tenente Chagas, no entanto, o fato de a MINUSTAH, em 17 de janeiro de 2005, ainda não ter publicado um único relatório sobre a situação de direitos humanos no Haiti não chega a ser surpresa.¹⁶⁷ O não-cumprimento

crônico é inevitável quando tais erros de percepção tão elementares existem nos níveis mais altos de comando.

Surpreendentemente, até mesmo o oficial da ONU diretamente responsável pelas operações de direitos humanos no Haiti ele mesmo optou por uma leitura inexplicavelmente rígida e restritiva do mandato. Mahamane Cisse-Gouro, o Representante do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (UNHCHR) no Haiti, tem interpretado seu amplo mandato como uma virtual ordem de silêncio. Cisse-Gouro nos disse em outubro de 2004 que seu entendimento da referência do mandato ao OHCHR impedia-o de repassar-nos informação, ou mesmo para a comunidade de direitos humanos ou para a mídia.¹⁶⁸ Pelo contrário, ao justificar sua falha em produzir nada mais do que um simples relatório sobre a situação de direitos humanos no Haiti, ele nos disse que avaliava ser melhor encaminhar toda informação para o Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (OHCHR).¹⁶⁹ O senhor Cisse-Gouro não foi capaz de nos dizer com certeza quando o OHCHR apresentaria um relatório ou informe sobre os direitos humanos no Haiti.¹⁷⁰

Num sentido real, o fracasso em investigar significa pouco mais do que cumplicidade nas ações daqueles supostos violadores de direitos humanos que de outro modo não seriam sujeitos a uma investigação. Caso, por exemplo, a PNH saiba que não será objeto de investigação pela MINUSTAH, seus oficiais hesitarão menos ou questionarão menos sua segurança laboral ao efetuar prisões sem um mandato judicialmente autorizado ou ao executar indivíduos sumariamente em plena luz do dia.¹⁷¹ Como o Conselho de Segurança especificamente observou na Resolução 1542, o propósito primário da responsabilidade investigativa da MINUSTAH é “por um fim à impunidade.”¹⁷² O corolário necessário para essa linguagem, obviamente, é a proposição de que

¹⁶⁴ Entrevista com Tenente Comandante Carlos Chagas, assistente do Comandante da Força da MINUSTAH, Quartel-general da MINUSTAH, Avenida John Brown, Porto Príncipe (17 de janeiro de 2005) [deste ponto em diante Entrevista Chagas].

¹⁶⁵ Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶ 8(a) (itálico nosso).

¹⁶⁶ Para uma discussão mais completa das várias seções da MINUSTAH e de seu significado dentro do contexto de prévios mandatos de missões de paz da ONU, veja *supra* Seção III.

¹⁶⁷ Em 14 de janeiro de 2005, nós falamos com um membro do corpo diplomático internacional (“senhora N.”) que acompanha de perto a situação de direitos humanos no Haiti e se comunica com as relevantes autoridades da MINUSTAH. Quando perguntamos à senhora N. se Mahamane Cisse-Gouro, chefe da seção de direitos humanos da MINUSTAH, havia publicado qualquer relatório sobre qualquer coisa, a senhora N. simplesmente respondeu “não”. Entrevista com membro do corpo diplomático americano, Embaixada Americana, Porto Príncipe (14 de janeiro 2005) [deste ponto em diante Entrevista Sra. N.]; veja também Entrevista Beer, *supra* nota 160 (admitindo que nem a MINUSTAH nem a CIVPOL publicaram nenhum relatório de investigações sobre supostos abusos de direitos humanos). Desde que falamos com a senhora N., o OHCHR publicou um relatório sobre direitos humanos no Haiti, preparado pelo Expert Independente do Secretário-Geral, em 24 de janeiro de 2005, uma semana após nosso retorno do Haiti.

Novamente, entretanto, ressaltamos que este relatório não é um relatório da MINUSTAH. Ver *supra* nota 131.

¹⁶⁸ Entrevista com Mahamane Cisse-Gouro, Representante do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, Porto Príncipe (26 de outubro de 2004) [deste ponto em diante Entrevista Cisse-Gouro].

¹⁶⁹ *Id.*

¹⁷⁰ Como observamos, o OHCHR publicou um relatório de direitos humanos para o Haiti, preparado por Louis Joinet, em 24 de janeiro de 2005, a primeira publicação do OHCHR sobre o Haiti desde a chegada da MINUSTAH. Ver Relatório Joinet *supra* nota 131.

¹⁷¹ Ver RELATÓRIO GRIFFIN, *supra* nota 1; veja também *infra* Seção IV.C.1.

¹⁷² Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶ 8(a).

quando, como atualmente, a MINUSTAH falha em investigar, a impunidade continuará reinando. O não cumprimento da MINUSTAH para com seu mandato, em outras palavras, não falha apenas em melhorar a presente situação no Haiti; ele em essência piora a situação.

Em certas instâncias, a severidade dos aparentes abusos e notícias a eles relativas, combinam-se para fazer da falha da MINUSTAH em investigar algo particularmente repreensível. Em 27 de outubro de 2004, por exemplo, nossa equipe viajou até Titanyen nos arredores de Porto Príncipe para investigar alegações¹⁷³ de que um cemitério clandestino era usado por vários grupos – a PNH, gangues e hospitais – para depositar cadáveres. Apesar de não termos localizado a pista da denúncia, descobrimos o que aparentava ser um cemitério clandestino. O local possuía grandes montes de lixo, sugerindo intervenção no terreno consistente com um local de enterro de corpos. Luvas de hospital usadas, máscaras e cartuchos de balas usados sujavam a área. Em menos de uma hora e usando apenas um balde de plástico e um pedaço de pau, exumamos ossos, roupas, um crânio e uma pequena camiseta que poderia ser usada por uma criança de três a quatro anos de idade. Dentro do crânio havia material encefálico de coloração preto acinzentada. A camiseta estava úmida, e os restos mortais exilavam um cheiro muito forte. Imediatamente após a descoberta do corpo da pequena criança, nossa delegação, que incluía um haitiano local, decidiu retornar a Porto Príncipe. Nosso contato local expressou preocupação por nossa segurança se permanecêssemos naquele local. Assim, não continuamos cavando mais apesar de nossa convicção de que havia um significativo número de corpos enterrados naquele local.

¹⁷³ Ver, por exemplo, Entrevista com Mario Joseph, Porto Príncipe (28 outubro de 2004) [deste ponto em diante Entrevista Joseph I]; INSTITUTE FOR JUSTICE AND DEMOCRACY IN HAITI, HUMAN RIGHTS VIOLATIONS IN HAITI: FEBRUARY TO MAY 2004 (19 julho de 2004) (relatando que “funcionários de necrotérios do Hospital Geral de Porto Príncipe revelaram que 800 corpos no domingo, 7 de março [de 2004] e outros 200 corpos no domingo, 28 de março [de 2004] foram jogados e enterrados num cemitério clandestino em Titanyen”); Joe Mazingo, *Crisis in Haiti: Hundreds of bodies pile up in morgue*, MIAMI HERALD, 20 de março de 2004 (observando que “Titanyen tem sido também um antigo local para enterros clandestinos e execuções extra-judiciais”), disponível em http://www.haiti-info.com/article.php3?id_article=1796.

No dia seguinte, 28 de outubro, nossa equipe entregou em mãos os restos mortais escavados, assim como os cartuchos de balas usados, luvas de hospital e máscaras cirúrgicas – todos encontrados no local em Titanyen – ao oficial da CIVPOL René Leclerc no Hotel Ville St. Louis, quartel-general da CIVPOL. Durante nossa reunião, explicamos ainda ao oficial Leclerc a natureza de nossa descoberta e pedimos uma investigação completa sobre o assunto por parte da CIVPOL. Ele sugeriu que contactássemo-lo em janeiro durante nossa próxima missão *in loco* ao Haiti. Na seqüência, enviamos uma carta em 24 de novembro de 2004 endereçada tanto a Juan Gabriel Valdés, Representante Especial do Secretário-Geral da ONU no Haiti, e como seguimento, ao oficial Leclerc. A carta detalhava nossa descoberta – incluindo uma completa análise forense concluindo que o momento da morte da criança cujos restos mortais nós descobrimos muito provavelmente coincidia com a presença da MINUSTAH no Haiti – e reiteramos nosso pedido por uma investigação imediata em Titanyen.¹⁷⁴ Não tendo recebido nenhuma resposta, nem mesmo diretamente ou através da imprensa, nossa delegação re-enviou a carta ao Comissário Beer da CIVPOL e a seu porta-voz Daniel Moskaluk em 20 de janeiro de 2005, praticamente três meses inteiros após nossa descoberta e apresentação subsequente ao oficial Leclerc. Duas semanas se passaram até que falamos diretamente com o Comissário Leclerc para inquirir sobre o status da investigação da CIVPOL.

Apesar de repetidos avisos, assim como do conhecimento prévio da CIVPOL de que a existência de valas comuns “tem sido um ponto de contenção por um número de anos”, até 3 de fevereiro de 2005, Titanyen “não era ainda um caso sendo investigado” de acordo com o Comissário Beer.¹⁷⁵ Medida por qualquer conceito de profissionalismo, esta falta de resposta tão prolongada é claramente inaceitável. Sobretudo quando, como neste caso, a documentação que determina a criação daquela instituição em primeiro lugar – em força, pelo menos, desde 1 de julho de 2004¹⁷⁶ – especificamente prescreve respostas na forma de responsabilidades de investigação e elaboração de relatórios.¹⁷⁷ Dada esta conjunção de fatores – obrigações afirmativas,

¹⁷⁴ Para uma reprodução completa da carta, veja o Anexo II.

¹⁷⁵ Entrevista Beer, *supra* nota 160.

¹⁷⁶ Ver Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶¶ 2, 3 (enquanto pedia transição de poder entre a MIF para a MINUSTAH em 1 junho de 2004, permitindo uma “transição em um período não excedente a 30 dias” daquela data).

¹⁷⁷ Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶¶ 7(III)(b), 8(a).

adicionadas a uma denúncia detalhada e pendente – a falta de capacidade e de pessoal¹⁷⁸ não pode ser suficiente como uma desculpa para a total falha da CIVPOL em investigar e informar sobre o enterro, em valas clandestinas, de vítimas de execuções sumárias em Titanyen. Nós reiteramos nosso pedido que em cumprimento com seu mandato, investiguem este caso imediatamente.

Mesmo no raro caso em que a MINUSTAH começou uma investigação, seus esforços atingem níveis muito abaixo do que legitimamente se pode chamar de razoáveis. Em 1 de dezembro de 2004, uma rebelião na Penitenciária Nacional em Porto Príncipe resultou na morte de pelo menos dez prisioneiros, todos supostamente mortos nas mãos de guardas que responderam com injustificada força letal.¹⁷⁹ Os detalhes completos deste massacre, como viemos a saber, têm recebido extensa cobertura da imprensa e em inúmeros relatórios publicados detalhando a situação de direitos humanos no Haiti¹⁸⁰; e portanto eles não serão repetidos neste documento. Para os propósitos de avaliarmos a missão da MINUSTAH, o significado do massacre recai em outro momento, principalmente no grau de envolvimento da MINUSTAH em qualquer forma de resposta.

De acordo com Rénan Hedouville, diretor do Comitê de Advogados pelo Respeito às Liberdades Individuais (Comité des Avocats pour le Respect des Libertés Individuelles (CARLI)), imediatamente após a notícia do massacre ter se espalhado, o primeiro-ministro interino Gerard Latortue ordenou a rápida criação de uma comissão de investigação.¹⁸¹ Hedouville colocou a culpa pela não criação da comissão inteiramente na MINUSTAH. “Se a MINUSTAH quisesse ser efetiva, ela poderia requerer a responsabilidade pela comissão através da CIVPOL, mas é claro que eles estão tentando esquecer o evento”, nos contou ele em janeiro de 2005.¹⁸² Regis Charron, um representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) trabalhando em conjunto com o departamento administrativo da Penitenciária Nacional, forneceu detalhes adicionais que corroboram as alegações do senhor Hedouville, de

apatia investigativa por parte da MINUSTAH. O senhor Charron possui conhecimento íntimo da Penitenciária Nacional, tendo virtualmente previsto a rebelião de 1º de dezembro e o massacre num relatório, agora considerado infame, sobre as condições dentro do centro de detenção,¹⁸³ assim como tendo visitado a Penitenciária Nacional nos dias imediatamente após o incidente. O senhor Charron indicou que a primeira vez que a MINUSTAH o contactou para discutir o incidente foi em 11 de janeiro de 2005, “mais de dois meses depois [do incidente]”.¹⁸⁴ Naquele dia, lembrou o senhor Charron, dois oficiais da CIVPOL se reuniram com ele em seu escritório por noventa minutos, durante os quais o senhor Charron compartilhou as fotografias e outros documentos que ele regularmente mantém sobre a Penitenciária Nacional. Apesar dessa indicação de detalhamento, Regis Charron foi rápido em criticar o profissionalismo e a metodologia dos oficiais da CIVPOL. Em particular, ele avaliou que “suas questões não eram realmente informadas”.¹⁸⁵ Quando solicitado a dar uma nota para a performance geral na condução da investigação, Regis Charron simplesmente disse “não muito alta”.¹⁸⁶

Neste contexto, não causa surpresa que o Comissário Beer tenha hesitado quando perguntado se a CIVPOL publicaria relatórios de suas investigações a respeito do incidente na Penitenciária Nacional, entre apenas “outra meia-dúzia [de relatórios] em vias de execução.”¹⁸⁷ “Nós publicaríamos, mas nós ainda não temos nenhuma conclusão”, insistiu ele, observando também que apesar de “estarmos ansiosos para divulgar a informação, trata-se de um processo longo e penoso, infelizmente.”¹⁸⁸ Quando conversamos com ele em 3 de fevereiro de 2005, ele prometeu “um significativo *press release* nos próximos dias”, mas novamente qualificou sua promessa insistindo que “nós queremos que o governo faça o release e tome a liderança do processo, claro que com a MINUSTAH ao lado deles.”¹⁸⁹

A ambivalência e aparente má vontade do Comissário Beer em passar a responsabilidade para

¹⁷⁸ Ver em geral Entrevista Beer, *supra* nota 160.

(repetidamente observando que a CIVPOL permanece longe de seu nível ótimo de capacidade para operar).

¹⁷⁹ Ver RELATÓRIO IJDH PRISÃO, *supra* nota 87.

¹⁸⁰ Ver, por exemplo, *id.*; Comunicado de Imprensa NCHR Prisão, *supra* nota 88.

¹⁸¹ Entrevista com Rénan Hedouville, Lawyers’ Committee for the Respect of Individual Liberties, Porto Príncipe (13 janeiro de 2005).

¹⁸² *Id.*

¹⁸³ RELATÓRIO IJDH PRISÃO, *supra* nota 87, pp3 (discutindo o relatório do PNUD de autoria do senhor Charron duas semanas antes do massacre de 1 dezembro); Reed Lindsay, *Massacre in the ‘Titanic’*, TORONTO STAR, 20 de dezembro de 2005.

¹⁸⁴ Entrevista com Regis Charron, escritórios do PNUD, Porto Príncipe (14 de janeiro de 2005).

¹⁸⁵ *Id.*

¹⁸⁶ *Id.*

¹⁸⁷ Entrevista Beer, *supra* nota 160.

¹⁸⁸ *Id.*

¹⁸⁹ *Id.*

outros¹⁹⁰ conflita diretamente com suas obrigações como representante da missão da MINUSTAH ampliada. Em novembro de 2004, na Décima Quarta Cúpula Ibero-Americana na Costa Rica, Juan Gabriel Valdés, chefe da missão, reiterou o valor de progresso rápido e visível para que o povo haitiano “possa ver mudanças, melhorias e dar sua confiança” à MINUSTAH.¹⁹¹ Vale notar ainda que a obrigação específica de investigar e publicar relatórios sobre a situação de direitos humanos no Haiti está longe de ser uma nova obrigação, tendo sido incluída no mandato original de 30 de abril de 2004.¹⁹² Isto é, dez meses depois, oficiais da MINUSTAH não podem mais se esconder atrás de uma desculpa de falta de preparo ao casualmente explicar suas falhas em apresentar relatórios significativos de qualquer coisa. Entre a promessa de mudanças e progresso oferecida pelo Sr. Valdés e a paralisia personificada no Comissário Beer e seu staff da CIVPOL, nenhuma prova mais clara a respeito da extensa tese deste relatório – em outras palavras, que a distância entre as palavras do mandato da MINUSTAH e as ações das tropas e oficiais da MINUSTAH é significativa – é concebível.

Para que não parem dúvidas, a MINUSTAH deslocou sua capacidade investigativa em uma ocasião. Ao final de fevereiro de 2005, por exemplo, depois de cidadãos na cidade de Gonaïves acusarem três soldados paquistaneses de estuprarem uma mulher local de 23 anos, oficiais da MINUSTAH prontamente investigaram¹⁹³, e dentro de poucos dias, resolveram¹⁹⁴ o problema, absolvendo o soldado das

acusações. A rápida resolução do caso de estupro permanece em direto contraste com a paralisia e atraso da MINUSTAH – acompanhadas de justificativas de incapacidade – em outros casos, como descrevemos acima. A rápida resposta, ao passo que louvável, levanta sérias questões sobre a prioridade de várias alegações de abusos de direitos humanos dentro do esquema mais amplo de investigação da MINUSTAH. O exemplo da investigação no caso de estupro, em outras palavras, sugere que a MINUSTAH de fato possui tanto o pessoal quanto os recursos necessários para realizar suas tarefas investigativas, mas emprega esta capacidade apenas em circunstâncias limitadas. Esta atitude acaba efetivamente ignorando a grande maioria de abusos de direitos humanos cometidos sob seus cuidados. Ademais, tal seletividade em investigar e informar dificilmente satisfaz as provisões governantes do mandato da MINUSTAH, que aplicam aquelas obrigações para a “situação de direitos humanos” e “violações de direitos humanos” no Haiti de maneira geral.¹⁹⁵

Mesmo onde seu mandato diretamente obriga a MINUSTAH a apresentar relatórios sobre uma questão específica de direitos humanos ou uma categoria de violação, os resultados não foram menos desalentadores. A Resolução 1542, por exemplo, especificamente enumera “a situação de refugiados e pessoas deslocadas que regressam” como um assunto particular a ser endereçado sob as responsabilidades de monitoramento e apresentação de relatórios.¹⁹⁶ Aqui, a rigor, os esforços da MINUSTAH são melhor descritos como inexistentes do que meramente em não-conformidade.

Petit Goave

Na fortaleza das FAd’H em Petit Goave, vários relatórios alegam que membros da “Convergence” ou de partidos da oposição têm perseguido sistematicamente a apoiadores do partido pró-Aristide Fanmi Lavalas na cidade. Em outubro de 2004, nossa primeira delegação se encontrou com vários refugiados que fugiram de Petit Goave para Porto Príncipe. Felicien Jean-Claudel, 25 anos, um membro filiado do grupo Resistência Democrática Ti Goave (Resistance Democratique Ti Goave), este também filiado ao Lavalas, nos contou que dias após a saída do Presidente Aristide em 29 de fevereiro de 2004, um homem chamado Dady Ostiné, conhecido comumente como Ti Kenley, invadiu a casa de Jean-

¹⁹⁰ Numerosos moradores com quem conversamos expressaram sua frustração quando a MINUSTAH lhes disse para procurarem outras autoridades — inclusive organizações de direitos humanos distantes e a própria PNH — para ajudá-los a cuidar ou localizar amigos e membros da família feridos ou desaparecidos. *Ver infra* Seção IV.B.2.

¹⁹¹ Eric Green, *U.N. Verks to Extend Stabilization Mission in Haiti to May 2006*, U.S. DEPARTMENT OF STATE, disponível em <http://japan.usembassy.gov/e/p/tp-20041124-51.html> (visitado pela última vez em 6 de março de 2005).

¹⁹² Resolução 1542, *supra* nota 3.

¹⁹³ *Ver*, por exemplo, *Haiti: U.N. Peacekeepers Accused of Rape*, N.Y. TIMES, 24 de fevereiro de 2005 (reportando do local sobre a investigação preliminar da ONU sobre alegações de estupro de uma mulher de 23 anos por três soldados paquistaneses).

¹⁹⁴ Warren Hoge, *Prostitution Suspected*, N.Y. TIMES, 25 de fevereiro de 2005 (relatando resultados da investigação da ONU, a saber, que o caso envolvia prostituição, e não estupro, e dois soldados paquistaneses, não três, mas que apesar disso “o código de conduta para soldados de paz impedia a participação em prostituição e que os dois [oficiais da polícia paquistanesa] seria suspensos e

repatriados para o Paquistão como punição se as alegações fossem substanciadas”).

¹⁹⁵ *Ver* Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶¶ 7(III)(b), 8(a).

¹⁹⁶ Resolução 1542, *supra* nota 3 ¶ 7(III)(b).

Claudiel com a ajuda de amigos fortemente armados.¹⁹⁷ Dentro da residência, relatou Jean-Claudiel, Ti Kenley ameaçou matá-lo, repetindo por várias vezes “você tem de morrer, porque eu não permitirei que nenhum Lavalas fique em Petit Goave.”¹⁹⁸ Ti Kenley finalmente forçou Jean-Claudiel a sair de sua casa após atirar por duas vezes, uma em cada perna, e mirando o cano da escopeta em sua cabeça ameaçou atirar por três vezes.¹⁹⁹ Ti-Kenley deixou Jean-Claudiel contorcendo-se numa poça de seu próprio sangue.²⁰⁰ Após escapar para um hospital da cidade vizinha de Miragoane, Jean-Claudiel nos contou que encontrou seu pai, quem o informou que sua casa havia sido saqueada e queimada abaixo em apenas dois dias de sua partida forçada.²⁰¹ Quando lhe perguntamos se sua história era única, Jean-Claudiel rapidamente observou que dos membros de sua organização Resistência Democrática Ti Goave, todos menos um tiveram de fugir de Petit Goave ou entrar para a clandestinidade. O único membro que permaneceu para trás, um homem conhecido como Ro-Ro, afirmou Jean-Claudiel, foi morto a tiros e queimado.²⁰²

À luz das alegações de Jean-Claudiel e de outras similares que recebemos, decidimos investigar a situação em Petit Goave em primeira mão durante nossa segunda missão *in loco* ao Haiti em janeiro de 2005. Em preparação para nossa visita à cidade em 15 de janeiro, falamos com o Sr. B., um trabalhador de direitos humanos baseado em Porto Príncipe que possui laços profundos com Petit Goave. Assim nos referimos ao “Sr. B” pois ele prefere permanecer anônimo. Sr. B., que cresceu em Petit Goave e cuja mãe ainda reside no local, observou que desde a partida de Aristide em 29 de fevereiro de 2004 uma marcada intensificação da violência – mais comumente na forma de assaltos e queima de residências e intimidação física e verbal – contra os “Lavalasiens”.²⁰³ A perseguição, nos conta ele, se estendeu não apenas a reconhecidos líderes Lavalas, mas a “todos os apoiadores, assim como suas famílias – tias, tios, irmãos, irmãs, primos.”²⁰⁴ Como prova de sua afirmação, B. nos apresentou uma lista de vítimas datada de abril de 2004; apesar de “parcial”, a lista

continha nomes de oitenta e quatro apoiadores Lavalas que haviam recentemente fugido de Petit Goave e que permaneciam escondidos.²⁰⁵ Tendo em vista o que ouvimos de outras entrevistas realizadas com refugiados em outubro de 2004, descritas acima, o Sr. B. atribuiu muita da violência anti-Lavalas ao grupo de Ti Kenley. Em várias ocasiões, lembrou B., vítimas tipicamente acompanhadas por suas famílias que fugiram ao seu lado, chegavam a seu escritório em Porto Príncipe para relatar seus suplícios.

Mais perturbador talvez foi o relato do Sr. B. de que pelo menos duas vítimas, Cange Lauture e Nanie Sylne, relataram que a violência contra eles fora reprimenda por haverem conversado com uma delegação de direitos humanos liderada por Thomas Griffin e acompanhada pelo próprio Sr. B. em abril de 2004.²⁰⁶ De acordo com o Sr. B., o Sr. Lauture lhe contou que após o Sr. Griffin e sua delegação deixarem Petit Goave, o grupo de Ti Kenley ameaçou sua mulher, bateu em seus filhos e assaltou sua casa.²⁰⁷ O Sr. B. ainda nos relatou que o grupo, de acordo com o Sr. Lauture, acusou o próprio Sr. Lauture e sua família de serem espiões, pois Ti Kenley havia visto a família conversando com a delegação de Thomas Griffin. “Eles nos disseram que ficaram em Petit Goave apenas para dar informações para jornalistas e o grupo de direitos humanos”, lembrou-se o Sr. B..²⁰⁸

Após conversar com o Sr. B., visitamos Petit Goave no mesmo dia, 15 de janeiro de 2005, para investigar e, especificamente avaliar se a situação de apoiadores do Lavalas continuava tão terrível quanto os relatos do Sr. B. e a documentação que ele nos apresentou, e nossa primeira missão *in loco* em outubro sugeria. Em seguida à nossa chegada, encontramos com P., um estudante de 17 anos de idade e membro da Coalizão de Estudantes Contra a Ditadura e Impunidade (Student Coalition Against Dictatorship and Impunity) que também prefere permanecer anônimo. Seu temor, e a precariedade geral da situação, era evidente desde o momento de nossa chegada, e serviu de contexto tanto para o planejamento da entrevista quanto seu próprio conteúdo. P., por exemplo, tomou extremas precauções para garantir que não seria visto conosco

¹⁹⁷ Entrevista com Felicin Jean-Claudiel, Bureau des Avocats Internationaux, Porto Príncipe (27 de outubro de 2004).

¹⁹⁸ *Id.*

¹⁹⁹ *Id.*

²⁰⁰ *Id.*

²⁰¹ *Id.*

²⁰² *Id.*

²⁰³ Entrevista com B., Porto Príncipe (15 de janeiro de 2005) [deste ponto em diante Entrevista B.].

²⁰⁴ *Id.*

²⁰⁵ O documento inteiro — contendo a lista de vítimas de “destruição de propriedade” assim como dos apoiadores do Lavalas “escondidos” — está arquivada com os autores e está disponível para consulta.

²⁰⁶ Entrevista B., *supra* nota 203. *Ver also* RELATÓRIO GRIFFIN, *supra* nota 1.

²⁰⁷ *Id.*

²⁰⁸ *Id.*

em público. Ele nos encontrou em nosso veículo ao longo da estrada, mas ao invés de entrar, nos passou um endereço onde ele nos encontraria e rapidamente saiu sozinho para outra direção. Ao chegarmos ao endereço, P. fez um sinal com as mãos e permaneceu dentro do portão da casa. Finalmente, quando terminamos a entrevista e nos preparávamos para sair da casa, P. nos implorou para agirmos e falarmos nas ruas como se fossemos missionários de fé cristãos.²⁰⁹

Se não o fizéssemos, nos garantiu P., membros da Convergence o atacariam e o ameaçariam como um apoiador do Lavalas, baseados da presunção de que brancos ou são ativistas de direitos humanos ou missionários e, se eles pertencem à primeira categoria, apenas falam com “Lavalasiens” em Petit Goave.

Durante a entrevista, P. nos contou que todos seus seis familiares encontram-se nas montanhas nos arredores de Petit Goave, pois fugiram da cidade depois que membros do partido de oposição queimaram sua casa no dia 2 de março de 2004.²¹⁰ P. nos disse que ele conseguiu voltar porque o diretor de sua escola pôde negociar com as gangues da Convergence.²¹¹ A perseguição é tão constante e pervasiva, nos relatou P., que “algumas pessoas dizem que apóiam a Convergence apenas para se protegerem.”²¹² P. estima que desde a saída de Aristide, “cerca de 1000 pessoas deixaram” Petit Goave e que “a maioria deles não retornou”.²¹³

P. pediu que enfatizássemos em nosso relatório que a necessidade de segurança é um meio para pessoas inocentes se sentirem seguras em suas próprias casas. “Segurança é muito importante, psicologicamente”, nos disse ele. “Minha família sente isso, todas as famílias sentem isso – pois para eles retornarem, eles precisam de segurança.”²¹⁴ Quando perguntado se e como a MINUSTAH poderia melhorar a situação, P. sugeriu: “Primeiro, a MINUSTAH deveria sentar com os ex-militares e famílias de gângsteres e negociar o retorno em segurança daqueles que fugiram de Petit Goave. Segundo, eles deveriam providenciar compensação para estas pessoas que tiveram suas casas queimadas.”²¹⁵ A proposta de P. não é apenas sábia e bem pensada, mas realista até

mesmo do ponto de vista da MINUSTAH, para quem ela é endereçada. No mínimo, a MINUSTAH deve cumprir com a precisa elocução de seu mandato e “monitorar e apresentar relatórios” sobre a situação envolvendo “refugiados e pessoas deslocadas que retornem.”²¹⁶

Ao fim de janeiro de 2005, entretanto, praticamente dois meses e meio após a chegada da MINUSTAH em Petit Goave²¹⁷, nenhuma forma de monitoramento ou mesmo a elaboração de relatórios sobre a perseguição de grande número de apoiadores do Lavalas nessa área ocorreu. Na verdade, quando perguntamos sobre a situação no campo base da ONU em Petit Goave em 15 de janeiro de 2005, o Capitão H.W.R. Sanjeewa do Sri Lanka declarou: “Eu não tenho conhecimento de nenhum refugiado ou pessoa deslocada.”²¹⁸ A culpa por tamanha ignorância deve recair, senão no próprio Capitão Sanjeewa, então na liderança da MINUSTAH em Porto Príncipe para quem o Capitão Sanjeewa e outras divisões afiliadas da MINUSTAH voltam-se para orientação e assistência operacional. Como o Capitão Sanjeewa nos explicou, “nós temos pedido o apoio da CIVPOL e da MINUSTAH [em Porto Príncipe], mas eles ainda não vieram.”²¹⁹ Reclamações de “fraqueza” do mandato por oficiais da MINUSTAH²²⁰ tornam-se especialmente vazias onde, como neste caso, suas próprias palavras soletram a obrigação em detalhes e onde interpretação alguma é necessária para resultar em conformidade com o mandato, muito menos uma ampla interpretação.

IV.B.2. *Proteção da População Civil*

*“Proteger os civis, na medida de suas possibilidades, e dentro de sua área de destacamento, sobre os quais incida iminente ameaça de violência física, sem prejuízo das responsabilidades do Governo de transição ou das autoridades da polícia”*²²¹

Falando explicitamente em nome de seu superior General Pereira, o Tenente Chagas insistiu que a MINUSTAH estava bem consciente de suas

²⁰⁹ Entrevista com P., residência particular, Petit Goave (15 de janeiro de 2005).

²¹⁰ *Id.*

²¹¹ *Id.*

²¹² *Id.*

²¹³ *Id.*

²¹⁴ *Id.*

²¹⁵ *Id.*

²¹⁶ Resolução 1542, *supra* nota 3 ¶ 7(III)(b).

²¹⁷ De acordo com o Capitão H.W.R. Sanjeewa do Sri Lanka, o contingente da MINUSTAH em Petit-Goave chegou no dia 6 de novembro de 2004, mais de uma semana após sua chegada em Porto Príncipe. Entrevista com Capitão H.W.R. Sanjeewa, Campo Base da ONU, Petit Goave (15 de janeiro de 2005).

²¹⁸ *Id.*

²¹⁹ *Id.*

²²⁰ *Ver* Entrevista Chagas, *supra* nota 163.

²²¹ Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶ 7(I)(f).

obrigações de proteger civis inocentes. “Nós temos de ter isso claro: nós não podemos nos arriscar a matar pessoas inocentes”, explicou o Tenente Chagas, nos assegurando de que “estes soldados tem essas coisas muito claras na cabeça.”²²² Nossa primeira experiência *in loco* no Haiti nos mostrou uma imagem muito diferente, quando alegações de que operações e varreduras da MINUSTAH, conduzidas tanto independentemente como em cooperação com a PNH, haviam resultado em mortes de civis.

Martissant

Em 30 de outubro de 2004, entrevistamos várias testemunhas da morte do jovem de 26 anos Carlo Pierre em mãos de forças da MINUSTAH durante uma operação conduzida em Martissant, favela de Porto Príncipe, em 22 de outubro de 2004. O Sr. D., uma testemunha ocular desta morte que nos pediu anonimato, nos contou que muito cedo na manhã do dia 22 de outubro, aproximadamente às 6:00 horas, apoiadores do Lavalas formaram uma barricada na rua principal da favela. Algumas destas pessoas carregavam armas, e tiros foram ouvidos.²²³ Após seguidas tentativas frustradas de controlar a violência, nos relatou o Sr. D., a PNH chamou tropas da MINUSTAH para apoio.²²⁴ Dois carros blindados da MINUSTAH chegaram logo depois. A esta altura, os apoiadores armados do Lavalas fugiram. Em resposta às pedras atiradas pela população, entretanto, um tanque “foi por toda parte para mostrar que ele podia ir por toda parte e... começou a atirar para todo lado, especialmente na escola.”²²⁵ Martide Bertrand, a avó de 76 anos de Carlo Pierre, nos contou que as tropas da MINUSTAH, escondidas dentro de seus tanques, “estavam atirando para todo lado.”²²⁶

O Sr. D. estima que não se passaram mais de dez minutos depois da chegada da MINUSTAH e ele viu a metralhadora fixa no alto do carro blindado da ONU “mirar” em direção a Pierre, que estava prestes a atirar uma pedra.²²⁷ Segundos depois, lembrou o Sr. D., Pierre que estava menos de dez metros de distância, Carlo caiu ao chão.²²⁸ O Sr. D. correu para o local, e percebeu que Carlo Pierre havia sido

atingido no estômago, no peito e perto da boca.²²⁹ Infelizmente, a morte de Carlo Pierre não é um caso isolado, mas apenas uma das várias mortes e violações de direitos humanos atribuídas à MINUSTAH.

Cité Soleil

Em 14 de dezembro de 2004, nas primeiras horas da manhã, um grande comboio de tanques da MINUSTAH entrou em Cité Soleil, favela de Porto Príncipe, e levou a cabo uma das mais agressivas operações até hoje. Nossa delegação encontrou com Esterlin Marie Carmelle e seu marido Henry Morenaud, em 12 de janeiro de 2005 para discutir suas lembranças dos eventos que se revelaram naquela manhã de dezembro. A Sra. Carmelle e o Sr. Morenaud nos contaram que eles, juntamente com seu filho de dois anos de idade, Herlens Henri, estavam dormindo numa cama de solteiro que eles compartilhavam, quando entre 3:00 e 4:00 horas da manhã, foram acordados com tiros de armas pesadas.²³⁰ De acordo com a Sra. Carmelle, seu filho Herlens pediu para sair da cama para que pudesse trazer os sapatos de seu pai para o trabalho.²³¹ A Sra. Carmelle deixou Herlens levantar, ela nos contou, e alguns segundos depois Herlens retornou com os sapatos e pulou na cama com seus pais.²³²

Logo depois, nos relatou a Sra. Carmelle, o Sr. Morenaud levantou para pegar água para o banho e arrumar-se para o trabalho.²³³ A Sra. Carmelle e seu filho permaneceram na cama, e o tiroteio se intensificou.²³⁴ Alguns minutos mais tarde ela “sentiu alguma coisa quente” no seu braço e disse para o marido, “Eu sinto como se tivesse sido atingida por uma bala.”²³⁵ Ela nos contou que rapidamente percebeu que “não fui eu quem havia sido atingida”, ao ver seu filho deitado sem vida ao seu lado; seu “sangue e matéria encefálica escorriam pelos meu braço.”²³⁶ Apesar de a Sra. Carmelle dizer que desmaiou, o Sr. Morenaud nos contou que uma bala perdida penetrou o barraco com tal força que

²²² Ver Entrevista Chagas, *supra* nota 163.

²²³ Entrevista com Sr. D, Martissant, Porto Príncipe (30 de outubro de 2004) [deste ponto em diante Entrevista Sr. D.].

²²⁴ *Id.*

²²⁵ *Id.*

²²⁶ Entrevista com Martide Bertrand, Martissant, Porto Príncipe (29 de outubro de 2004).

²²⁷ *Id.*

²²⁸ Entrevista Sr. D., *supra* nota 223.

²²⁹ *Id.*

²³⁰ Entrevista com Esterlin Marie Carmelle, Cité Soleil, Porto Príncipe (12 de janeiro de 2005) [deste ponto em diante Entrevista Carmelle]; Entrevista com Henry Morenaud, Cité Soleil, Porto Príncipe (12 de janeiro de 2005) [deste ponto em diante Entrevista Morenaud].

²³¹ Entrevista Carmelle, *supra* nota 230.

²³² *Id.*

²³³ *Id.*

²³⁴ *Id.*

²³⁵ *Id.*

²³⁶ *Id.*

arrancou parte da cabeça da criança, deixando Herlens morto nos braços da mãe.²³⁷

Quando o tiroteio arrefeceu por volta das 11:00 horas, o Sr. Morenaud nos contou que um intérprete da ONU chamou a todos que haviam sido feridos durante a operação para que viessem para a base da MINUSTAH nas docas, na baixa Cité Soleil (lower Cité Soleil).²³⁸ Acompanhados de seus vizinhos, o Sr. Morenaud e sua mulher levaram o corpo de seu filho para as docas como haviam sido instruídos. Em seguida, foram todos levados, primeiro por um blindado da ONU e depois por uma ambulância, para um hospital.²³⁹ Ao chegaram, nos contou a Sra. Carmelle, oficiais da MINUSTAH retiraram o corpo do seu filho da ambulância e indicaram que o corpo seria levado e mantido no necrotério nacional.²⁴⁰ De acordo com o Sr. Morenaud, no entanto, quando ele e sua mulher retornaram ao necrotério dois dias mais tarde, em 16 de dezembro de 2004, guardas lhes disseram que a MINUSTAH havia levado o corpo de Herlens para outro necrotério.²⁴¹ Quando lhes perguntamos o porquê de a MINUSTAH ter levado o corpo de seu filho, o Sr. Morenaud mencionou que no dia da morte de seu filho ele deu uma entrevista para um jornalista da Rádio Ginen fora do hospital, culpando a MINUSTAH pela morte de seu filho.²⁴² A MINUSTAH recebeu “publicidade negativa” imediatamente, nos contou o Sr. Morenaud.²⁴³

Após diversas viagens inócuas em busca de seu filho junto à delegacia local da PNH, Direção Departamental do Oeste (Direction Départementale de l’Ouest (DDO)), o Sr. Morenaud foi ao quartel-general da MINUSTAH em Bourdon, Porto Príncipe e explicou para oficiais lá presentes o que havia ocorrido com seu filho e pediu que eles o ajudassem.²⁴⁴ Especificamente, ele pediu assistência para localizar o corpo do seu filho e “dinheiro para o funeral, assim como compensação e justiça.”²⁴⁵ No entanto, de acordo com o Sr. Morenaud, apesar de oficiais da MINUSTAH dizerem estar “interessados” em seu caso, eles simplesmente mandaram-no para a Coalizão Nacional pelos Direitos dos Haitianos (National Coalition for Haitian Rights (NCHR)), uma instituição de direitos humanos local.²⁴⁶ O Sr.

Morenaud e a Sra. Carmelle ambos nos relataram que até a data da entrevista com eles, 12 de janeiro de 2005, praticamente um mês inteiro após o incidente, eles não tinham nem recebido retorno da MINUSTAH nem haviam sido capazes de localizar o corpo de seu filho.²⁴⁷

A história de Herlens Henri oferece provas persuasivas, ainda que admitidamente contestáveis, para a proposição de que a MINUSTAH, ao conduzir suas operações, se engajou precisamente no tipo de combate indiscriminado que sua presença havia sido desenhada para combater, portanto violando não apenas seu mandato mas, de maneira geral, os princípios internacionais de combate aos quais ela deve obediência, como notamos acima.²⁴⁸ Para que não parem dúvidas, o Comandante da Força Pereira, quando lhe perguntamos sobre o incidente, negou responsabilidade total pela morte, observando que em vistas da autópsia do corpo realizada por pessoal médico da MINUSTAH, ele acreditava que a criança havia sido morta por gangues locais na noite anterior à entrada da MINUSTAH em Cité Soleil.²⁴⁹ Vizinhos da Sra. Carmelle e do Sr. Morenaud, entretanto, confirmaram a versão do casal. Uma vizinha, Rosianne Wilfred, nos contou que após o fim do tiroteio em 14 de dezembro, tropas da MINUSTAH vieram a sua casa, assim como a de vários outros vizinhos, para recuperar cartuchos de balas, incluindo especificamente aquele que alegadamente matou a criança.²⁵⁰ De acordo com a senhora Wilfred, ela tinha em sua posse duas “balas muito grandes”, uma de sua casa e a “bala com sangue” que ela retirou da casa da Senhora Carmelle.²⁵¹ Quando as tropas da MINUSTAH chegaram a sua casa, ela disse, ela devolveu a bala com sangue aos soldados dizendo que ela pertencia a eles.²⁵² Apesar da “insistência” inicial “de que era uma bala das [gangues] chimères”,

²⁴⁷ *Id.*; Entrevista Carmelle, *supra* nota 230.

²⁴⁸ *Ver supra* nota 159 e o texto que acompanha a nota (observando, em particular, as obrigações sob o “princípio da distinção” como articulado no Artigo 48 do Primeiro Protocolo Adicional de 1977 às Convenções de Genebra de 1949).

²⁴⁹ Entrevista com Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Comandante da Força da MINUSTAH, Quartel-general da MINUSTAH, Avenida John Brown, Porto Príncipe (17 de janeiro de 2005) [deste ponto em diante Entrevista Pereira]. Ao final de fevereiro de 2005, requisitamos uma cópia do relatório de autópsia ao Comandante Pereira diretamente, mas não recebemos resposta até a presente data.

²⁵⁰ Entrevista com Rosianne Wilfred, Cité Soleil, Porto Príncipe (12 de janeiro de 2005).

²⁵¹ *Id.*

²⁵² *Id.*

²³⁷ Entrevista Morenaud, *supra* nota 230.

²³⁸ *Id.*

²³⁹ *Id.*

²⁴⁰ Entrevista Carmelle, *supra* nota 230.

²⁴¹ Entrevista Morenaud, *supra* nota 230.

²⁴² *Id.*

²⁴³ *Id.*

²⁴⁴ *Id.*

²⁴⁵ *Id.*

²⁴⁶ *Id.*

as tropas da MINUSTAH “eventualmente disseram que era uma bala deles e levaram-na de volta.”²⁵³

O Tenente Chagas concedeu credibilidade ao depoimento da senhora Wilfred, explicando que cada contingente dentro da MINUSTAH “mantém registro de suas próprias munições pois eles têm de enviar informes para a MINUSTAH relativos ao consumo de munição.”²⁵⁴ O Tenente Chagas também enfraqueceu a desculpa de inconsistência temporal oferecida pelo Comandante Pereira, explicando que “[durante] uma grande manobra militar [tal como a de Cité Soleil], pessoas [da MINUSTAH] estarão se movimentando após a meia-noite,”²⁵⁵ ou, em outras palavras, por volta do horário que a autópsia sugeria que a criança havia morrido. Até mesmo o Comandante Pereira, quando pressionado, parecia reconhecer, apesar de implicitamente, a inerentemente suspeita natureza de sua negação, concedendo para nossa equipe que “Eu não me perdoaria se houvesse incidentes que causassem a morte de inocentes. *Nós não estamos livres disso* por causa de encontros com gangues onde balas perdidas podem resultar em vítimas.”²⁵⁶

Na análise final, entretanto, não importa quem realmente disparou o tiro fatal, a MINUSTAH possui um grau de culpa e culpabilidade pela morte de Herlens Henri. Simplesmente porque sua morte foi o resultado da falha da MINUSTAH em cumprir com obrigações expressas de seu mandato. Caso a bala que matou a criança tenha sido disparada por tropas da MINUSTAH, a MINUSTAH é responsável por falhar em “proteger civis sob iminente ameaça de violência física.”²⁵⁷ Caso a bala tenha sido disparada por gangues armadas locais, neste caso a MINUSTAH – como explicaremos em mais detalhes abaixo – é responsável, contudo menos diretamente, por falhar em desarmar “todos os grupos armados.”²⁵⁸

Ainda que assumamos que a falha em proteger civis em casos similares ao de Herlens Henri poderia ser entendida, se não perdoada, como uma consequência inevitável de combates urbanos, a falha em fazê-lo quando civis imploram por assistência da ONU é simplesmente incompreensível. Também em 12 de janeiro de 2005, nossa delegação conversou com Lidwuine Pierre-Louis, uma mãe de 23 anos originalmente de Ile de la Gonave, quem nos relatou

uma história igualmente alarmante. A Senhora Pierre-Louis nos contou que em 17 de dezembro de 2004, três dias após o começo da ocupação de Cité Soleil pela MINUSTAH, ela acordou entre 4:00 e 5:00 horas com o som de artilharia pesada e disparos de bombas de gás lacrimogêneo.²⁵⁹ Ela disse que gangues locais estavam atirando contra soldados da MINUSTAH e que a MINUSTAH, em resposta, estava atirando também e disparando gás lacrimogêneo.²⁶⁰ Temendo por sua vida e de suas quatro crianças, ela decidiu colocá-las num lugar seguro na vizinhança.²⁶¹ Aproximadamente às 8:00, depois de ter acomodado três de seus filhos num local mais seguro, a senhora Pierre-Louis voltou para casa, lembra ela, para recolher sua filha de três meses de idade, que havia ficado para trás com seu marido.²⁶² Às 10:00, enquanto preparava uma muda de roupa para sua filha, ela momentaneamente deixou o bebê na varanda da casa.²⁶³ Quando ela a pegou no colo novamente, ela percebeu que o bebê “tinha dificuldades em respirar”.²⁶⁴

Sentindo uma calmaria no tiroteio, ela correu com a criança para a base da MINUSTAH no cais de Baixa Cité Soleil para buscar assistência médica.²⁶⁵ O que se seguiu entre a senhora Pierre-Louis e as tropas da MINUSTAH pode ser bem descrita como uma comédia de erros que de muitas maneiras tipifica as falhas da missão da MINUSTAH no Haiti. Primeiramente, quando a senhora Pierre-Louis chegou à base e contou ao primeiro soldado da MINUSTAH que ela encontrou que seu bebê havia sido intoxicado com gás, o soldado respondeu com os ombros para indicar que não sabia falar creole, lembra ela.²⁶⁶ Percebendo que seu bebê fechara os olhos e estava sem vida, a senhora Pierre-Louis começou a gritar alto o suficiente para que um tradutor que estava por perto viesse ajudá-la, novamente explicando para as tropas da MINUSTAH que o bebê da senhora Pierre-Louis havia sido intoxicado com gás.²⁶⁷ Através do tradutor, recontou-nos a senhora Pierre-Louis, as tropas da MINUSTAH “disseram-me para ir para casa e eles interromperiam o uso de gás.”²⁶⁸ De acordo com a senhora Pierre-

²⁵³ *Id.*

²⁵⁴ Entrevista Chagas, *supra* nota 163.

²⁵⁵ *Id.*

²⁵⁶ Entrevista Pereira, *supra* nota 249 (ênfase nossa).

²⁵⁷ Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶ 7(I)(f).

²⁵⁸ *Id.* ¶ 7(I)(c).

²⁵⁹ Entrevista com Lidwuine Pierre-Louis, Cité Soleil, Porto Príncipe (12 de janeiro de 2005) [deste ponto em diante Entrevista Lidwuine].

²⁶⁰ *Id.*

²⁶¹ *Id.*

²⁶² *Id.*

²⁶³ *Id.*

²⁶⁴ *Id.*

²⁶⁵ *Id.*

²⁶⁶ *Id.*

²⁶⁷ *Id.*

²⁶⁸ *Id.*

Louis, entretanto, as tropas da MINUSTAH “não disseram nada sobre minha filha, nem mesmo apesar de terem visto ela morrer em meus braços.”²⁶⁹ Antes de chegar a sua casa, a criança faleceu, disse ela.²⁷⁰ Mais tarde naquele dia, por volta de 13:00 horas, a senhora Pierre-Louis seguiu o conselho de um vizinho e voltou à base da MINUSTAH, onde ela explicou novamente que sua filha havia falecido por causa do gás da ONU e pedia “compensação para cuidar das despesas do funeral.”²⁷¹ “Os soldados da ONU”, segundo a senhora Pierre-Louis, “apenas disseram ‘nós não sabemos’” e instruíram-na “a contatar os superiores, pois eles eram apenas soldados e não podiam fazer nada.”²⁷² Assim como com o senhor Morenaud e a senhora Carmelle, até o momento de nossa entrevista em 12 de janeiro de 2005, a senhora Pierre-Louis nos lembrou que não havia recebido qualquer retorno da MINUSTAH com relação ao seu bebê ou sobre seus pedidos de assistência.²⁷³

Mais além da óbvia falta da MINUSTAH em soltar cilindros de gás em áreas densamente povoadas, não apenas em Cité Soleil mas também em outros locais,²⁷⁴ a completa falha de suas tropas em responder a uma situação sobre a qual deveriam ter total controle – isto é, uma situação facilmente “dentro de suas possibilidades e áreas de destacamento”²⁷⁵ – opera problemas tão fundamentais para a missão que mesmo um pedido para maior cumprimento de seu mandato parece ser incapaz de resolver. Se não bastasse isso, oficiais da MINUSTAH devem trabalhar para inculcar uma mínima ética de profissionalismo e responsabilidade em todas as suas tropas. Com relação aos princípios fundamentais de decência e correção – notavelmente a proteção incondicional de civis inocentes – os soldados da MINUSTAH devem, em realidade, “ter estas coisas muita claras na cabeça.”²⁷⁶ Deficiências linguísticas, apesar de reais, não oferecem qualquer desculpa neste sentido.

²⁶⁹ *Id.*

²⁷⁰ *Id.*

²⁷¹ *Id.*

²⁷² *Id.*

²⁷³ *Id.*

²⁷⁴ Ver, por exemplo, *U.N. Peacekeepers Fire Tear Gas into Rock-Throwing Crowd pp Food Distribution Site in Haiti*, ASSOCIATED PRESS, 13 de janeiro de 2005, disponível em http://www.haiti-news.com/article.php?id_article=3218 (reportando sobre o incidente de gás lacrimogêneo em Gonaïves e a admissão de responsabilidade pelo incidente pelo Dan Moskaluk).

²⁷⁵ Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶ 7(I)(f).

²⁷⁶ Entrevista Chagas, *supra* nota 163.

Hospitais: O Novo Campo de Batalha

Como o caso da filha da senhora Pierre-Louis ilustra, o que constitui ou quem qualifica como um civil “sob iminente ameaça de violência física”²⁷⁷ é uma questão que resiste uma rígida categorização e ao contrário depende da natureza da situação particular que emerge na vida real. Nos últimos meses, vários relatórios, dos quais o Comissário Beer da CIVPOL nos disse ter conhecimento,²⁷⁸ vieram à tona detalhando uma alegada prática segundo a qual oficiais da PNH invadem hospitais, removendo pacientes civis à força, e em alguns casos assassinando-os e frequentemente desovando os corpos em cemitérios clandestinos.²⁷⁹ Samba Boukman observou inúmeras instâncias nas quais pessoas de sua comunidade, a populosa favela de Bel-Air, foram alegadamente mortas por meio deste comportamento. O Sr. Boukman lembra que durante uma operação da PNH em Bel-Air em 24 de outubro de 2004, Gorda Guerrier e Guy Wilson, dois jovens no fim da adolescência, sofreram ferimentos de balas M-1 nas costelas e no estômago, respectivamente.²⁸⁰ Horas depois da operação, as famílias dos dois rapazes levaram seus filhos ao Hospital Geral de Porto Príncipe para tratamento. O senhor Boukman nos relatou que dias mais tarde, a PNH entrou no hospital e matou ambos Gorda Guerrier e Guy Wilson.²⁸¹

Esta prática parece suficientemente disseminada e rotineira fazendo seus efeitos sentidos na sociedade em geral, muito além das paredes dos hospitais. Vítimas de tiros rotineiramente evitam tratamento hospitalar, temendo que seus ferimentos os marcarão como membros de gangues, e que eles serão subsequentemente mortos pela polícia.²⁸² Várias vítimas da recente violência nas comunidades de Bel-Air e Cité Soleil com as quais conversamos, e cujos

²⁷⁷ Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶ 7(I)(f).

²⁷⁸ Entrevista Beer, *supra* nota 160.

²⁷⁹ Ver, por exemplo, *Le CARLI condamne les pratiques d'exécutions sommaires et d'enlèvement de blessés des centres hospitaliers par des policiers*, AGENCE HAÏTIENNE DE PRESSE, 24 de janeiro de 2005, disponível em <http://www.ahphaiti.org/ndujour.html>.

²⁸⁰ Entrevista com Samba Boukman, Bel-Air, Porto Príncipe (16 de janeiro de 2005) [deste ponto em diante Entrevista Boukman].

²⁸¹ *Id.*

²⁸² Ver, por exemplo, Joe Mozingo, *Anarchy Reigns in Streets of Haiti*, MIAMI HERALD, 29 de novembro de 2004 (reportando sobre a recusa, com medo, de Virio, um rapaz de 20 anos de idade, de ir ao hospital apesar de “ter o corpo marcado com tantas feridas brancas de bala que parece que ele tem varicela”); RELATÓRIO GRIFFIN, *supra* nota 1, pp 11.

ferimentos e cicatrizes de tiros observamos, citaram precisamente o medo de intrusão da PNH para declinar tratamento médico após terem sido feridos a bala. Esta reação obviamente agrava suas respectivas condições.²⁸³

Caso sejam verdadeiras, estas alegações chocam a consciência em diversos níveis. Desde a perspectiva da missão da ONU, enquanto estas práticas continuarem, todos os pacientes internados em hospitais dentro do Haiti constituem-se em “civis sob iminente ameaça de violência física.”²⁸⁴ Com efeito, até mesmo o Comissário Beer reconheceu a urgência da situação, quando nos disse que “é obviamente algo que não pode continuar.”²⁸⁵ De acordo com seu mandato, a MINUSTAH deve proteger estes pacientes, preferivelmente instalando seu próprio pessoal de segurança para guarnecer as entradas dos hospitais.

Novamente, para que não parem dúvidas, o tenente Chagas reconheceu que em algumas ocasiões, notadamente após grandes operações, a MINUSTAH transporta alguns civis seriamente feridos para seus próprios hospitais militares localizados próximos ao aeroporto Toussaint Louverture em Porto Príncipe. “[Os hospitais militares] deveriam normalmente tratar de baixas militares apenas, mas devido à situação do sistema de saúde no Haiti, nós tentamos tanto quanto possível cuidar de civis também.”²⁸⁶ Apesar de louvável, tal política falha totalmente em informar sobre, e proteger, todos os civis feridos que *já se encontram* no sistema de saúde haitiano. Cuidar de alguns poucos, em outras palavras, não pode ser uma desculpa para a falha absoluta da MINUSTAH em guarnecer e cuidar da maioria. Ao passo que fornecer assistência técnica médica aos hospitais haitianos poderia ir além das possibilidades da missão da MINUSTAH no presente momento,²⁸⁷ o mesmo não pode ser dito de garantir a segurança daqueles hospitais contra o perigo de intrusões violentas, e eventualmente fatais.

²⁸³ Ver, por exemplo, Entrevista com Robin Emmanuel, Bel-Air, Porto Príncipe (16 de janeiro de 2005) [deste ponto em diante Entrevista Emmanuel]; Entrevista com Jean Joseph Senat, Bel-Air, Porto Príncipe (16 de janeiro de 2005) [deste ponto em diante Entrevista Senat].

²⁸⁴ Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶ 7(1)(f).

²⁸⁵ Entrevista Beer, *supra* nota 160.

²⁸⁶ Entrevista Chagas, *supra* nota 163.

²⁸⁷ O Comissário da CIVPOL Beer observou que como sua unidade não tem pessoal médico próprio, “nos dependemos da assistência [médica] da comunidade internacional”. Entrevista Beer, *supra* nota 160.

Oficiais da MINUSTAH, todavia, em violação latente de seu mandato, continuam a expressar uma falta de vontade perturbadora em intervir. O Comandante da Força da ONU, General Pereira, por exemplo, quando perguntado por nossa equipe em janeiro de 2005 se ele daria ordem para seu pessoal garantir a segurança dos hospitais, declinou utilizando a desculpa básica de incapacidade. “Nós não temos tropas suficientes para resguardar todos os hospitais”, nos explicou ele.²⁸⁸ Não possuir tropas para uma tarefa específica é uma coisa; não ter a vontade de mandá-las realizar o trabalho em primeiro lugar é outra completamente diferente. O General Pereira, aparentemente, não tem nenhuma.

Quando lhe perguntamos ainda se ele *enviaria* tropas para guarnecer os hospitais se ele fosse capaz de fazê-lo, o General Pereira simplesmente nos disse que “eles não precisam de [um] contingente militar nos hospitais.”²⁸⁹ O General Pereira tentou nos explicar que ele precisa “maximizar a mobilidade de [suas] tropas”, e não pode “colocar [suas] tropas em posições estáticas.”²⁹⁰ Ele sugeriu que a CIVPOL tinha melhores condições para a tarefa. Apesar disso, quando falamos com o Comissário Beer sobre o problema, ele não fez nada melhor e novamente evadiu toda a responsabilidade, transferindo-a diretamente para a PNH. “Nossa solução mais rápida é apertar os botões corretos na PNH para conseguir que seja feito”, ele nos disse, concluindo diplomaticamente que “colocar oficiais da CIVPOL em hospitais seria como tratar o sintoma e não a causa.”²⁹¹ Apesar do apelo intelectual do argumento do Sr. Beer, ele admite considerável negação da realidade. Primeiro, dada sua própria admissão de dificuldades logísticas e administrativas substanciais que enfrenta a CIVPOL em seus esforços para treinar a PNH,²⁹² tratar a causa não parece ser factível no curto prazo. Em outras palavras, dado o fato de que a CIVPOL concentrando-se somente no treinamento da PNH efetivamente permitiria que abusos de direitos humanos continuassem sem controle por mais algum tempo, a MINUSTAH *deve* tratar o sintoma e instalar guardas imediatamente nos hospitais. Em segundo lugar, reiteramos, de todas as responsabilidades ordenadas no mandato da MINUSTAH, a proteção de civis é a

²⁸⁸ Entrevista Pereira, *supra* nota 249.

²⁸⁹ *Id.*

²⁹⁰ *Id.*

²⁹¹ *Id.*

²⁹² Ver Entrevista Beer, *supra* nota 160 (observando que por causa da urgência das circunstâncias no terreno, “desde o ponto de vista da CIVPOL, a atenção particular à profissionalização e desenvolvimento da PNH tem ocorrido muito mais lentamente do que o esperado”).

responsabilidade escrita em termos mais diretos, omitindo os termos qualificadores “prestar assistência ou “ajudar” e sua obrigação sendo muito pelo contrário diretamente “proteger”.²⁹³ Em breve, a MINUSTAH deve assumir a responsabilidade de fazê-lo, como neste caso é requerida tanto em função tanto de seu mandato, como, presumivelmente, de sua consciência.

Dito de forma diferente, a obrigação afirmativa da MINUSTAH de proteger civis inocentes não pode capitular frente a sua outra obrigação, comparativamente menos afirmativa. Aqui, também, como vimos na experiência de recentes operações conjuntas entre MINUSTAH e PNH, uma preocupante desconexão separa a linguagem natural e o significado do mandato das práticas de soldados da MINUSTAH nas ruas.

De acordo com uma carta que nos foi apresentada por Samba Boukman, em 10 de novembro de 2004, por exemplo, centenas de civis tomaram as ruas em Bel-Air durante uma manifestação pacífica pelo retorno do Presidente exilado Jean-Bertrand Aristide. Na carta datada de 8 de novembro de 2004, o Sr. Boukman, porta-voz do Mouvement Rezistans Baz Popile (Mo.Re.Ba.P), a organização responsável pela manifestação, formalmente solicitou a assistência da MINUSTAH em prover segurança para o evento.²⁹⁴ A carta notificou a MINUSTAH não apenas a respeito da data e horário da marcha, mas também da rota que seria percorrida – especificamente de acordo com os nomes das ruas individualmente listadas na comunidade de Bel-Air.²⁹⁵ Além de questões logísticas, a carta elogiava os esforços de estabelecimento e de manutenção da paz da MINUSTAH e, num apelo por tais esforços, enfatizava a natureza pacífica da manifestação.²⁹⁶ O Sr. Boukman nos contou que a MINUSTAH em seguida lhe garantiu por telefone que tropas estariam à mão e que seu pedido de segurança seria atendido.

Finalmente, em 10 de novembro de 2004, no entanto, nos contou o Sr. Boukman que a MINUSTAH providenciou sua presença mas não a concomitante segurança que havia prometido e que ele esperava.²⁹⁷ O Sr. Boukman, seus números corroborados por listas

escritas a mão e datilografadas das vítimas, caucionou que durante a demonstração, enquanto tropas da MINUSTAH permaneciam em seus lugares, membros da PNH vestidos com uniformes negros, chegaram à cena e mataram sete pessoas.²⁹⁸ Outras 180 pessoas foram levadas de Bel-Air no mesmo dia, disse Boukman, alegadamente por meio de prisões efetuadas pela PNH com a aparente cooperação de tropas da MINUSTAH.²⁹⁹ O Sr. Boukman e seu grupo, entretanto, afirmaram terem descoberto de cinco a oito dos desaparecidos nas valas comuns de Titanyen e outros três corpos no necrotério geral de Porto Príncipe.³⁰⁰ Outra pessoa, Jean-François Boniface, cuja fotografia o Sr. Boukman nos apresentou como prova, reapareceu sete dias depois, atirado morto na calçada em frente à catedral local com ferimentos de bala escurecendo foto de seu líder exilado, Jean-Bertrand Aristide, que antes estampava a frente de sua camiseta.³⁰¹ O Sr. Boukman apontou que a unidade da PNH responsável pelas mortes e detenções arbitrárias – todas as quais ocorreram em presença da MINUSTAH, ele alegou – incluíam oficiais normalmente designados para o Palácio Nacional, para o Ministério do Interior e o DDO.³⁰²

Delage Mesnel, um pai de 26 anos com três filhos, e marido de uma mulher grávida, descreveu uma história similar na qual a PNH atirou contra ele duas vezes, uma vez no braço e outra no torso superior, durante outra manifestação pró-Aristide em Bel-Air em 18 de novembro de 2004. “A MINUSTAH estava por todos os lados, mas eles não fizeram nada, eles permaneceram onde estavam”, lembra Mesnel. “Eles ajudaram a PNH por estarem aqui, mas eles não fizeram nada [por nós].”³⁰³ O Sr. Mesnel enfatizou que como em seu caso, “todas as vezes que a PNH quer matar ou prender alguém, eles mandam a MINUSTAH primeiro.”³⁰⁴

Mesmo onde as tropas da MINUSTAH chegam em segundo lugar – isto é, após a PNH ter iniciado suas operações – o resultado tem sido o mesmo. Em 16 de janeiro de 2005 nossa equipe testemunhou em primeira mão uma demonstração pró-Aristide totalmente pacífica em Bel-Air. Após a demonstração passar, retornamos a uma reunião da comunidade

²⁹³ Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶ 7(I)(f).

²⁹⁴ Cópia da carta obtida durante a entrevista com Samba Boukman, *supra* nota 280 [deste ponto em diante Carta Mo.Re.Ba.P]. O texto integral desta carta está arquivado com os autores deste relatório e pode ser consultado.

²⁹⁵ *Id.*

²⁹⁶ *Id.* (empregando frases descritivas como “muito pacífica” e “pacífica”, e marcadas com asteriscos)

²⁹⁷ Entrevista Boukman, *supra* nota 280.

²⁹⁸ *Id.*

²⁹⁹ *Id.*

³⁰⁰ *Id.*

³⁰¹ *Id.*

³⁰² *Id.*

³⁰³ Entrevista com Delage Mesnel, Bel-Air, Porto Príncipe (16 de janeiro de 2005) [deste ponto em diante Entrevista Mesnel].

³⁰⁴ *Id.*

para continuar nossas entrevistas com residentes locais e gravar suas impressões gerais da MINUSTAH. Minutos mais tarde, ouvimos tiros ao nosso redor. Parte em função de temermos nos expor a balas e parte porque nossos entrevistados nos garantiram a segurança do local da reunião, permanecemos no local e continuamos conduzindo entrevistas. Mas quando o tiroteio se intensificou, tanto em frequência como em proximidade, decidimos aguardar a próxima trégua e, quando esta ocorresse, deixar a área. Aproximadamente às 17:20 horas nós deixamos a área fechada onde conduzíamos nossas entrevistas e começamos a descer as vielas de volta à rua principal. Apesar de chegarmos ao cruzamento com nossas mãos para o alto para indicar nossas intenções pacíficas, fomos recebidos com rifles da MINUSTAH estacionados no carro blindado apontados para nossa equipe. Apenas após longas súplicas em português por parte de um membro da delegação, a MINUSTAH então parou de apontar as armas para nós, reconhecendo a precariedade de nossa situação e em seguida nos deixando entrar no carro blindado. Dentro do blindado, perguntamos aos soldados o que havia acionado a patrulha para aquele bairro, e eles responderam que membros da PNH abriram fogo contra a manifestação. As tropas da MINUSTAH então nos alertaram para cobrirmos nossos ouvidos; segundos depois o tenente encarregado arremessou duas granadas sem nenhuma razão em direção à comunidade, seguidos de mais “tiros de aviso”. Em outras palavras, longe de proteger a manifestação de civis pacífica e vulnerável em Bel-Air – ao, por exemplo, coibir a PNH, responsável pela violência em primeiro lugar – a MINUSTAH aumentou sua vulnerabilidade ao contribuir diretamente para tanto.

O General Pereira pouco fez para rejeitar as alegações de nossos entrevistados, e nossas mesmas, e essencialmente as confirmou, quando falamos com ele no dia 17 de janeiro de 2005, sobre a interação entre PNH e MINUSTAH em termos gerais. “Nós oferecemos à polícia a proteção que eles não têm,” ele nos disse.³⁰⁵ Quando perguntamos se esta proteção tinha a forma de garantir a segurança de uma área durante operações da PNH, ele admitiu que “nós damos espaço para a PNH operar, sim, nós fazemos isso.”³⁰⁶

Tal passividade da parte das tropas da MINUSTAH – efetivamente cúmplices nas táticas ilegais e abusivas da PNH – não poderia ser o que o Conselho de Segurança vislumbrava quando redatou a Resolução

1542 e mandou que a MINUSTAH fornecesse “apoio operacional para a Polícia Nacional Haitiana.”³⁰⁷ Além do fato de que tal interpretação erroneamente entenderia a palavra “apoiar” sem referência ao objetivo último da atividade apoiada – aqui, “o restabelecimento e manutenção do estado de direito, segurança pública e ordem pública no Haiti”³⁰⁸ – ela também estaria em contravenção à obrigação afirmativa da MINUSTAH de proteger civis haitianos, escrita de maneira direta e sem menção a assistência ou apoio a outras entidades.³⁰⁹

Com certeza, até mesmo a cláusula do mandato obrigando a proteção civil, Seção I(f), explicitamente limita as responsabilidades da MINUSTAH no provimento de tal proteção. Primeiramente, tal proteção deve estar “na medida das possibilidades [da MINUSTAH] e dentro de suas áreas de destacamento”.³¹⁰ Certamente, entretanto, no caso das manifestações sob consideração aqui, assim como em outros cenários semelhantes envolvendo operações conjuntas entre PNH e MINUSTAH,³¹¹ as tropas fortemente armadas da MINUSTAH eram capazes de restringir o movimento e a atividade da PNH, além do que se encaixa dentro da “área de destacamento” da MINUSTAH. Em segundo lugar, e aparentemente mais limitadora, a proteção de civis pela MINUSTAH deve ser feita “sem prejuízo das responsabilidades do Governo de transição e das autoridades da polícia”.³¹² Uma leitura atenta de tal linguagem, contudo, deixa claro que a qualificação “sem prejuízo” também não é tão restritiva quanto ela pode parecer, pois ela se aplica não a cada atividade do governo interino e da PNH, mas apenas a suas “responsabilidades”. A menos que tais responsabilidades incluam a perpetração de várias formas de abusos de direitos humanos (como por exemplo execuções sumárias e em massa, detenções e prisões sem mandato) – uma suposição absurda, tenha-se em conta – as tropas da MINUSTAH necessariamente violam seu mandato quando eles simplesmente asseguram a área ou permanecem de guarda enquanto membros da PNH cometem abusos.

³⁰⁷ Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶ 7(I)(d).

³⁰⁸ *Id.* ¶ 7(I)(d).

³⁰⁹ Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶ 7(I)(f). Vale reiterar, ainda, que em missões da ONU anteriores encarregadas com responsabilidade parecidas de “apoio”, os soldados de paz assumiram uma linha de atuação muito mais pro ativa, produzindo resultados dramaticamente diferentes e mais exitosos. Para uma análise contextual mais extensa da linguagem do mandato da MINUSTAH, veja *supra*, Seção III.

³¹⁰ Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶ 7(I)(f).

³¹¹ *Ver infra* Seção IV.C.1.

³¹² Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶ 7(I)(f).

³⁰⁵ Entrevista Pereira, *supra* nota 249.

³⁰⁶ Entrevista Pereira, *supra* nota 249.

Sob estas circunstâncias, a obrigação de proteger civis, como articulada na Seção I(f), é absoluta e prevalece sobre a responsabilidade da MINUSTAH de apoiar as ações da PNH. A MINUSTAH não pode, em outras palavras “dar espaço para a PNH operar”, como o General Pereira admitiu comandar suas tropas.³¹³ O General Pereira e a MINUSTAH em geral fariam bem em compreender que esta obrigação de proteger civis, enquadrada em termos diretos, é sua responsabilidade cardeal, e que apoio incondicional e cego, ou ainda assistência prestada à PNH é a rara exceção a esta responsabilidade, e não vice versa.

Passada a falha em proteger a segurança física da população civil em Bel-Air, a passividade das tropas da MINUSTAH durante estas manifestações constituem adicionalmente uma violação do direito fundamental da população de liberdade de expressão e de assembléia pacífica. Isto é especialmente verdadeiro, como notamos acima, quando a proteção destes direitos havia sido requisitada e posteriormente prometida em antecipação. O principal instrumento da ONU sobre direitos civis e políticos, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (International Covenant on Civil and Political Rights (ICCPR), em inglês)³¹⁴, do qual o Haiti e o Brasil são estados-parte³¹⁵, garante o direito de associação e assembléia pacíficas³¹⁶ e o direito à liberdade de expressão.³¹⁷ O instrumento regional paralelo no Sistema Inter-Americano, a Convenção Americana de Direitos Humanos³¹⁸ (CADH), da qual tanto o Brasil como o Haiti são partes,³¹⁹ assim como a Constituição Haitiana de 1987,³²⁰ garantem

proteções similares para o povo haitiano. Em resumo, apesar de não especificamente elencados no mandato da MINUSTAH, os direitos a expressão e a assembléia pacífica – manifestados mais comumente na forma de manifestações públicas e protestos – estão entre os direitos humanos que a MINUSTAH deve auxiliar em proteger e sobre cujos abusos a MINUSTAH deve ajudar a “garantir responsabilidade individual.”³²¹ Efetivamente contribuindo para tal abuso em primeiro lugar ao fornecer cobertura para seu cometimento é uma manifesta violação daquela responsabilidade.

IV.B.3. Interação com Organizações de Direitos Humanos

*“Apoiar o Governo de transição assim como instituições e grupos de direitos humanos haitianos em seus esforços para promover e proteger os direitos humanos, particularmente de mulheres e crianças, com o objetivo de garantir responsabilidade individual por abusos de direitos humanos e reparação para vítimas”*³²²

Até o momento de elaboração deste relatório, a MINUSTAH fez incredivelmente pouco para apoiar os esforços das instituições de direitos humanos haitianas, especialmente quando consideramos que suas obrigações de fazê-lo, mencionadas acima, são em última análise uma obrigação de “garantir responsabilidade individual por abusos de direitos humanos e reparação para vítimas.”³²³ Renan Hedouville, da organização CARLI, ele mesmo uma vítima da perseguição nas mãos tanto da mídia quanto do governo,³²⁴ notou que ao passo que sua organização ocasionalmente encontra com a MINUSTAH para notificá-los de documentadas violações de direitos humanos “eles [MINUSTAH] não nos ajudam nada.”³²⁵ Situação de semelhante desconcerto ocorre na Coalizão Nacional pelos Direitos dos Haitianos (National Coalition for Haitian Rights (NCHR)), onde a coordenadora

³¹³ Entrevista Pereira, *supra* nota 249.

³¹⁴ PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (INTERNATIONAL COVENANT ON CIVIL AND POLITICAL RIGHTS), 19 de dezembro de 1966, 99 UNT.S. 171 [deste ponto em diante ICCPR].

³¹⁵ O Haiti aceitou ao ICCPR em 6 de maio de 1991.

³¹⁶ ICCPR, artigo 21 (“O direito de assembléia pacífica deve ser reconhecido.”), artigo 22(1) (“Todos devem ter o direito de liberdade de associação com outros ...”).

³¹⁷ ICCPR, artigo 19(2) (“Toda e qualquer pessoa tem direito à liberdade de expressão; este direito compreende a liberdade de procurar, receber e expandir informações e ideias de toda a espécie, sem consideração de fronteiras, sob forma oral ou escrita, impressa ou artística, ou por qualquer outro meio à sua escolha.”).

³¹⁸ CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 22 de novembro de 1969, OAS Treaty Ser. No. 36, 1144 UNT.S. 123 (1978).

³¹⁹ O Haiti aceitou à Convenção Americana de Direitos Humanos (ACHR) em 27 setembro de 1977.

³²⁰ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DO HAITI (1987), artigo 28 (“Todo haitiano tem o direito de expressar suas opiniões livremente sobre qualquer assunto por qualquer meio que

ele escolha), artigo 31 (“A liberdade de assembléia desarmada e de associação para fins políticos, econômicos, sociais, culturais ou qualquer outro fim pacífico é garantida”).

³²¹ Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶ 7(III)(a).

³²² *Id.*

³²³ *Id.*

³²⁴ De acordo com Renan Hedouville, o governo atual o está processando por difamação, uma ofensa criminal, de modo a colocá-lo na prisão por um ano assim como o fechar de sua organização por cinco anos e obter compensação de 15 milhões de gourdes haitianos. Entrevista Hedouville, *supra* nota 181.

³²⁵ Entrevista Hedouville, *supra* nota 181.

assistente de programas, Marie Yolne Gilles, caracterizou a ajuda fornecida pela MINUSTAH a sua organização como puramente administrativa, primariamente na forma de compartilhamento de informações de contatos, e não de natureza “substantiva”.³²⁶

A falha da MINUSTAH em apoiar tais organizações assumiu formas mais indiretas também, frequentemente resultando de sua comparável falha em cumprir com outras provisões dos seu mandato – notavelmente, subseção I(c), exigindo a implementação de estratégias de desarmamento, assim como outras descritas abaixo.³²⁷ O clima de violência que persiste com a ausência de desarmamento, tem colocado em perigo as vidas de muitos advogados e ativistas de direitos humanos, frequentemente alvos em função de supostas agendas políticas ou afiliações políticas.

Vários entrevistados com quem nossa delegação conversou expressaram seu temor e estupor com a insegurança pervasiva que impede sua capacidade de realizar seus trabalhos efetivamente. Visivelmente emocionada com a menção do assunto, a senhora Gilles da NCHD, uma vez pelo menos denunciou que ela está “sempre sob ameaça”.³²⁸ “Eles monitoram onde eu moro e vem até minha casa com armas e esperam do lado de fora”, declarou a senhora Gilles. “Algumas vezes eles me chamam para dizer que eles irão me matar”.³²⁹ Para Mario Joseph, um proeminente e respeitado advogado de direitos humanos, as ameaças tomam várias formas. “Algumas vezes são ameaças ao telefone, outras vezes é no jornal, algumas vezes há veículos em missões de espreita me seguindo o dia inteiro”, lembrou o senhor Joseph. “Não importa qual é a forma, é pressão.”³³⁰

Em uma ocasião, a PNH foi responsável por formas similares de intimidação e ameaça. Uma pesquisadora de direitos humanos (Senhora F.), uma americana trabalhando para uma proeminente

organização de direitos humanos no Haiti, apesar de desejar manter-se anônima, relatou um evento no qual oficiais da PNH literalmente a impediram de fazer seu trabalho. A senhora F. nos contou que em 8 de janeiro de 2005 a aproximadamente 11:30 horas, ela estava num tap-tap, o meio haitiano de transporte de massa, em Martissant, área de Porto Príncipe, quando ela percebeu três oficiais da PNH, vestidos de preto, apontando suas armas contra um homem de meia idade deitado no chão do outro lado da rua.³³¹ A Senhora F. rapidamente desceu do tap-tap com a intenção de documentar o incidente e prevenir um possível abuso pelo simples fato de sua presença, ela nos contou. Antes que ela pudesse fazer seu trabalho, policiais imediatamente notaram sua presença, chamando-a para o outro lado da rua e gritando que “uma pessoa de direitos humanos, você não pode ficar”.³³² A Senhora F. virou-se e percebeu uma linha de mulheres e crianças juntas na calçada oposta com suas mãos sobre a cabeça. Ela juntou-se a eles, disse, pensando que os policiais a deixariam em paz se ela estivesse longe o suficiente.³³³

Aproximadamente dois minutos mais tarde, estimou a senhora F., ela decidiu tirar uma foto do homem ainda esparramado no chão, agora do outro lado da rua onde ela estava.³³⁴ Vários oficiais imediatamente se viraram e confrontaram a senhora F, apontando armas para ela e ordenando que ela desligasse a câmera digital.³³⁵ Em outro esforço por proteger importantes provas, a senhora F. recusou, insistindo que nenhuma das fotos de sua câmera eram dos policiais da PNH. Ao passo que os oficiais tornavam-se cada vez mais agressivos, F. disse que apagaria todas as fotos assim que possível.³³⁶ Os oficiais da PNH ignoraram seu pedido, e quando ela tentava remover o pente de memória de sua câmera, eles lhe tomaram o dispositivo.³³⁷ Ao final, a polícia forçou a senhora F. para longe da cena, acompanhando-a até o próximo tap-tap e exigindo que ela entrasse nele, como ela o fez.³³⁸

A experiência da senhora F. reflete a total falta de eficácia da MINUSTAH e, especificamente, das

³²⁶ Entrevista com Marie Yolène Gilles, Coordenadora Assistente de Programas, National Coalition for Haitian Rights, Porto Príncipe (13 de janeiro de 2005) [deste ponto em diante Entrevista Gilles]. Para sermos justos, o Representante do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos no Haiti, Mahamane Cisse-Gouro, disse a nossa delegação de outubro que ele encontrara eventualmente com organizações de direitos humanos. Entrevista Cisse-Gouro, *supra* nota 168.

³²⁷ *Ver infra* Seção IV.C.

³²⁸ Entrevista Gilles, *supra* nota 326.

³²⁹ *Id.*

³³⁰ Entrevista Joseph, *supra* nota 173.

³³¹ Entrevista com Sra. F., Porto Príncipe (11 de janeiro de 2005). Para um relato mais completo do episódio em particular relatado aqui, uma cópia da declaração escrita da senhora F. está arquivada com os autores deste relatório e pode ser consultada.

³³² *Id.*

³³³ *Id.*

³³⁴ *Id.*

³³⁵ *Id.*

³³⁶ *Id.*

³³⁷ *Id.*

³³⁸ *Id.*

forças da CIVPOL em cumprir sua obrigação específica do mandato, de treinar a PNH, como discutimos à exaustão abaixo.³³⁹ Em todos estes casos, não importa a fonte da ameaça, a MINUSTAH deve trabalhar para eliminá-las. Afinal de contas, o senso comum deveria expor à MINUSTAH que implícita em sua responsabilidade de apoiar os esforços de grupos e instituições de direitos humanos haitianos está uma responsabilidade assessoria de dar-lhes um senso de segurança e proteção sob o qual eles possam operar. Quando falha o senso comum, a lei não: tal proteção é precisamente a responsabilidade prescrita na Declaração das ONU sobre Defensores de Direitos Humanos de 1998.³⁴⁰ O Secretário-Geral da ONU Kofi Annan, falando para a conferência de ONGs e DPI em meados daquele ano, rapidamente enfatizou o verdadeiro escopo de sua significância: “A Declaração se assenta numa premissa básica: que quando os direitos dos defensores de direitos humanos são violados, todos os nossos direitos são colocados em risco e todos nós nos tornamos menos seguros.”³⁴¹ Em outras palavras, aqui, talvez mais do que em qualquer outro lugar, a interdependência das várias provisões do mandato da MINUSTAH é aparente: quando a MINUSTAH falha em cumprir com sua responsabilidade de desarmar grupos armados e/ou de treinar membros da polícia haitiana, ela falha necessariamente, tanto direta como indiretamente devido a incapacidade dos defensores de direitos humanos, em sua responsabilidade mais alta de proteger a população civil do Haiti em geral.

IV.C. Ambiente Seguro e Estável

IV.C.1. Interação com a Polícia Nacional Haitiana

“Ajudar o Governo de transição na supervisão, reestruturação e reforma da Polícia Nacional Haitiana, em conformidade com as democráticas de policiamento, em particular mediante exame de antecedentes e certificação de seu pessoal, orientação sobre sua reorganização e formação, incluindo formação em questões gênero, assim como

³³⁹ Ver *infra* Seção IV.C.1.

³⁴⁰ DECLARAÇÃO SOBRE O DIREITO E O DEVER DE INDIVÍDUOS, GRUPOS E ASSOCIAÇÕES DE PROMOVER E PROTEGER OS DIREITOS HUMANOS E AS LIBERDADES FUNDAMENTAIS UNIVERSALMENTE RECONHECIDOS, G.A. Res. 53/144, U.N. GAOR, 53d Sess., U.N. Doc. A/RES/53/144 (8 de março de 1999).

³⁴¹ Discurso de Kofi Annan, Secretário-Geral da ONU, Conferência NGO/DPI (14 de setembro de 1998), disponível em http://www.humanrightsfirst.org/defenders/hrd_un_declare/hrd_declare_1.htm.

supervisão e treinamento de membros da Polícia Nacional do Haiti”³⁴²

A Polícia Nacional Haitiana (PNH) trabalha sob o manto de uma merecida falta de credibilidade.³⁴³ Normalmente permeada por divisões socioeconômicas de status, linguagem, afiliação política e geografia, os haitianos acham irônico ponto comum em sua quase universal desconfiança e desaprovação da PNH. Seus membros são percebidos, invariavelmente, como corruptos, politizados, inefetivos, e violadores de direitos humanos.³⁴⁴ Mesmo depois da remoção de 500 oficiais após a partida do Presidente Aristide em fevereiro de 2004, a polícia permanece “muito corrupta”, de acordo com o diretor da PNH Leon Charles.³⁴⁵ Na realidade, muitos acreditam que estes oficiais foram removidos por suas afiliações partidárias, não por problemas de corrupção ou ineficiência. O provimento de equipamentos básicos, tais como coletes e veículos a prova de balas, continua raro.³⁴⁶ Finalmente, mantendo seu histórico, a polícia continua a violar os direitos humanos através de intimidação e acoso da população civil, prisões e detenções arbitrárias, e uso de força letal injustificado e freqüente. Raymond Lafontant, Jr., conselheiro chefe do primeiro-ministro interino Gerard Latortue, nos disse que a PNH “não era confiável” – tanto que suposto apoio popular aos ex-

³⁴² Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶ 1(b).

³⁴³ Ver, por exemplo, Entrevista com Leon Charles, Diretor da Polícia Nacional Haitiana, Quartel-general da PNH, Porto Príncipe (13 de janeiro de 2005) [deste ponto em diante Entrevista Charles] (dizendo para nossa equipe que “nós [no Haiti] temos uma polícia muito corrupta” e descrevendo recusar enviar alguém sozinho para Cité Soleil ou Bel-Air porque é provável que eles “reajam com exagero — algumas vezes eles atacam as chimères, algumas vezes eles atacam a população civil”); Entrevista com Raymond Lafontant, Jr., Diretor de Gabinete, Escritório do Primeiro Ministro, Porto Príncipe (14 de janeiro de 2005) [deste ponto em diante Entrevista Lafontant] (nos contando que forças da PNH “não são a melhor população dos nossos homens que poderíamos ter” e tem sido “não confiáveis”); Entrevista Chagas, *supra* nota 163.

³⁴⁴ Ver, por exemplo, RELATÓRIO ICG HAITI, *supra* nota 1, pp 20 (observando que “desde 1999-2000, além das deficiências logísticas, a PNH tem sido enfraquecida por corrupção (em particular tráfico de drogas) e gerenciamento fraco” e que tais atividades e abusos da polícia haviam, por volta de 2001, “contribuído para a desmoralização e erosão dos níveis profissionais e uma completa perda de status entre o povo”).

³⁴⁵ Entrevista Charles, *supra* nota 343.

³⁴⁶ *Id.*

militares em algumas áreas, segundo ele, era justificado.³⁴⁷

Reconhecemos que reformar a PNH é uma tarefa monumental; infelizmente a MINUSTAH provou ser ineficiente a esse respeito. O componente de polícia civil da missão, a CIVPOL, negligenciou a implementação de qualquer programa de treinamento sistemático, e suas tentativas de supervisionar e treinar foram tristemente inadequadas. Na verdade, não está absolutamente claro que a presença da MINUSTAH diminuiu os abusos da PNH. Pelo contrário, relatos extensivos, alguns dos quais são documentados neste relatório, sugerem que os abusos de direitos humanos cometidos pela PNH continuaram e até mesmo aumentaram sob o olhar da MINUSTAH. Longe de prevenir abusos de direitos humanos, a MINUSTAH na melhor hipótese fechou os olhos para tais abusos; e no pior dos casos facilitou-os.

Em entrevistas com nossa equipe, oficiais da MINUSTAH descreveram seu mandato de apoio à PNH como “um dos” aspectos “mais importantes” de sua missão.³⁴⁸ A força incluía aproximadamente 1.400 oficiais da CIVPOL em 3 de fevereiro de 2005.³⁴⁹ De acordo com o Comissário Beer da CIVPOL, as operações de sua força, especialmente no que toca ao treinamento, foram prejudicadas pela lenta troca de oficiais; apenas em meados de novembro de 2004 então “forças substanciais da CIVPOL chegaram.”³⁵⁰ Ademais, o Comissário Beer lembrou, a dramática situação de segurança de Porto Príncipe tomou a CIVPOL de surpresa, e a força teve de adiar o treinamento de policiais até que eles sentissem que o país estivesse mais estável.³⁵¹ Apenas agora – oito meses após o estabelecimento da CIVPOL – há “uma lista de coisas sendo endereçadas com vistas ao treinamento agora que temos um melhor controle da situação de segurança”, nos disse o Comissário Beer.³⁵²

Entretanto, até meados de janeiro, quando já tinham praticamente alcançado a capacidade prevista,³⁵³ a CIVPOL não estava prestando o apoio que a polícia

necessitava, de acordo com o Diretor da PNH Leon Charles. “Nós não estamos satisfeitos com a linha de ação da CIVPOL”, reclamou ele para a nossa equipe, explicando que para reduzir a corrupção epidêmica entre seus oficiais, a CIVPOL deveria ter uma “presença permanente” nas delegacias de polícia.³⁵⁴ Do jeito que estava, nos disse o Diretor Charles, a CIVPOL aparecia durante algumas horas do dia, entre 8:00 horas e 4:00 horas; seu apoio a operações policiais nas favelas de Porto Príncipe era superficial e não freqüente; e eles prestavam pouca assistência em investigações pós-operações, incluindo o registro e triagem dos detidos.³⁵⁵

Mas as omissões da força da ONU são a ponta do iceberg. Ao invés de meramente falhar em melhorar práticas policiais, a MINUSTAH exacerbou abusos de direitos humanos cometidos pela polícia haitiana, de acordo com numerosas testemunhas e líderes de direitos humanos com quem conversamos. Estes abusos da PNH – incluindo prisões e detenções arbitrárias; uso indiscriminado de armas de fogo; “desaparições”; e assassinatos extra-judiciais – continuaram durante todo o período de nossa pesquisa, e talvez tenham aumentado, sob o olhar da MINUSTAH, de acordo com relatórios de grupos de direitos humanos e jornalistas. Em novembro de 2004, a Anistia Internacional documentou relatos de “incidentes nos quais indivíduos vestidos de preto, usando máscaras e viajando em carros com logotipo da Polícia Nacional Haitiana custaram a vida de pelo menos 11 pessoas.”³⁵⁶ Num relatório publicado pelo Centro para os Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Miami em 14 de janeiro de 2005, pesquisadores relataram um testemunho ocular de uma operação conjunta em meados de novembro, que resultou na morte de dois civis e no

³⁵⁴ Entrevista Charles, *supra* nota 343.

³⁵⁵ *Id.*

³⁵⁶ O mesmo comunicado de imprensa documenta relatos de surras de dois civis pela PNH, incluindo um menino de 13 anos de idade, supostamente ocorridos dentro do período de 10 dias de matanças. Comunicado de Imprensa, Anistia Internacional, Haiti: Amnesty International Calls on the Transitional Government to Set Up an Independent Commission of Enquiry into Summary Executions Attributed to Members of the Haitian National Police (11 de novembro de 2004) [deste ponto em diante AI: Execuções Sumárias], disponível em <http://web.amnesty.org/library/Index/ENGAMR360602004?open&of=ENG-HTI>; veja também Declaração Pública, Anistia Internacional, Haiti: Illegal and Arbitrary Arrests Continue—Human Rights Hampered amid Political Violence, (19 de outubro de 2004) (descrevendo a prisão ilegal do líder Lavalas Reverendo Gerard Jean-Juste, durante a qual ele foi arrastado para fora da igreja e espancado).

³⁴⁷ Entrevista Lafontant, *supra* nota 343.

³⁴⁸ Entrevista Chagas, *supra* nota 163.

³⁴⁹ *Id.*

³⁵⁰ Entrevista Beer, *supra* nota 160; veja também *Polícia Culpada por Mortes no Haiti (Police Blamed in Haiti Killings)*, *supra* nota 155.

³⁵¹ Entrevista Beer, *supra* nota 160. (ênfase nas “situações de segurança não previstas anteriormente”).

³⁵² *Id.*

³⁵³ Ver MINUSTAH: Fatos e Números (Facts and Figures), *supra* nota 78.

ferimento de dois outros.³⁵⁷ O autor do relatório observou que “forças da MINUSTAH, presentes ostensivamente para ajudar a PNH, algumas vezes complicam e intensificam a imprecisão e a violência” de operações conjuntas.³⁵⁸ Jornalistas representando dezenas de publicações internacionais reportaram “ainda mais casos de pessoas em uniformes da polícia executando oponentes políticos, seqüestrando para o pagamento de resgates e aterrorizando comunidades leais ao Partido Família Lavalas de Aristide”,³⁵⁹ e que “combates armados entre gangues pró-Aristide e policiais haitianos apoiados por soldados de paz da ONU engolfaram comunidades inteiras, fazendo com que residentes fugissem ladeira a baixo.”³⁶⁰

Nossa delegação descobriu que, com apoio direto da proteção e do poderio de fogo superior da ONU, incluindo veículos blindados, coletes a prova de balas e capacetes, a PNH tem sido mais agressiva nas varreduras de comunidades pobres do que anteriormente à chegada da MINUSTAH. Notadamente, antes da chegada da MINUSTAH, a PNH se recusava a entrar em certas comunidades. Agora, pelo contrário, a PNH ou conduz operações com tropas da ONU na cobertura ou começa operações nas comunidades confiante de que, caso seus oficiais necessitem de apoio, eles só precisam chamar a MINUSTAH.³⁶¹ A MINUSTAH na

realidade providenciou cobertura para abusos cometidos pela PNH durante operações em comunidades pobres e historicamente tensas em Porto Príncipe, como Bel-Air, La Saline, e baixo Delmas. Ao invés de orientar e instruir a polícia com melhores práticas, e ainda monitorar seus erros, a MINUSTAH tem sido a parceira destes abusos. Em essência, a MINUSTAH forneceu à PNH os elementos próprios de repressão.

Não nos causa surpresa, na área de “operações conjuntas”, que o apoio da MINUSTAH à polícia tenha recebido aplausos do Diretor Charles, do governo interino haitiano e de oficiais da embaixada americana.³⁶² Entre outubro de 2004 e janeiro de 2005, a MINUSTAH e a PNH realizaram numerosas operações integradas nas favelas de Porto Príncipe. O objetivo oficial, divulgado, de tais operações foi o de estabelecer segurança e estabilidade em áreas previamente controladas por gangues e praguejadas por uma situação de violência. A mera presença de tropas da ONU fez muito para diminuir a violência, nos contaram tanto autoridades do governo quanto da polícia; mas, continuam as mesmas pessoas, as operações frequentemente incluem busca em casas e prisões em massa.³⁶³ A frequência destas operações conjuntas varia de acordo com o bairro; em alguns locais, as operações ocorreram várias vezes por semana.

Trabalhando em conjunto permite que a MINUSTAH e a PNH utilizem seus pontos fortes. A MINUSTAH, como observamos acima, possui equipamento defensivo e armamentos superiores,³⁶⁴ assim como forças mais adequadamente treinadas para confrontos de guerrilhas urbanas.³⁶⁵ Algumas vezes, nos contaram oficiais da MINUSTAH e da polícia, Veículos Blindados de Transporte (Armored Personnel Carriers (APC)) da ONU transportam

³⁵⁷ RELATÓRIO GRIFFIN, *supra* nota 1, pp 32-35.

³⁵⁸ *Id.* pp 31.

³⁵⁹ *Ver*, por exemplo, *Anarquia reina no Haiti (Anarchy Reigns in Streets of Haiti)*, *supra* nota 282.

³⁶⁰ Gary Marx, *U.N. Force Unable to Stem Violence in Chaotic Haiti*, CHI. TRIBUNE, 14 de dezembro de 2004. A imprensa estrangeira documentou abusos da PNH por todo o período de nossa pesquisa e continuou a fazê-lo enquanto este relatório estava sendo escrito. *Ver também*, por exemplo, Jane Regan, *Peacekeepers Have Yet to Disarm Haiti Gangs*, MIAMI HERALD, 11 de fevereiro de 2005 (citando oficiais da MINUSTAH “em off” que lhe disseram que em resposta a uma “emboscada” contra uma patrulha de polícia da ONU, “soldados de paz atiraram 500 tiros mas não sofreram nenhum ferimento”); *Police Blamed in Haiti Killings*, *supra* nota 155 (relatando a suposta execução sumária de Abdias Jean pela PNH em janeiro, como “um dos últimos eventos de execuções sumárias em comunidades pobres que testemunhas afirmam foram cometidas pela polícia”); Amy Bracken, *Aristide Loyalists Targeted in Raid*, MIAMI HERALD, 4 de fevereiro de 2005 (relatando que, durante uma operação conjunta em Cité Soleil, “um morados. . . levou um tiro e foi morto quando abria a porta de seu barraco logo após ouvir tiroteio pesado. Moradores dizem que a polícia aparente confundiu o pai desempregado de 55 anos com um atirador”).

³⁶¹ Na realidade, a MINUSTAH automaticamente fornece apoio mesmo a operações da polícia com o potencial de grande número de vítimas civis. Em 10 de fevereiro de 2005, a Polícia Nacional Haitiana invadiu a base do ex-

Sargento militar Remissainthe Ravix, numa área residencial de Porto Príncipe, e chamou reforços da MINUSTAH. As tropas da ONU chegaram imediatamente ao local, junto com seus tanques emunicao. Eventualmente, após avaliar a situação, a MINUSTAH retirou suas tropas. “Não é nosso mandato destruir casas,” explicou o Comandante da Força da MINUSTAH Heleno Augusto Ribeiro Pereira a um repórter à época. Jane Regan, *Violence Still Racks Haiti Despite U.N. Peacekeepers*, INTER PRESS SERVICE, 15 de fevereiro de 2005.

³⁶² *Ver*, por exemplo, Entrevista Charles, *supra* nota 343; Entrevista Lafontant, *supra* nota 343; Entrevista Sra. N., *supra* nota 167.

³⁶³ *Ver* Entrevista Charles, *supra* nota 343; Entrevista Lafontant, *supra* nota 343.

³⁶⁴ Entrevista Charles, *supra* nota 343.

³⁶⁵ Entrevista Lafontant, *supra* nota 343.

oficiais da PNH para dentro das comunidades.³⁶⁶ Em realidade, a polícia se recusa a entrar em algumas comunidades sozinha, temendo revide por parte de alguns cidadãos que os temem e desconfiam deles.³⁶⁷ Além disso, a presença de montes de lixo fazem de muitas ruas dessas comunidades pobres intransitáveis exceto para este tipo de veículo militar. A MINUSTAH se beneficia da PNH também. A vasta maioria das forças da ONU não falam creole, tornando a interação com a população haitiana praticamente impossível.³⁶⁸ Ademais, apenas a PNH tem a autoridade de realizar prisões. Finalmente, a PNH é mais capaz para identificar alvos de prisão – com frequência demais, apoiadores de Aristide, mesmo envolvidos em atividades ilegais ou não.

Oficiais da MINUSTAH confirmaram o que o diretor Charles da PNH nos havia dito – em essência que, durante uma operação, os veículos APC da MINUSTAH precedem a chegada da PNH ou chegam carregando oficiais da PNH com eles.³⁶⁹ As tropas da MINUSTAH permanecem na área, seja em seus veículos ou seja em patrulhas à pé, enquanto a polícia faz a busca na comunidade,³⁷⁰ frequentemente adentrando casas e fazendo prisões sem mandatos legais de supostos membros de gangues ou de pessoas que estejam armadas ilegalmente.³⁷¹

As operações ganharam o apoio das autoridades haitianas, que as vêem como demonstrações de força que restauram a ordem nas comunidades pobres. Adicionalmente, uma grande parte da sociedade haitiana – primariamente composta pela classe alta de

Porto Príncipe – também apóia as ações agressivas da MINUSTAH nas favelas. Seus sentimentos são encontrados na maior parte da mídia do Haiti.³⁷² No entanto, os residentes nas áreas afetadas e defensores de direitos humanos possuem uma visão diametralmente oposta.³⁷³ Vários casos de uma comunidade de Porto Príncipe, Bel-Air, ilustram como a presença da MINUSTAH funciona como cobertura para abusos da PNH.

Gérard Benjamin

Em 6 de outubro de 2004, a MINUSTAH e a PNH realizaram uma de suas primeiras operações conjuntas em Bel-Air. De acordo com moradores, a incursão significou uma total varredura da área, incluindo prisões em massa e buscas em casas, ambas sem mandato.³⁷⁴ Entre os detidos estava Gérard Benjamin, um morador de 28 anos que, de acordo com sua mãe Betty Charles, estava sentado na varanda da casa comendo o café da manhã àquela hora.³⁷⁵ A mãe do senhor Benjamin também nos contou que ele permaneceu encarcerado na Penitenciária Nacional até a metade de janeiro, mais de três meses após sua captura.³⁷⁶

Benjamin Max Grégois, uma testemunha ocular desta detenção, nos contou que tanques da ONU haviam entrado no bairro por volta de 8:30 da manhã, estacionando os tanques, cerca de vinte ao todo, em praticamente todas os principais cruzamentos.³⁷⁷ Então, nos contou o senhor Grégois, as forças da PNH saíram dos veículos e entraram nas casas, quase sempre com a assistência dos “pés de cabra” das tropas da MINUSTAH, acossando os civis.³⁷⁸ De acordo com Grégois, a polícia retirou Benjamin da porta de sua casa e jogou-o dentro de um veículo da PNH marcado como “CIMO” juntamente com outros oito moradores.³⁷⁹ Nos dias seguintes à prisão de seu

³⁶⁶ Entrevista Chagas, *supra* nota 163; Entrevista Charles, *supra* nota 343.

³⁶⁷ Entrevista Charles, *supra* nota 343; Entrevista Pereira, *supra* nota 249; Entrevista com Benjamin Max Grégois, Bel-Air, Porto Príncipe (16 de janeiro de 2005) [deste ponto em diante Entrevista Grégois]. Como detalhado na Seção IV.B.2, *supra*, a MINUSTAH atuou independentemente da PNH na sua ocupação de Cité Soleil, quando oficiais da PNH consideravam o risco de entrar muito grande.

³⁶⁸ Entretanto, autoridades da MINUSTAH, e muitos outros civis, notaram que pelotões frequentemente incluem um ou mais tradutores. Ver Entrevista Chagas, *supra* nota 163; Entrevista Morenaud, *supra* nota 230; Entrevista Lidwaine, *supra* nota 259.

³⁶⁹ Entrevista Chagas, *supra* nota 163; Entrevista Charles, *supra* nota 343.

³⁷⁰ Entrevista Pereira, *supra* nota 249.

³⁷¹ Ver RELATÓRIO GRIFFIN, *supra* nota 1, pp 32-35 (fornecendo o testemunho ocular do autor de uma operação, e relatando essencialmente a mesma cronologia de eventos); Entrevista Grégois, *supra* nota 367; Entrevista Senat, *supra* nota 283; Entrevista Emmanuel, *supra* nota 283.

³⁷² Uma razão para isto pode ser incursões com motivação política em relação à liberdade da imprensa. Ver, por exemplo, Carlos Lauria e Jean-Roland Chery, *Taking Sides*, Comitê para a Proteção de Jornalistas, 26 de julho de 2004 (observando que jornalistas associados com o Lavalas, ou vistos como apoiadores do partido, são ameaçados, intimidados ou acossados), disponível em http://www.cpj.org/Briefings/2004/haiti_7_04/haiti_7_04.html.

³⁷³ Ver por exemplo, Entrevista Hedouville, *supra* nota 181; Entrevista Joseph, *supra* nota 173.

³⁷⁴ Entrevista Grégois, *supra* nota 367.

³⁷⁵ Entrevista com Betty Charles, Bel-Air, Porto Príncipe (16 de janeiro de 2005) [deste ponto em diante Entrevista Betty].

³⁷⁶ *Id.*

³⁷⁷ Entrevista Grégois, *supra* nota 367.

³⁷⁸ *Id.*

³⁷⁹ *Id.*

filho, a senhora Charles visitou-o na unidade anti-gangues e, mais tarde, na Penitenciária Nacional, ela relatou à nossa equipe.³⁸⁰ Em ambos os locais, o senhor Benjamin reclamou para ela de que estava apanhando na carceragem, sobretudo na área de seus genitais. A senhora Charles contou a nossa delegação que o pênis de seu filho estava inchado e muito machucado.³⁸¹

A senhora Charles também nos contou que a detenção de seu filho foi particularmente difícil para ela, visto que dependia financeiramente dele para viver.³⁸² Dado que 98% dos encarcerados na Penitenciária Nacional *não foram* condenados de um crime,³⁸³ o senhor Benjamin provavelmente permaneceu na prisão sem o benefício de uma revisão judicial em qualquer momento, começando com a prisão sem mandato judicial.

Jean Joseph Senat

Oficiais da MINUSTAH oferecem cobertura para a PNH não apenas para a prática de detenções que violam normas de direitos humanos, mas, de acordo com moradores, também para ações que instilam terror entre a população de Bel-Air através do uso indiscriminado e gratuito de seu poder de fogo.³⁸⁴ Balas perdidas e intencionais alegadamente resultaram em numerosos civis feridos, como noticiaram jornais e outros relatórios.³⁸⁵ Uma vítima destas da operação conjunta é Jean Joseph Senat, um ex-técnico de comunicações de 26 anos. O senhor Senat contou a nossa delegação que aproximadamente às 7:00 horas do domingo 24 de outubro de 2004, ele estava caminhando de sua casa para a casa de sua mãe. Ele percebeu a presença de tanques da MINUSTAH e carros de polícia, mas não

deu muita importância. De repente, ele foi atingido por um tiro que por muito pouco não atingiu seus órgãos vitais, mas acabou arrancando-lhe quatro dentes. O homem que atirou nele, nos contou o senhor Senat, estava usando um uniforme de camuflagem do tipo normalmente usado por forças CIMO da PNH.³⁸⁶ Nós pudemos observar os danos causados ao rosto do senhor Senat. Três meses após o incidente, o senhor Senat reclama que ainda tem problemas para comer, em função de dentes que se perderam.³⁸⁷

Robin Emmanuel

Robin Emmanuel, 32 anos de idade, morador de Bel-Air e ex-trabalhador das docas, é outra vítima de alegados abusos perpetrados pela PNH sob o olhar da MINUSTAH. O senhor Emmanuel nos contou que na manhã de 28 de novembro de 2004,³⁸⁸ ele visitava a madrinha de seu filho, que mora na rua Tiermas, em Bel-Air. Quando voltava para casa, lembrou o senhor Emmanuel, ele viu oficiais da polícia e tropas da MINUSTAH parados no topo dos morros adjacentes e patrulhando as ruas da comunidade. Logo depois, antes de chegar ao seu destino, o senhor Emmanuel foi baleado no torso.³⁸⁹ Apesar de o senhor Emmanuel não ter visto quem atirou nele, ele contou à nossa delegação que a madrinha de seu filho viu membros da PNH apontando armas para ele.³⁹⁰ O ferimento do senhor Emmanuel não foi fatal; mas foi sério.

Afora a alegada facilitação das prisões arbitrárias e o cometimento de ferimentos em civis por parte da PNH, de acordo com líderes políticos em Bel-Air, a MINUSTAH permaneceu junto durante tais eventos, e portanto falhou em prevenir e conseqüentemente implicitamente condescendeu com as mortes e prisões em massa realizadas pela PNH durante manifestações pacíficas. A seção IV.B.2, acima, contém vários testemunhos em primeira mão de tais alegações, como nossa delegação documentou no Haiti em janeiro de 2005. Desde então, a situação muito provavelmente piorou. Em 28 de fevereiro de 2005, cerca de 2,000 apoiadores de Aristide, desarmados e pacíficos, marcharam por Bel-Air para marcar o aniversário da retirada de Aristide. Tropas da MINUSTAH estavam monitorando a manifestação, de acordo com reportagens dos

³⁸⁰ Entrevista com Betty Charles, *supra* nota 375.

³⁸¹ *Id.*

³⁸² *Id.*

³⁸³ Entrevista Charron, *supra* nota 184. Em 29 de outubro de 2004, durante nossa primeira visita ao Haiti, o registro na Penitenciária Nacional indicava que, dos 1.015 prisioneiros lá, 994 (97.9%) eram mantidos detidos sem processo judicial, enquanto apenas 21 (2.1%) haviam sido condenados.

³⁸⁴ *Ver*, por exemplo, Entrevista Boukman, *supra* nota 280; Entrevista Mesnel, *supra* nota 303; Entrevista Emmanuel, *supra* nota 283.

³⁸⁵ *Ver*, por exemplo, RELATÓRIO GRIFFIN, *supra* nota 1, pp 32-35; AI: Execuções Sumárias, *supra* nota 356; *Summary Executions by Haitian Police and MINUSTAH Complicity*, AGENCE HAITIËNNE PRESS, 26 de janeiro de 2005 (recontando supostas execuções sumárias de Jimmy Charles, Ederson Joseph e do jornalista Abdias Jean, que supostamente “tiveram lugar em plena luz do dia e de maneira sistemática que era visível e audível para a MINUSTAH”).

³⁸⁶ Entrevista Senat, *supra* nota 283.

³⁸⁷ *Id.*

³⁸⁸ Entrevista Emmanuel, *supra* nota 283.

³⁸⁹ *Id.*

³⁹⁰ *Id.*

jornais.³⁹¹ Três caminhões, cada um levando de quinze a vinte policiais mascarados da PNH, estacionaram em frente aos manifestantes, alguns dos quais começaram a xingar a polícia. A polícia respondeu arremessando três granadas de gás e atirando indiscriminadamente em direção à multidão, matando duas pessoas.³⁹² De acordo com relatos, a MINUSTAH nada fez para pará-los.³⁹³

Oficiais da MINUSTAH rejeitam toda a responsabilidade por abusos cometidos pela PNH durante operações conjuntas. Quando nossa equipe perguntou quem é o responsável por investigar comportamentos inapropriados durante operações conjuntas, o tenente Chagas, assistente do Comandante da Força da MINUSTAH, General Pereira, objeta: “é um negócio complicado”.³⁹⁴ O tenente Chagas então continuou a explicar para nossos pesquisadores que o alegado mal comportamento de tropas da MINUSTAH seria investigado pela ONU. Entretanto, nos disse ele, “se é no lado da PNH, não há muito que nós possamos fazer” porque a PNH opera baixo a autoridade haitiana.³⁹⁵ A postura de “tirar o corpo fora” da MINUSTAH com relação a investigações de abusos durante operações conjuntas e da PNH reflete-se de modo semelhante no tocante às pessoas detidas: de acordo com reportagens de jornais, a MINUSTAH não se responsabiliza pelo tratamento dado pela PNH a civis detidos durante operações conjuntas.³⁹⁶

A renúncia de responsabilidade por abusos da PNH – e o profundo vazio de responsabilização que isso gera – é problemático por pelo menos duas razões. Primeiro, ela contradiz o mandato da MINUSTAH diretamente, pois este expressamente requer que a missão auxilie com “supervisão, reestruturação e reforma” da PNH.³⁹⁷ A linguagem desta obrigação, como argüimos acima,³⁹⁸ é muito mais robusta e detalhada do que em semelhantes provimentos de

prévios mandatos de paz da ONU. Mas ainda que as responsabilidades e autoridade da MINUSTAH em relação a reforma da polícia fossem tão limitadas quanto contingenciam seus oficiais, a recusa em investigar abusos cometidos “pelo outro lado” é seriamente desvirtuada no contexto de operações conjuntas, nas quais a MINUSTAH é necessariamente cúmplice. Não fosse a presença, proteção e equipamentos da MINUSTAH, a PNH muito provavelmente não poderia conduzir suas varreduras nas favelas em primeiro lugar. A MINUSTAH tem significativa responsabilidade por todo e qualquer abuso cometidos nas operações conjuntas.

A avaliação mais generosa da MINUSTAH com relação ao elemento de reforma da polícia contido em seu mandato é de absoluta ineficiência. Muito mais desconcertante é a extensa evidência de que a MINUSTAH pode de fato ter facilitado e exacerbado abusos da polícia, especialmente durante operações conjuntas. Ao fornecer proteção e equipamento para a PNH, e ao recusar tomar responsabilidade, ou responsabilizar a PNH, por abusos que seus oficiais cometeram durante estas operações, a MINUSTAH se engajou numa perigosa forma de cumplicidade. Tal cumplicidade viola a letra e o espírito do mandato da MINUSTAH, e na verdade perverte a empreitada de manutenção da paz da ONU por completo.

IV.C.2. *A Penitenciária Nacional e o Sistema Correccional*

“Prestar assistência no restabelecimento e manutenção do estado de direito, segurança pública e ordem pública no Haiti, prestando, entre outras coisas, apoio operacional à Polícia Nacional Haitiana e à Guarda Costeira do Haiti, assim como no fortalecimento institucional, incluindo o restabelecimento de um sistema correccional”³⁹⁹

A Penitenciária Nacional, em Porto Príncipe é outra mancha no governo interino do Haiti e um símbolo das falhas da MINUSTAH, cujo mandato requer sua assistência no “restabelecimento de um sistema correccional.”⁴⁰⁰ Apesar de repetidos avisos sobre as condições desumanas na prisão e sobre sérios riscos de segurança, nem a CIVPOL nem a MINUSTAH fizeram esforços substantivos para remediar a situação.⁴⁰¹ Sua negligência veio à tona em 19 de

³⁹¹ Joe Mozingo, *Two Killed in Porto Príncipe Protest*, MIAMI HERALD, 1 de março de 2005.

³⁹² Joe Mozingo, *U.N. Ambassador Denounces Police Brutality*, MIAMI HERALD, 3 de março de 2005.

³⁹³ *Two Killed in Porto Príncipe Protest*, *supra* nota 391 (observando que “soldados de paz ... mantiveram-se lá enquanto o ataque ocorria” e que “soldados de paz não se moveram enquanto o caos se implantava diante de seus olhos.”).

³⁹⁴ Entrevista Chagas, *supra* nota 163.

³⁹⁵ *Id.*

³⁹⁶ *Ver*, por exemplo, *U.N. Peacekeepers Reject All Responsibility for the Safety of Their Prisoners*, AGENCE HAITIENNE PRESS, 26 de janeiro de 2005.

³⁹⁷ Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶ 7(I)(b).

³⁹⁸ *Ver supra* Seção III.

³⁹⁹ Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶ 7(I)(d).

⁴⁰⁰ *Id.*

⁴⁰¹ A CIVPOL anunciou que havia aberto uma investigação sobre as mortes na prisão na metade de janeiro de 2005, mais de seis semanas após o incidente. *CIVPOL Announces Inquiries into Fort National and National*

janeiro de 2005, quando um grupo armado atacou a Penitenciária Nacional, e quase a metade dos cerca de 1.000 prisioneiros escapou.⁴⁰²

O ataque aconteceu em plena luz do dia, às 15:15 horas da tarde de um sábado. Reportagens de jornal sugerem que o furo da prisão foi trabalho de apenas alguns poucos agressores que, armados com armas automáticas, simplesmente entraram pela porta da frente da prisão.⁴⁰³ Como ninguém dentro da prisão foi baleado, autoridades haitianas presumem que guardas da prisão foram cúmplices.⁴⁰⁴

Os atos de omissão da MINUSTAH não deveriam ser subestimados. Nos meses que precederam o ataque, amplos avisos sobre a crise na penitenciária chegaram até a MINUSTAH. Como observamos na seção IV.B.1, em novembro de 2004 o representante do PNUD Regis Charron elaborou um relatório, ele nos contou, onde alertara que a prisão estava à beira de uma catástrofe.⁴⁰⁵ Seus temores se realizaram em 2 de Dezembro de 2004, quando dez prisioneiros foram mortos, e dezenas de outros foram feridos, por ocasião de um massacre.⁴⁰⁶ Em 16 de dezembro de 2004, o senhor Charron fez uma apresentação para a CIVPOL sobre o massacre e suas causas.⁴⁰⁷ Cerca de um mês mais tarde, a CIVPOL o contactou para investigar o incidente; a resposta deles foi inadequada, nos relatou o senhor Charron.⁴⁰⁸

Durante os cerca de três meses entre o massacre e o ataque à prisão, outros alarmes soaram. Sonny Marcellus, o ex-chefe da cadeia, contou a um repórter que ele requisitara tropas extras da MINUSTAH para guarnecer a penitenciária dois dias antes da fuga. Além disso, semanas antes, o chefe da penitenciária alegadamente requereu mais pessoal, munição e armas.⁴⁰⁹ O mero fato de o massacre de dezembro já deveria ter soado o alarme para as autoridades da ONU. Como o embaixador americano James Foley coloca bem numa declaração ao Miami Herald,

Penitentiary Incidents, AGENCE HAITIËNNE PRESS, 17 de janeiro de 2005; veja também Entrevista Beer, *supra* nota 160.

⁴⁰² Comunicado de Imprensa NCHR Prisão, *supra* nota 88.

⁴⁰³ Reed Lindsay, *A Murky Prison Mystery*, TORONTO

STAR, 27 de fevereiro de 2005.

⁴⁰⁴ *Id.*

⁴⁰⁵ O Sr. Charron informou outros canais sobre seu alerta.

Ver RELATÓRIO IJDH PRISÃO, *supra* nota 87; *Massacre in the 'Titanic'*, *supra* nota 183.

⁴⁰⁶ RELATÓRIO IJDH PRISÃO, *supra* nota 87.

⁴⁰⁷ Entrevista Charron, *supra* nota 184.

⁴⁰⁸ *Id.*

⁴⁰⁹ *Murky Prison Mystery*, *supra* nota 403. Sony Marcellus foi demitido depois da fuga.

observando que “dada a tentativa de fuga da prisão em 1 de dezembro, não é claro porque a penitenciária não estava melhor protegida por autoridades nacionais ou internacionais”, ele afirmou ao repórter.⁴¹⁰

As próprias condições da prisão já deveriam ter colocado todos em sobreaviso. Como o senhor Charron nos relatou, e as organizações de direitos humanos no Haiti têm documentado, as condições na Penitenciária Nacional eram inumanas, e pioraram ainda mais no curso dos últimos meses.⁴¹¹ Como observamos acima, menos de dois por cento de seus mais de 1.000 encarcerados haviam sido condenados por algum crime.⁴¹² As celas são superlotadas; algumas contem três vezes mais prisioneiros do que elas foram construídas para suportar.⁴¹³ Colchões são raros,⁴¹⁴ mesmo para pacientes com tuberculose na enfermaria.⁴¹⁵ Condições de higiene e encanamento são grosseiramente insuficientes.⁴¹⁶ Não há comida suficiente, e o que existe é de baixa qualidade.⁴¹⁷ O ambiente oferecia o perfeito terreno fértil para caos e resistência, de acordo com o senhor Charron. Ele nos disse em janeiro que “o tipo de...condições sub-humanas coloca os internos em ânimo de revolta.”⁴¹⁸

A fuga da prisão do dia 19 de fevereiro foi descrita como “surpreendente.”⁴¹⁹ Ainda mais surpreendente foi a falha da MINUSTAH em prevenir a fuga. Apesar de repetidamente avisada sobre uma catástrofe iminente – por um oficial do PNUD, por oficiais da prisão, por um massacre, e por condições prisionais horrendas – a MINUSTAH falhou em tomar nem mesmo as medidas mínimas para evitar o desastre.

IV.C.3. *Desarmamento*

“Prestar assistência ao Governo de transição, particularmente a Polícia Nacional Haitiana, mediante programas amplos e sustentáveis de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) para todos os grupos armados, incluídas as mulheres e crianças associados a tais grupos, assim

⁴¹⁰ Joe Mazingo, *Year After the Fall of Aristide, Haiti Still Precarious*, MIAMI HERALD, 28 de fevereiro de 2005.

⁴¹¹ Entrevista Charron, *supra* nota 184.

⁴¹² *Id.*

⁴¹³ RELATÓRIO IJDH PRISÃO, *supra* nota 87.

⁴¹⁴ Entrevista Charron, *supra* nota 184.

⁴¹⁵ *Id.*

⁴¹⁶ *Id.*

⁴¹⁷ *Id.*

⁴¹⁸ Entrevista Charron, *supra* nota 184.

⁴¹⁹ *Murky Prison Mystery*, *supra* nota 403.

como mediante medidas de segurança pública e controle de armas”⁴²⁰

A prolongada falha da MINUSTAH em implementar um amplo programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) foi amplamente documentada e rotundamente criticada.⁴²¹ Até a confecção deste documento, a MINUSTAH ainda não havia instituído uma campanha compreensiva de desarmamento, nem tinha efetivamente pressionado o governo interino haitiano a fazê-lo.⁴²² A falha da MINUSTAH em termos do DDR viola a letra e o espírito do seu mandato em pelo menos três maneiras. Primeiramente, não coletando armas que permitiram que o terror florescesse em muitas áreas, especialmente nas comunidades pobres. Em segundo lugar, as ações da MINUSTAH e do governo interino que poderiam generosamente ser caracterizadas como desarmamento – especificamente, pagamentos de compensação para os ex-militares e operações de varredura em comunidades inteiras – contravêm o espírito do mandato da MINUSTAH. Os pagamentos ameaçam reforçar a FAD’H ainda mais, ao passo que as operações de busca nas favelas tendem a focar apenas em pobres apoiadores do Lavalas, aumentando assim o clima de favorecimento e impunidade. Em terceiro lugar, a falha da MINUSTAH em implementar o desarmamento no momento adequado colocou em risco a restauração do estado de direito no Haiti, e é uma ameaça especial à liberdade e justiça das eleições marcadas para 2005. A menos que a MINUSTAH rapidamente implemente um plano de desarmamento extenso e

⁴²⁰ Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶ 7(I)(c).

⁴²¹ Ver por exemplo, RELATÓRIO ICG HAITI, *supra* nota 1; RELATÓRIO RFK, *supra* nota 1; *Peacekeepers Have Yet to Disarm Haiti Gangs*, *supra* nota 360 (relatando que “apesar de todos seus recentes progressos em pacificar partes do Haiti e criar novas bases nas favelas de Porto Príncipe com frequência controladas por homens armados pró-Aristide, a MINUSTAH ainda não foi capaz de efetivamente desarmar as gangues de apoiadores de Aristides e criminosos”).

⁴²² Em 13 de março de 2005, quando este relatório ia para a impressão, o governo interino organizou uma cerimônia na qual dezenas de ex-militares devolveram sete armas dilapidadas marcando o começo oficial do desarmamento. *Paltry Disarmament in Haiti*, N.Y. TIMES, 14 de março de 2005, pp A8. Enquanto isso, o Comissário Beer da CIVPOL foi citado pedindo ao governo que “confronte e contribua com a questão de desarmamento, reintegração e remobilização [sic]” dos ex-militares. *Latin American Weekly Report*, 15 de março de 2005. Estamos comovidos por este primeiro, entretanto pequeno passo em direção ao desarmamento, assim como a atitude do Comissário Beer. Entretanto, reiteramos a necessidade, e nossa esperança, de progresso continuado.

equânime, o futuro dos direitos humanos no Haiti continuará sendo menosprezado.

A MINUSTAH é dividida em três seções: uma é militar; duas outras são devotadas a assuntos civis, tais como direitos humanos, policiamento civil, assuntos humanitários, e DDR.⁴²³ A maioria dos progressos da MINUSTAH têm sido na área de assuntos militares; DDR assim como outros aspectos civis da missão da MINUSTAH, tem padecido. “Até agora, não houve desarmamento”, admitiu candidamente para nossa equipe, em janeiro, um oficial sênior do governo interino.⁴²⁴

A MINUSTAH estima que existam entre 13.000 e 18.000 armas ilegais no Haiti, e cerca de 25.000 potenciais participantes de um programa de desarmamento.⁴²⁵ Entretanto, até o presente momento, mais de oito meses após a chegada da MINUSTAH, sua campanha de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração continua nos estágios de planejamento. Apenas em fevereiro de 2005, mais de sete meses após o destacamento da MINUSTAH, foi que o governo de transição formou uma organização de planejamento para o desarmamento,⁴²⁶ a Comissão Nacional para DDR.⁴²⁷

Apesar de a MINUSTAH ter ajudado a lançar a Comissão Nacional, ela fez pouco fora da sala de reunião. Uma apresentação de planejamento preparada pela MINUSTAH prevê solenemente que DDR irá requerer “uma linha de ação multidimensional, inovadora e holística” e pavimenta que o processo seria um misto de desarmamento voluntário e involuntário,⁴²⁸ criação de centros de desarmamento onde ex-combatentes receberiam treinamento para emprego em troca de abandonar as armas,⁴²⁹ a destruição de armas ilegais.⁴³⁰ Nós aplaudimos estes planos exploratórios para o estabelecimento de um programa de desarmamento.

⁴²³ Entrevista Chagas, *supra* nota 163.

⁴²⁴ Entrevista Lafontant, *supra* nota 343.

⁴²⁵ Desmond Molloy, *Plano Estratégico de Desarmamento, Demobilização e Reintegração (Disarmament, Demobilization and Reintegration Section, Strategic Plan)*, pp 9 (16 de janeiro de 2005) [deste ponto em diante *Plano Estratégico DDR*]. O senhor Molloy forneceu à nossa delegação uma cópia eletrônica do plano em 23 de janeiro de 2005.

⁴²⁶ *Id.* pp 11-12.

⁴²⁷ *Haitian Government Sets Up Disarmament Commission*, (Transmissão radiofônica da Rádio Haitian Metropole, 7 fevereiro de 2005).

⁴²⁸ *Plano Estratégico DDR*, *supra* nota 425, pp 35.

⁴²⁹ *Id.* pp 33.

⁴³⁰ *Id.* pp 32.

Todavia, o fato de a MINUSTAH ter falhado em tomar as medidas necessárias para implementar seus planos é profundamente preocupante.

Oficiais do governo e da MINUSTAH oferecem várias razões para o chocante atraso no processo. Raymaon Lafontant, Jr., então um conselheiro sênior do primeiro-ministro interino Gerard Latortue,⁴³¹ nos disse em janeiro que o desarmamento requer que o governo “faça algum decreto, ou passe uma lei, para fazer essas coisas. Qual será o protocolo?”⁴³² Nem lei, ou decreto ou protocolo foram anunciados, disse ele: “Nós pensamos sobre [desarmamento], mas nós não temos um documento para isso. Num país como o nosso, [desarmamento] levará um longo processo – não será feito em três meses. É por isso que estamos fazendo planos, propondo idéias, negociando, dialogando, sobre como melhor tratar o assunto ‘desarmamento’”.⁴³³ O senhor Lafontant ainda esclareceu que os haitianos são culturalmente ligados a armas, tornando o desarmamento algo particularmente difícil de se propagar. “Toda a nossa história nós tivemos armas em nossas mãos. Aqueles que tomassem nossas armas”, nos disse ele, “nos forçariam a sermos escravos.”⁴³⁴

Oficiais da MINUSTAH no departamento de DDR ofereceram justificativas similares, comparativamente falaciosas, sobre as dificuldades e atrasos em desarmar a população. “Limitações” listadas nos documentos de planejamento do departamento de DDR incluem uma “afinidade cultural às armas”⁴³⁵ e “violência abençoada pelo vudu.”⁴³⁶ Um comparável senso de futilidade permeia a força militar da MINUSTAH. O tenente Carlos Chagas nos disse que os esforços de desarmamento até agora haviam sido amplamente inefetivos, coletando apenas uma quantidade mínima de armas, pois a vasta maioria das armas são pequenas e facilmente escondidas. “Desarmamento forçado é mais eficiente para armas grandes”.⁴³⁷ Recentemente o jornal Miami Herald cita o tenente Chagas argumentando contra uma ação rápida. “Em missões

de paz, paciência e prudência são as coisas mais importantes”, disse ele. “Nós não queremos criar feridas piores do que as que já temos.”⁴³⁸

Outra das explicações da MINUSTAH para seus atrasos em implementar um programa de DDR é o refrão familiar de que as forças de paz não estavam preparadas para uma situação tão grave que lhes esperava quando de sua chegada, e que a lenta transferência de tropas para o Haiti impediu o progresso da MINUSTAH em assuntos civis, incluindo o DDR.⁴³⁹ Neste contexto, oficiais da MINUSTAH e da CIVPOL nos relataram, as tropas foram solicitadas a fazer todo tipo de prioridades: primeiro estabilização do ambiente, e depois procedendo para assuntos civis, como o DDR.⁴⁴⁰

Mas as tropas atingiram sua capacidade quase total desde dezembro. Não fazer do desarmamento uma prioridade teve um efeito desastroso no bem-estar do povo haitiano, em especial dos pobres. Desarmamento, afinal de contas, não é meramente um problema civil, mas um problema inextricavelmente ligado a segurança e estabilidade. Na verdade, as únicas atividades que o governo e a MINUSTAH realizaram em termos de desarmamento – o confisco de armas ilegais durante operações em comunidades pobres por parte da MINUSTAH e da PNH, e os pagamentos do governo interino aos ex-militares – de fato *erodem* a estabilidade e a segurança do país. Ademais, eles raramente partem de um programa compreensivo e aplicado equanimente como prevê a Resolução 1542 do Conselho de Segurança.

Em dezembro de 2004, o governo interino pagou aos ex-militares a primeira de três parcelas de uma indenização,⁴⁴¹ alegadamente uma compensação pelo desmantelamento “ilegal” dos militares pelo ex-presidente Aristide em 1994. Comentaristas têm sugerido que o governo interino está, em essência, tentando pagar favores de ex-soldados,⁴⁴² que o primeiro-ministro interino Gerard Latortue chamou de “guerreiros da liberdade” logo após o golpe do ano

⁴³¹ De acordo com reportagens de jornais, o senhor Lafontant desde então pediu licença do cargo pendente a investigação sobre sua suposta participação no escândalo do arroz. Ver, por exemplo, *Haiti PM Fires Two Aides*, AGENCE FRANCE PRESSE, 24 de janeiro de 2005. Lafontant foi acusado de envolvimento na venda de arroz destinado a distribuição gratuita para os pobres.

⁴³² Entrevista Lafontant, *supra* nota 343.

⁴³³ *Id.*

⁴³⁴ *Id.*

⁴³⁵ *Plano Estratégico DDR*, *supra* nota 425, pp 5.

⁴³⁶ *Id.*

⁴³⁷ Entrevista Chagas, *supra* nota 163.

⁴³⁸ *Peacekeepers Have Yet to Disarm Haiti Gangs*, *supra* nota 360.

⁴³⁹ Ver, por exemplo, *id.*; Entrevista Pereira, *supra* nota 249; Entrevista Beer, *supra* nota 160.

⁴⁴⁰ Entrevista Pereira, *supra* nota 249; Entrevista Beer, *supra* nota 160.

⁴⁴¹ *Haitian Premier Pays Compensation to Demobilized Soldiers on 28 december* (Transmissão radiofônica da Rádio Galaxie, 29 de dezembro de 2004).

⁴⁴² Ver, por exemplo, DeWayne Wickham, *Payoffs to Haiti's Renegade Soldiers Won't Buy Peace*, USA TODAY, 4 de janeiro de 2005.

passado,⁴⁴³ e para dissuadir os soldados de causar a queda de seu regime. Estima-se que os pagamentos, previstos para alcançar entre 5.000 e 8.000 ex-soldados, custarão US\$ 29 milhões.⁴⁴⁴ Autoridades haitianas não condicionaram a primeira parcela para os ex-militares à entrega de armas. No entanto, o governo interino prometeu que outros pagamentos serão condicionados primeiramente à saída dos ex-militares das delegacias de polícia, e segundo à entrega de suas armas.⁴⁴⁵

Apesar da insistência do governo interino de que o pagamento é parte de um plano de desarmamento, a estratégia fixa precedentes perigosos. Um oficial da embaixada americana nos confidenciou que os pagamentos do governo para os ex-militares – sem exigir em troca que os ex-soldados abandonem as armas – “é, pelo menos, muito problemático do nosso ponto de vista”.⁴⁴⁶ Com efeito, pagar uma indenização aos militares funciona como um reconhecimento de que seu desmantelamento foi ilegal, e que os militares na verdade tem o direito de existir. Longe de iniciar o trabalho de base para que o eventual desarmamento dos ex-militares, os pagamentos de indenização acabam por enfraquecer o desarmamento, dando um sinal de que os militares tem o direito a um papel institucional e a suas armas. Ainda, pagar os ex-militares implicitamente incorre em reconhecer, e portanto afirmar, a ameaça à estabilidade nacional que os militares, dada sua história de derrubada de governos, representa. Do modo como está, os ex-militares se consideram isentos de toda campanha de desarmamento que a MINUSTAH iniciaria. “Nós não estamos cobertos [incluídos] no mandato de desarmamento da MINUSTAH”, afirmou à nossa equipe o porta-voz da FAD’H em janeiro.⁴⁴⁷ Não pedindo nada em retorno pelo “pagamento dos atrasados” legitima a posição dos ex-militares, ao passo que publicamente acentua a covardia do governo interino.

As varreduras da MINUSTAH representam apenas outro esforço irresoluto de desarmamento. Muitas vezes em conjunto com a PNH, a MINUSTAH tem conduzido operações para instaurar a segurança em comunidades oprimidas como Bel-Air, Cité Soleil, baixa Delmas e La Saline. As operações têm

resultado em desarmamento involuntário de membros de gangues suspeitos e de outros que estão armados ilegalmente. As operações também resultaram em grande quantidade de violações de direitos humanos, buscas sem mandato, e assassinatos extra-judiciais.⁴⁴⁸ As operações da MINUSTAH não se dirigem a outros grupos armados, como os ex-militares e gangues anti-Lavalas. Isso justifica a percepção de que a MINUSTAH age apenas contra os apoiadores do Lavalas, e contribui portanto para o clima de impunidade e justiça desigual no Haiti. Como afirmou o advogado de direitos humanos Rénan Hedouville, “atualmente, o governo não tem a intenção de começar um programa de desarmamento com esses grupos, com a exceção do Lavalas.”⁴⁴⁹

Há poucos sinais de que estas tentativas específicas de desarmamento, tal qual são previstas, realmente melhoram a segurança das comunidades selecionadas.⁴⁵⁰ Durante nossa visita em janeiro, nós observamos que em Cité Soleil, por exemplo, onde soldados da MINUSTAH tomaram o controle em 14 de dezembro e continuam patrulhando, os moradores ainda estão ameaçados pela violência de gangues. Em virtude de as gangues ainda controlarem áreas significativas da comunidade, sobretudo a entrada, os moradores de Baixa Cité Soleil nos relataram que sua movimentação dentro e para fora da comunidade estava impedida. Lojas permaneciam fechadas, ônibus não podiam trafegar na rua principal, e professores temerosos se recusavam a ir para o trabalho. Marie Helene Tatille, uma moradora de 54 anos de Cité Soleil, nos contou que “nossas crianças não têm sido capazes de ir à escola por quatro meses”. Ela explicou, “a escola na nossa comunidade é administrada por freiras que moram em Porto Príncipe, e elas não têm conseguido vir aqui porque

⁴⁴⁸ Para uma descrição mais detalhada e análise das operações da MINUSTAH, veja as Seções IV.B.2 e IV.C.1, *supra*.

⁴⁴⁹ Entrevista Hedouville, *supra* nota 181.

⁴⁵⁰ De acordo com vários ativistas de direitos humanos haitianos, a violência tem aumentado em certos bairros apesar das varreduras da MINUSTAH. Ver, por exemplo, Entrevista Gilles, *supra* nota 326 (observando que por causa da falha dos soldados de paz em desarmar, “A violência está ainda aí e até mesmo aumentou em algumas comunidades. Há ainda algumas regiões que são terra de ninguém na cidade... Tudo o que vemos é que eles tem muitas tropas indo por todo o país, para descobri-lo”); veja também *Anarchy Reigns in Streets of Haiti*, *supra* nota 282 (relatando que “Nos últimos dois meses, gangues combatendo — e o que muitos moradores afirmam ser esquadrões da morte do governo — tem aprisionado dezenas de milhares dos cidadãos mais pobres do Haiti num estado letal de anarquia onde a regra, a lei, é determinada por qual grupo de jovens possui armas).

⁴⁴³ Ver Kirk Semple, *Haiti's New Cabinet and Rebels Hit the Road*, N.Y. TIMES, 21 de março de 2004.

⁴⁴⁴ *Life in Haiti Remains Bleak After Ouster*, *supra* nota 90.

⁴⁴⁵ Entrevista Lafontant, *supra* nota 343.

⁴⁴⁶ Entrevista Sra. N., *supra* nota 167.

⁴⁴⁷ Entrevista com Felix Wilso, Porta-voz Nacional da FAD’H, Quartel-general da FAD’H, Petit Goave (15 de janeiro de 2005) [deste ponto em diante Entrevista Wilso].

não há transporte regular.” Ela continuou, “nós não sabemos quando o transporte voltará a ser regular.”⁴⁵¹

A falta de transporte não é o único impedimento ao funcionamento das escolas – a violência das gangues tem um papel nisso também. Wolker Paul Roc, de 24 anos, morador de Cité Soleil, nos disse que “tão logo exista uma sensação de calma, um sentimento de que as coisas estão melhorando, as gangues [de alta Cité Soleil] começam a atirar novamente e as pessoas ficam com medo de entrar na comunidade.”⁴⁵²

Vítimas civis em Cité Soleil, com em outras comunidades, também podem ser rastreadas até as falhas da MINUSTAH em implementar um programa compreensivo de desarmamento, como argumentamos em vários casos descritivos abaixo.⁴⁵³ Estes relatos, todavia, não devem ser considerados isoladamente. Até o presente momento, quando escrevemos este relatório, relatos de jornais informam sobre crescente número de mortes e feridos da guerra das gangues. Uma história com título sensacionalista envolve as mortes de quatro e ainda nove feridos durante um tiroteio do lado de fora do Palácio Nacional, enquanto o ex-Secretário de Estado americano Colin Powell fazia uma visita.⁴⁵⁴ Em 14 de janeiro de 2005, durante nossa segunda visita ao Haiti, dois repórteres da revista *Le Nouveliste* apanharam duramente de gangues em Bel-Air e tiveram de ser hospitalizados por causa dos ferimentos.⁴⁵⁵

Estes casos muito bem publicizados são meramente a ponta do iceberg de surras mais do que freqüentes em comunidades pobres. Reportagens de jornais oferecem estimativas variando entre 100 e 406 civis mortos como resultado de violência armada nas favelas do Haiti desde 30 de setembro de 2004.⁴⁵⁶

⁴⁵¹ Entrevista com Marie Hélène Tatile, Cité Soleil, Porto Príncipe (12 de janeiro de 2005).

⁴⁵² Entrevista com Wolker Paul Roc, Cité Soleil, Porto Príncipe (12 de janeiro de 2005).

⁴⁵³ *Ver supra* Seção IV.B.2.

⁴⁵⁴ *Ver* Jacqueline Charles, *Gunfight Erupts Close to Powell in Haiti*, *MIAMI HERALD*, 2 de dezembro de 2004.

⁴⁵⁵ *Ver* Comunicado de Imprensa, *Jornalistas Sem Fronteiras, Aristide Supporters Attack Newspaper Reporters in Porto Príncipe* (18 janeiro de 2004).

⁴⁵⁶ Gary Marx, *U.N. Force Unable to Stem Violence in Chaotic Haiti*, *CHI. TRIBUNE*, 14 de dezembro de 2004 (estimando que mais de 100 pessoas foram mortas em “confrontos políticos” entre 30 de setembro de 2004 e 14 de dezembro de 2004); Peter Prengaman, *Haiti’s Interim Government Announces ‘Dialogue Commission’*, *ASSOCIATED PRESS*, 14 de fevereiro de 2005 (estimando que “mais de 250 pessoas morreram desde setembro”); *Peace Eludes U.N. ‘Blue Helmets,’ supra* nota 83 (citando

Nossa equipe entrevistou líderes políticos em comunidades pobres que citaram um número muito maior de vítimas. John Joseph Joel, um líder comunitário em Cité-Soleil, contou à nossa equipe que 51 indivíduos foram mortos na área entre 30 de setembro de 2004 e 12 de janeiro de 2005, a data de nossa entrevista.⁴⁵⁷ Samba Boukman, um líder ativista em Bel-Air, nos repassou o nome de 84 pessoas de Bel-Air supostamente desaparecidas no período entre o golpe e 14 de dezembro de 2004. Ambos corroboraram suas denúncias com listas cuidadosamente escritas.

Ainda mais perturbadoras são alegações de que varreduras e operações da MINUSTAH resultaram em vítimas civis. Nossa delegação entrevistou várias vítimas auto-declaradas, e/ou membros enlutados de suas famílias, de varreduras da MINUSTAH. Estes relatos estão descritos acima.⁴⁵⁸

Se as alegações de cumplicidade da MINUSTAH em mortes de civis são verdadeiras, então suas operações e balas perdidas causaram diretamente a morte de civis. Mas mesmo que a versão padrão da MINUSTAH seja crível – isto é, se civis foram mortos por balas disparadas por armas de membros de gangues, não da MINUSTAH – estas mortes, como no caso do menino de dois anos de idade Herlens Henri, podem ainda ser atribuídas à falha da MINUSTAH em cumprir as responsabilidades de seu mandato de desarmar membros de gangues criminosas. Finalmente, a contínua violência de membros da sociedade armados dá à MINUSTAH uma fácil saída: tivesse a MINUSTAH implementado um efetivo programa de desarmamento logo no começo, teria sido mais difícil para as tropas atribuírem os ferimentos de civis à ação da gangues.

O prolongado fracasso da MINUSTAH em desarmar tem resultado em violência contínua nas comunidades pobres, um resultado que é em si mesmo alarmante. A violência, no entanto, é ainda composta pelo fato de que a maioria dos haitianos – especialmente os pobres urbanos – não possuem acesso a tratamento médico seguro. Uma bala ocasional nas favelas de Porto Príncipe portanto causa mais dano do que seria o caso num país desenvolvido. Em algumas áreas, aparecer num hospital com um ferimento de bala deixaria outros

estimativas de que entre 250 e 406 mortes ocorreram em Porto Príncipe desde outubro “dependendo de quem está contando”).

⁴⁵⁷ Entrevista com John Joseph Joel, Cité Soleil, Porto Príncipe (12 de janeiro de 2005).

⁴⁵⁸ *Ver supra* Seção IV.C.

pacientes vulneráveis a abusos da polícia.⁴⁵⁹ Num nível mais amplo, o Haiti não tem a infra-estrutura legal para processar crimes cometidos por armas ilegais: a Penitenciária Nacional é notoriamente superlotada, e um enorme acúmulo de casos judiciais significa que muitos dos prisioneiros nunca foram a julgamento.

Por outro lado, a falha da MINUSTAH em desarmar a população efetivamente deixa os civis vivendo sob constante ameaça e, conseqüentemente, mais inclinados a apoiar os ex-militares. Apesar de ilegalmente armados, anti-democráticos e historicamente propensos a cometer abusos de direitos humanos, os ex-militares ganharam o apoio de alguns segmentos da população haitiana, que pensam que os militares pelo menos fornecem segurança para civis em algumas cidades haitianas.⁴⁶⁰ Simpatias em relação aos ex-militares existe entre a população rural, elites urbanas e até mesmo nos corredores mais altos do poder político. “Do jeito que estamos agora, nós precisamos de um exército”, disse o assessor do primeiro-ministro interino Latortue, Raymond Lafontant Jr, para a nossa equipe.⁴⁶¹ Entre as razões citadas estava a necessidade de conter insurgentes e bandidos.⁴⁶² O fato de o governo interino se apoiar numa força armada ilegítimamente para manter a lei e a ordem diz muito a respeito da falha da MINUSTAH em garantir a segurança do país de maneira legal.

Finalmente, a prolongada falha da MINUSTAH em desarmar todos os grupos armados de maneira compreensiva – e o vácuo de segurança que esta falha gera – é um prenúncio medíocre para as futuras eleições. O primeiro turno das eleições presidenciais está marcado para 13 de novembro de 2005, menos de oito meses depois da publicação deste relatório. Quanto maior o número de ex-militares, gangues anti-Lavalas e apoiadores do Lavalas que continuam armados, menor a probabilidade de as eleições serem livres, justas e representativa das vozes da povo haitiano. Como a CARICOM observou numa declaração recente sobre o Haiti, “a proliferação de grupos armados ilegais e de suas atividades constitui um grande obstáculo à estabilidade. Desarmamento e reintegração devem ser receber atenção prioritária

⁴⁵⁹ Para mais informação sobre as alegadas práticas da PNH de remover pacientes de hospitais e livrarem-se deles, veja a Seção IV.B.2, *supra*.

⁴⁶⁰ *Ver*, por exemplo, Entrevista P., *supra* nota 209 (observando que a maioria dos moradores de Petit Goave apóiam os ex-militares por lá, porque a FAd’H lhes passa uma sensação de segurança).

⁴⁶¹ Entrevista Lafontant, *supra* nota 343.

⁴⁶² *Id.*

para criar um ambiente seguro conducente à abertura de campanha e de eleições críveis.”⁴⁶³ Em particular, como os ex-militares ainda controlam grandes porções do interior – assim como o acesso das urnas de votação dessas áreas – até que membros da FAd’H sejam desarmados, sua presença continua a representar uma séria ameaça à liberdade e justiça do processo de eleições.

Armas ilegais e em quantidade, entretanto, constituem apenas uma das várias ameaças às eleições. O clima de impunidade representa um perigo igualmente real. A falta de reparação para crimes cometidos contra apoiadores do Lavalas justificadamente contribui para um crescente senso de alienação. Enquanto o presente relatório era escrito, estimava-se que cerca de 100 partidos participariam das eleições presidenciais; 91 já registrados junto ao governo.⁴⁶⁴ Numa indicação da desilusão do Lavalas com o processo político, a lista de candidatos não inclui nenhum candidato do antigo partido de Aristide, o Fanmi Lavalas.⁴⁶⁵

O governo interino fez algumas declarações sobre seu desejo de incluir o Lavalas na reconstrução da democracia no Haiti,⁴⁶⁶ mas o contínuo alvo de apoiadores do Lavalas desmente a postura pública de reconciliação. A contradição é gritante. “Há uma grande campanha de perseguição contra o Lavalas. Se este governo quer o diálogo, eles terão de libertar estes prisioneiros políticos”, disse ao Chicago Tribune o ex-Congressista Lavalas Gerard Giles, detido brevemente pelas autoridades do governo em outubro.⁴⁶⁷

Enquanto a postura do governo interino com relação a reconciliação é, na melhor das hipóteses, perfunctória, diplomatas estrangeiros expressam

⁴⁶³ Comunicado de Imprensa 46/2005, Comunicacio emitido ao Final do 16º Encontro Inter-sessional da Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe, 16-17 de fevereiro de 2005, Paramaribo, Suriname (18 de fevereiro de 2005).

⁴⁶⁴ INTELLIGENCE RESEARCH, SECURITY AND RECONCILIATION: THE KEYS TO FREE AND FAIR ELECTIONS (CARIBBEAN AND CENTRAL AMERICA REPORT, 22 DE FEVEREIRO DE 2005).

⁴⁶⁵ *Id.*

⁴⁶⁶ *Ver*, por exemplo, *Highlights of Radio Metropole News*, (Transmissão radiofônica da Rádio Metropole, 27 outubro de 2004) (citando Latortue dizendo que “como primeiro ministro, meu desejo é ver todos os partidos políticos participarem da competição eleitoral. Mas se um partido recusar a fazê-lo então não há nada que eu possa fazer a respeito”).

⁴⁶⁷ *UN Force Unable to Stem Violence in Chaotic Haiti*, *supra* nota 456.

sentimentos que mais abertamente e deliberadamente excluía apoiadores do Lavalas. O professor brasileiro Ricardo Steinfus, enviado ao Haiti pelo ministério de relações exteriores do Brasil para avaliar possibilidades para um diálogo nacional,⁴⁶⁸ gabou-se sobre a inclusividade da reunião preliminar que ele havia organizado. “O Diálogo Nacional inclui todas as forças políticas, inclusive ex-militares e ex-rebeldes, todos os partidos políticos, líderes eclesiásticos, homens de negócio,” ele nos contou.⁴⁶⁹ A reunião, disse ele, incluiu “representantes de todos os partidos políticos relevantes”.⁴⁷⁰ Quando um de nossos investigadores perguntou-lhe quem representou o Lavalas, o senhor Steinfus respondeu: “Não, o Lavalas não estava presente”. Ele continuou, entretanto, dizendo que o grupo havia sido convidado.⁴⁷¹ Outro diplomata de uma nação historicamente influente nos assuntos internos do Haiti disse a nossa equipe sem rodeios: “O Aristide não é parte da equação; ele não está na agenda.”⁴⁷²

A postura do primeiro-ministro interino Latortue de *laissez-faire* inclusivo é inadequada para mitigar a alienação e negação de direitos de fato sofridas por muitos que apóiam o Lavalas. Para eles, a partida de Aristide foi a segunda expulsão do presidente que eles elegeram por duas vezes. Uma postura mais proativa se faz necessária. Durante a elaboração deste relatório, autoridades da ONU no Haiti estavam começando um processo de diálogo potencialmente mais vigoroso. Em fins de fevereiro de 2005, o Enviado Especial Juan Gabriel Valdés anunciou planos para começar um “diálogo” nacional em março, organizado pela ONU, que “incluiria todos os que tem envolvimento no processo”, incluindo membros do Fanmi Lavalas.⁴⁷³ Inobstante este anúncio, permanece incerto exatamente quanto esforço será colocado para trazer membros do Lavalas para a mesa.

⁴⁶⁸ Entrevista com Ricardo Steinfus, Representante do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, Hotel Ville Créole (25 de outubro de 2004).

⁴⁶⁹ *Id.*

⁴⁷⁰ *Id.*

⁴⁷¹ *Id.*

⁴⁷² Entrevista Sra. N., *supra* nota 167.

⁴⁷³ Caribbean Media Corporation, *U.N. Envoy Says Haiti is More Stable But Threat of Insecurity Still Present* (Transmissão radiofônica da Caribbean Media Corporation, 17 fevereiro de 2005).

CONCLUSÃO

Armada com um mandato robusto, a MINUSTAH tem o potencial de acabar com os ciclos de violência no Haiti, desenvolver instituições justas e democráticas, e nutrir uma cultura que honre e promova os direitos humanos. Em oito meses desde o desembarque das tropas de paz da ONU no Haiti, no entanto, eles têm falhado em respaldar a letra e o espírito de seu mandato, como prescrito na Resolução 1542 do Conselho de Segurança. Apesar de um dos mandatos de direitos humanos mais fortes na história das operações de paz da ONU, a MINUSTAH efetivamente não investigou ou informou sobre abusos de direitos humanos; nem mesmo protegeu defensores de direitos humanos. Encarregada de treinar e reformar a Polícia Nacional Haitiana, a MINUSTAH ao invés disso tem fornecido apoio incondicional a operações policiais que resultaram em prisões e detenções ilegais, ferimentos e mortes de civis não intencionais e execuções extra-judiciais deliberadas. Ao invés de nortear-se em sua diretiva de proteger civis de iminente violência, a MINUSTAH ao contrário infligiu neles balas perdidas. Desarmamento está no centro dos deveres de segurança e estabilização da MINUSTAH, mas o trabalho da missão da ONU no Haiti não transpareceu para fora de salas de reuniões. Em consequência, o Haiti é governado por armas e terror, e não pela lei.

Estes fracassos resultam não de um mandato fraco, mas de incipiente vontade política. Apesar de inicialmente obstruída pelo lento destacamento de tropas, a MINUSTAH já havia praticamente atingido seu contingente total em janeiro de 2005.

O tempo para desculpas acabou. O Haiti balança à beira de um estado de permanente fracasso, e o primeiro turno de eleições presidenciais, marcado para daqui a oito meses, aparece ainda obscuro. A fim de garantir que as eleições sejam seguras, livres e justas, a MINUSTAH precisa adotar uma postura mais muscular frente às obrigações de seu mandato. Primeiramente, a MINUSTAH precisa pressionar o Governo de transição para implementar seu plano de DDR imediatamente; caso contrário será muito fácil prever que grupos armados ilegalmente, sobretudo os ex-militares e gangues urbanas, subverterão o processo democrático. A MINUSTAH deve também resolver a contínua perseguição a apoiadores e líderes do Lavalas e exigir que o Governo de transição acabe com a impunidade para os perpetradores de violência. Adicionalmente, a MINUSTAH deve levar mais a

sério sua obrigação de reformar a Polícia Nacional Haitiana e interromper a provisão de apoio cego às práticas abusivas da PNH. Finalmente, a MINUSTAH precisa honrar as obrigações de direitos humanos que informam e colorem a totalidade de seu mandato e de sua própria existência como força de paz da ONU.

A MINUSTAH oferece tremendo potencial para evitar o desastre no Haiti e para implementar reformas de longo prazo. Infelizmente, ela desperdiçou muito dos últimos oito meses. Nós sinceramente esperamos que os próximos oito, e para adiante, sejam diferentes.

AGRADECIMENTOS

Pooja Bhatia e Benjamin S. Litman, membros do Projeto de Clinical Advocacy do Programa de Direitos Humanos da Faculdade de Direito de Harvard, pesquisaram e são co-autores deste relatório. Aren Adjoian, Maren Dobberthien, Zinaida Miller, Rahul Mukhi, Allen O'Rourke e Sameer Saran, todos membros do Projeto de Clinical Advocacy, colaboraram com pesquisa adicional. James L. Cavallaro, Diretor Clínico do Programa de Direitos Humanos e Professor de Direito na Faculdade de Direito de Harvard, editou o relatório e coordenou a pesquisa mais ampla da qual o relatório representa o resultado final. Amber Aubry, Cori Crider, Emily Gumper e Reni Adadevoh, membros do Projeto de Clinical Advocacy também, colaboraram com assistência editorial. Carlos Eduardo Gaio, advogado e Coordenador de Relações Internacionais do Centro de Justiça Global, uma organização de direitos humanos brasileira, e Aurelie Basha i Novosejt, membro do Projeto de Clinical Advocacy, traduziram o relatório para o português e para o francês, respectivamente. Sergio Kalili, um jornalista brasileiro e Nieman Fellow na Universidade de Harvard, Pooja Bhatia, James Cavallaro, Carlos Gaio e Benjamin Litman realizaram todas as entrevistas e conduziram a pesquisa *in loco* no Haiti.

Nós gostaríamos de agradecer as vítimas que gentilmente concordaram falar conosco sobre suas experiências. Gostaríamos também de agradecer às autoridades haitianas e das Nações Unidas, assim como aos representantes de organizações não-governamentais locais e internacionais e de outras instituições, que nos ajudaram no curso desta pesquisa e compartilharam conosco suas visões.

ANEXO I

7. Atuando em virtude do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas em relação com a seção I que figura abaixo, decide que a MINUSTAH tenha o seguinte mandato:

I. Ambiente seguro e estável:

- a) Em apoio ao Governo de transição, estabelecer um ambiente seguro e estável no qual se possa desenvolver o processo político e constitucional no Haiti;
- b) Ajudar o Governo de transição na supervisão, reestruturação e reforma da Polícia Nacional Haitiana, em conformidade com as democráticos de policiamento, em particular mediante exame de antecedentes e certificação de seu pessoal, orientação sobre sua reorganização e formação, incluindo formação em questões gênero, assim como supervisão e treinamento de membros da Polícia Nacional do Haiti;
- c) Prestar assistência ao Governo de transição, particularmente a Polícia Nacional Haitiana, mediante programas amplos e sustentáveis de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) para todos os grupos armados, incluídas as mulheres e crianças associados a tais grupos, assim como mediante medidas de segurança pública e controle de armas;
- d) Prestar assistência no restabelecimento e manutenção do Estado de Direito, segurança pública e ordem pública no Haiti, prestando, entre outras coisas, apoio operacional à Polícia Nacional Haitiana e à Guarda Costeira do Haiti, assim como no fortalecimento institucional, incluindo o restabelecimento de um sistema correccional;
- e) Proteger ao pessoal, os serviços, as instalações e a equipe das Nações Unidas e a segurança e liberdade de circulação de seu pessoal, tendo em conta a responsabilidade primordial que incumbe ao Governo de transição a este respeito;
- f) Proteger os civis, na medida de suas possibilidades, e dentro de sua área de destacamento, sobre os quais incida iminente ameaça de violência física, sem prejuízo das responsabilidades do Governo de transição ou das autoridades da polícia;

II. Processo político:

- a) Apoiar o processo constitucional e político que se colocou em marcha no Haiti, inclusive oferecendo bons ofícios, e fomentar os princípios de governo democrático e o desenvolvimento institucional;
- b) Ajudar ao Governo de transição em seus esforços por iniciar um processo de diálogo e reconciliação nacional;
- c) Prestar assistência ao Governo de transição em seus esforços para organizar, supervisionar e realizar eleições municipais, parlamentares e presidenciais livres e justas, na maior brevidade possível, em particular prestando assistência técnica, logística e administrativa e mantendo a segurança, com o apoio apropriado a um processo eleitoral em que a participação dos votantes seja representativa das características demográficas do país, com inclusão das mulheres.;
- d) Ajudar ao Governo de transição a estender a autoridade do Estado por todo o Haiti e apoiar o bom governo em âmbito local;

III. Direitos humanos:

- a) Apoiar o Governo de transição, assim como as instituições e grupos de direitos humanos haitianos, em seus esforços para promover e proteger os direitos humanos, particularmente de mulheres e crianças, a fim de assegurar a responsabilidade individual por abusos de direitos humanos e reparação para as vítimas;
- b) Em cooperação do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, monitorar a situação de direitos humanos, incluindo a situação de refugiados ou pessoas deslocadas que retornaram, e apresentar relatórios a respeito.⁴⁷⁴

⁴⁷⁴ Resolução 1542, *supra* nota 3, ¶ 7.

ANEXO II

November 24, 2004

Juan Gabriel Valdés
Special Representative of The Secretary-General
United Nations Stabilization Mission in Haiti
Hotel Montana, Pétion Ville
Port-au-Prince, HAITI

Re: Discovery of Remains and Possible Mass Grave in Titanyen

Dear Special Representative Valdés,

I write to express concern about the discovery of what appeared to be a clandestine cemetery on the outskirts of Port-au-Prince, and to request that the appropriate police authorities investigate the matter thoroughly.

During a recent fact-finding visit to Haiti, a delegation from Harvard University uncovered information concerning the recent deposit of bodies in the Titanyen region of the greater Port-au-Prince area.

On October 27, 2004, our delegation traveled to Titanyen to look for recently disposed corpses. Although we did not locate any bodies above ground, we did discover what appeared to be a mass grave. The site had several large mounds of dirt, suggesting intervention in the terrain consistent with a mass burial. Used hospital gloves, masks, and spent cartridge shells littered the premises. In less than an hour and using only a bucket and stick, we exhumed bones, clothes, a skull, and a small T-shirt that would fit a three-to-four year-old child. Inside the skull was some grayish/blackish brain material. The shirt was moist, and the remains exuded a stench. Immediately after uncovering the body of the small child, our delegation, which included a local Haitian, decided to return to Port-au-Prince. Our local contact expressed concern for our safety, were we to remain at the location. Thus, we did not continue digging despite our conviction that a significant number of bodies were buried at the site.

Based on further research and consultation with medical doctors, forensics experts, and specialists on medical jurisprudence,⁴⁷⁵ we have been able to estimate the time of the death of the child whose remains we located. As we detail below, experts estimate that the child died between eight and twelve weeks prior to our discovery of the corpse – a period during which MINUSTAH was deployed in Haiti.

Background

Estimates about the time of death can often be determined by examining how much the body has decomposed. Factors such as the location of the body,⁴⁷⁶ the temperature,⁴⁷⁷ whether the body had significant injuries, and the amount of moisture in the environment all influence these calculations.⁴⁷⁸

⁴⁷⁵ Information gathered by Dr. Jagdish Saran on Wednesday October 27, 2004, after consultation with his colleagues, some of whom are forensic experts, or specialists on medical jurisprudence. Also based on phone interview with Dr. Anne-Marie Myers (Chief Forensic Anthropologist at the State of Massachusetts Medical Examiner's Office) on Thursday, October 28, 2004.

⁴⁷⁶ According to Dr. Trisha Macnair (interviewed by BBC), "decomposition in the air is twice as fast when the body is under water and 4 times as fast as underground. Corpses are preserved longer when buried deeper, as long as the ground is not waterlogged." (see http://www.bbc.co.uk/health/ask_doctor/death_body.shtml)

⁴⁷⁷ According to Arpad A. Vaas, "Beyond the Grave – Understanding Human Decomposition," *Microbiology Today*. Vol.28, Nov. 2001, the formula " $y = 1285/x$ (where y is the number of days it takes to become skeletonized and x is the average temperature in Centigrade during the decomposition process)" can be used for bodies lying *above ground*.

⁴⁷⁸ Immediately following death, the body's muscles stiffen in a process called *rigor mortis*. This stage begins approximately three hours after death, and lasts until approximately 36 hours after the time of death. The body also cools in a process called *algor mortis*, and investigators who happen upon a fresh corpse can use known rates of cooling to determine precise times of death. Finally, the body also discolors to assume a reddish-purplish coloration in a process called *lividity*. The first stages of a body's decomposition are characterized by the unpleasant sights and smells popularly associated with a cadaver (*putrefaction*). This includes a greenish discoloration of the skin, release of fluids from the mouth and nostrils, and the smell of rotten eggs or

The final stage of decomposition takes place after eight weeks. At that point, the body's cavities burst open and hair, nails and teeth become detached from the body, and the body's tissues become liquefied (*decay*). Bone decay happens through another process called *diagenesis*,⁴⁷⁹ which begins to occur only after several months, and takes much longer to recognize. Within the first year, the bones may begin to bleach, and moss may grow on them.⁴⁸⁰

Conclusions

SKULL: The grayish/blackish substance inside the cranium suggests that there was "decomposed" brain material.

The human brain shows evidence of decomposition within three-to-five days after death if left in an open atmosphere, but this time is doubled (seven-to-ten days) in water and further increases (four-to-six weeks) when underground. If the body is in a coffin, decomposition may be further delayed by 15-20 days. Since we found no coffin, we believe that the child whose remains we found had been killed *at least* 4-6 weeks earlier.

MOIST SHIRT: The shirt was moist likely because of smudging by the decomposed material. Disintegration of flesh would again happen after about six-to-eight weeks in buried bodies. That the shirt was relatively intact suggests that the time of death was not more than three months in the past, since otherwise the shirt would have shown signs of disintegration and shredding.

BONES: The atypical stench from bones confirms that the process of decomposition was well underway, something that would happen between approximately eight-to-ten weeks after the time of death.

Judging from the evidence uncovered, the condition of the brain material, the moist but intact shirt, and the unusual stench emanating from the bones, **the death of the child can be estimated to have occurred approximately 8-12 weeks ago** (with a margin of error of plus or minus four weeks).

Follow-up With Local Authorities

Within minutes of leaving the site, I telephoned Michel Guertin, a Canadian police officer with the CIVPOL detachment whom I had met earlier that week. I expressed my interest in speaking with the appropriate authority as soon as possible. Officer Guertin contacted his superior, Rene Leclerc and scheduled a meeting for the next day.

I met with Officer Leclerc on October 28 and submitted the remains, spent shells, hospital gloves and masks located at the site, and explained the nature of the discovery. Officer Leclerc appeared somewhat confused and asked what steps I would like CIVPOL to take. I explained that I hoped CIVPOL would investigate thoroughly the existence of these remains and the clandestine cemetery(ies) in Titanyen. The following day, Officer Leclerc said he had received information that Titanyen was used as a dumpsite by hospitals. Officer Leclerc indicated that this should explain the remains found at the site. I reminded him of the spent shells that we had found at the site, a finding inconsistent with a hospital burial ground yet consistent with a clandestine gravesite. Officer Leclerc suggested that I contact him in January, on our next investigation mission to Haiti.

sulfur associated with the release of hydrogen sulfide and methane. These symptoms are the visible manifestations of a natural process which begins almost immediately following death called *autolysis*, which is the result of the body's own bacteria and enzymes breaking down body's tissue from the inside. Indoors, this process becomes noticeable after 4-6 days, in the tropics it would begin much faster. *See id.* at 191.

⁴⁷⁹ According to Mr. Vaas, "[d]iagenesis is a natural process that serves to alter the proportions of organic (collagen) and inorganic components (hydroxyapatite, calcium, magnesium) of bone exposed to environmental conditions, especially moisture. This is accomplished by the exchange of natural bone constituents, deposition in voids or defects, adsorption onto the bone surface and leaching from the bone." *Id.*

⁴⁸⁰ *Id.*

Request

Having brought these facts to your notice, we request that MINUSTAH conduct further inquiry into the existence of clandestine burial sites in Titanyen, as well as the circumstances leading to the death of persons whose remains are there.

As you know, the UN Security Council Resolution 1542 of 30 April 2004 authorizes MINUSTAH:

- to assist with the restoration and maintenance of the rule of law, public safety and public order in Haiti;
- to protect civilians under imminent threat of physical violence;
- to support the Transitional Government as well as Haitian human rights institutions and groups in their efforts to promote and protect human rights, particularly of women and children, in order to ensure individual accountability for human rights abuses and redress for victims; and
- to monitor and report on the human rights situation.

Given the preliminary results of our forensic investigation – that is, that the child whose remains we submitted to CIVPOL probably died in August 2004 – we suspect that extrajudicial killings and efforts to hide remains have taken place during the tenure of MINUSTAH. In light of this and in keeping with the mandate of the United Nations forces in Haiti, we reiterate our request for action on this matter.

Sincerely,

James Cavallaro
Associate Director, Human Rights Program
Harvard Law School

CC: Police Officer Rene Leclerc
 CIVPOL Headquarters
 Hotel Villa St. Louis
 Port-au-Prince
 Haiti